

Ata da 167ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida em Brasília-DF, no período de 13 a 15 de maio de 2014, Gestão 2011-2014 – Tempo de Luta e Resistência

1 Do dia treze a quinze de maio do ano de dois mil e quinze, reuniram-se na Sede do Conselho
2 Federal de Serviço Social – CFESS, na Cidade de Brasília-DF, os/as Conselheiros/as do
3 Conselho Federal de Serviço Social, constantes da lista de presença em livro próprio, para
4 participarem da 167ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS, conforme convocação,
5 por meio da Comunicação Interna CFESS nº 4/2014, no dia 28 de abril de 2014 para
6 realização da reunião do conselho Pleno de Transição juntamente com a Gestão eleita
7 “Tecendo na luta a manhã desejada” para gestão do CFESS 2014 - 2017, com a seguinte
8 pauta: **Dia treze de maio**: 1. Apresentação dos/as participantes; 2. Fala da conselheira
9 presidente; 3. Relato das Comissões – Formação Profissional, Relações Internacionais,
10 Orientação e Fiscalização, Ética e Direitos Humanos. **Dia catorze de maio**: 4. Assuntos
11 Jurídicos; 5. Conselho Fiscal; 6. Assessoria Contábil; 7. Comissões: Administrativo Financeiro,
12 Comunicação e Seguridade Social. **Dia quinze de maio**: 8. Apresentação da representação
13 do CFESS nos espaços coletivos dos Conselhos e Fóruns: balanços e desafios; 9.
14 Encerramento. **No dia treze de maio**, sob a coordenação da Presidente Sâmya, foi iniciado o
15 último pleno da atual gestão, que expôs com emoção, a alegria de receber as novas
16 companheiras sob a liderança do conselheiro Maurílio. Afirmou que considera muito
17 importante o momento de transição, porque alguns regionais não faziam esse processo e
18 começaram a realizá-lo a partir das mudanças do Código Eleitoral, no último Encontro
19 Nacional CFESS/CRESS. Isso refletiu-se no aperfeiçoamento dos instrumentos normativos
20 que expressam o processo democrático do Conjunto CFESS/CRESS. A mesma conselheira
21 apresentou a pauta e justificou a ausência das companheiras Hirley e Tânia que chegarão no
22 dia seguinte; da companheira Erlênia que chegará, no dia 15 e da companheira Daniela
23 Castilho, no dia 16 de maio. O Conselheiro Maurílio afirmou sobre a importância desse
24 momento por ser estratégico ao encerrar uma gestão do CFESS e pelo fato de ser um
25 momento de planejamento e socialização de trabalho realizado. Logo em seguida, deu início
26 ao primeiro ponto da pauta, a apresentação de todos e todas ali presentes. Apresentou-se,
27 como assistente social da área da saúde, trabalhando em Duque de Caxias e professor da
28 Alerj, compôs a gestão do CFESS 2011-2014, foi da ABEPSS, do CRESS 7ª Região /RJ -
29 gestão 1999/2002 e também do Movimento Estudantil. A Conselheira Esther se apresentou
30 como assistente social formada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
31 e desde 1994 atua como professora efetiva na mesma instituição. Militou a favor da
32 implantação da LOAS no Paraná e no Fórum Estadual de Assistência Social, foi vice-
33 presidente da ABEPSS – Região Sul em 2001/2002 e da gestão do CFESS (2011-2014). Em
34 seguida a assessora Cristina Abreu se apresentou como Assessora Especial do CFESS
35 desde a gestão de 2008, na gestão da Atitude Crítica; disse já ter sido conselheira do CFESS
36 e conselheira do CRESS 5ª Região/BA. O Conselheiro Marcelo esteve na última gestão do
37 CFESS; dividiu as tarefas com as companheiras e com o companheiro Maurílio, e ficou feliz
38 por reencontrar pessoas que farão parte da nova gestão, desejando-lhes sucesso e coragem
39 para assumir essa tarefa. A Conselheira Maria Elisa falou ser sua segunda gestão no CFESS
40 e que vem de quatro gestões consecutivas, duas no Conselho 9ª Região/SP, e depois no
41 CFESS; falou que se aposentará do Conjunto CFESS-CRESS, mas não da militância;
42 trabalha com violência contra a mulher e é docente. A Conselheira Marylucia é assistente
43 social, conselheira do CFESS nesta gestão e na gestão anterior; estava compondo a
44 Comissão de Ética e Direitos Humanos e a Comissão de Comunicação, além de outros GTS e
45 se colocou à disposição na construção desse processo de muitos desafios éticos atualmente
46 vivenciados e permanecerão diante do contexto e espaço que os assistentes sociais atuam. A

47 Conselheira Alcinélia disse ser do Acre, participou da gestão que se finda; integrou a
48 Comissão de Ética e Direitos Humanos e a Comissão de Comunicação. Em seguida, a
49 Conselheira Juliana se apresentou como professora do Departamento do Serviço Social na
50 Universidade Federal do Espírito Santo; capixaba, mas há dois anos está morando no Rio de
51 Janeiro, por conta do Doutorado; participou da gestão do CRESS 17ª Região/ES, e da gestão
52 Tempo de Luta e Resistência; foi coordenadora da Comissão de Formação Profissional e
53 Relações Internacionais e participou da Comissão do Administrativo-Financeiro; também
54 aceitou o desafio para continuar em mais uma gestão. A Conselheira Alessandra informou ser
55 de Juiz de Fora/MG; que estava começando sua segunda gestão no CFESS; esteve em uma
56 gestão da Seccional de Juiz de Fora, do CRESS 6ª Região/MG; atualmente, é professora de
57 uma Universidade privada em Conselheiro Lafaiete/MG e atuou, por muito tempo, na área de
58 saúde. A assessora Sylvia Terra se apresentou como assessora jurídica do CFESS há 25
59 anos e trabalhou em outros conselhos também; está nessa jornada há muito tempo e saudou
60 a todos; atualmente, não atua mais na parte do administrativo-financeiro, porque foi
61 contratado um outro assessor jurídico; ficando, ela ficou responsável pela Comissão de Ética,
62 Fiscalização, Formação, as demandas do Conselho Pleno. A Conselheira Rosa Predes falou
63 ser uma pernambucana alagoana, parabenizou a nova gestão pela expressiva vitória nas
64 urnas, ressaltando a grande adesão que o grupo teve, com 75% de aceitação dos
65 profissionais; nesta gestão do CFESS, contribuiu mais diretamente em duas comissões, a
66 Comissão de Orientação e Fiscalização, a COFI, e a Comissão de Formação e Relações
67 Internacionais. A Conselheira Raimunda se apresentou como Ramona, uma cearense
68 vivendo em Brasília; esteve em duas gestões do CRESS 8ª Região/DF, e encerrando uma
69 gestão com CFESS; deu os parabéns pela vitória à nova gestão; é assistente social, lotada na
70 Secretaria de Saúde Indígena, desde 2004; além disso, no CFESS, esteve envolvida na
71 Comissão de Seguridade e da Comissão Administrativo-Financeira, além de alguns grupos de
72 trabalho. A Conselheira Heleni é da Bahia, professora da Universidade Federal do Recôncavo
73 Baiano; assumirá a gestão do CRESS 5ª Região/BA, permitindo que se encontrem nos
74 próximos três anos; afirmou estarem juntos na construção desse processo. A Conselheira
75 Nazarela também baiana, assistente social pela Católica de Salvador, está inserida na saúde,
76 desde 1990, foi da diretoria de duas gestões do CRESS 5ª Região/BA, 1993 a 1996 e 1996 a
77 1999; tem participado da Comissão de Ética, Comissão de Saúde, Comissão de Instrução
78 Eleitoral e agradeceu a acolhida e desejou força, resistência e felicidade a todas que
79 começarão essa tarefa. A Conselheira Josiane disse ser professora da Universidade Federal
80 de Sergipe e que fez parte do CRESS 18ª Região/SE, na gestão 99/2002; da gestão da
81 ABEPSS - 2009/2010; não participou das últimas gestões diretamente, mas sempre esteve na
82 militância e acompanhando a dinâmica do CRESS localmente; é com muita felicidade que
83 volta para o Conjunto com o desafio de direção, feliz e animada. O assessor Rafael Werkema
84 se apresentou como Assessor de Comunicação do CFESS, onde trabalha desde 2010, entrou
85 na gestão Atitude Crítica, passando por tempos de dilúvio e resistência; disse ser jornalista e
86 acompanhar o Serviço Social há algum tempo, pois foi assessor de comunicação do CRESS
87 6ª Região/MG, durante três anos; é mineiro, de Belo Horizonte. Diogo Adjuto é jornalista,
88 trabalha na Assessoria de Comunicação do CFESS há quase 4 anos, entrou por concurso; é
89 de Brasília e desejou boas-vindas para todos. A assessora Adriane Tomazelli informou ser
90 assessora especial em Serviço Social juntamente com a Cristina Abreu, entrou no CFESS no
91 último mês da Gestão Atitude Crítica, portanto, considera que iniciou com a gestão “Tempo de
92 Luta e Resistência”, com a qual aprendeu muito, pois as demandas e os desafios são
93 constantes; desejou boas-vindas a todos/as e informou que ficará apenas parte da gestão,
94 pois irá morar na cidade do Rio de Janeiro, se colocando à disposição para qualquer
95 contribuição. A Conselheira Valéria, alagoana; veio do Movimento Estudantil, Movimento
96 Sindical dos técnicos da Universidade; trabalhou na saúde durante 17 anos e, atualmente,
97 está na Reitoria e na Educação, participou da última gestão do CRESS 16ª Região/AL. A

98 Conselheira Marlene vem desta gestão e participou da gestão do CRESS 9ª Região/SP;
99 concorda plenamente que atual no CFESS traz um aprendizado inigualável e um desafio
100 constante; deixou um abraço de acolhida a todos/as que estão chegando e agradeceu de
101 público aos que estão saindo; disse ainda, que fez parte da Comissão de Seguridade Social e
102 de Orientação e Fiscalização Profissional - COFI. A Conselheira eleita Sandra, disse ser de
103 Brasília, desejou boas-vindas para essa terra do cerrado que tem um céu maravilhoso;
104 trabalha na UnB, é professora no Departamento de Serviço Social/UnB e participou da gestão
105 do CRESS 8ª Região/DF, no período de 2005 a 2008, na época em que a Ramona foi
106 presidente; reiterou a importância do trabalho da gestão que se encerra e agradeceu
107 imensamente pelo trabalho que estava sendo realizado, no momento de transição. A
108 Conselheira eleita Daniela Neves se apresentou como cearense que também está nesta terra
109 acolhedora; é assistente social, professora na UnB, sempre envolvida nas atividades do
110 Conjunto, como assistente social de base no CRESS 3ª Região/CE, no CRESS 7ª Região/RJ
111 e, agora, no CRESS 8ª Região/DF; e atualmente está vivenciando a oportunidade de compor
112 a gestão do CFESS com valorosíssimos companheiros/as, desde o movimento estudantil até
113 as lutas mais contemporâneas da profissão; agradeceu a acolhida, a recepção, as pessoas
114 especiais em que tem muita confiança política e confiança solidária nas possibilidades que
115 terão para construir as tarefas que são impostas a partir daquele momento. A Conselheira
116 eleita Raquel se apresentou como sendo assistente social do INSS, sendo de João
117 Pessoa/PB e agradeceu pela acolhida. A Conselheira eleita Bernadette falou estar feliz por
118 retornar, considerando ter participado da gestão da Atitude Crítica; é assistente social,
119 trabalha no Ministério Público do Rio Grande do Sul; está desde 2011, na Secretaria de
120 Estado da Justiça e Direitos Humanos. A Conselheira eleita Solange, assistente social do Rio
121 de Janeiro, trabalha na área de saúde mental, foi da gestão do CRESS 7ª Região/RJ, em
122 2005/2008, e participou, como base, mais esporadicamente; sabe da importância de retornar
123 ao Conjunto. A Conselheira eleita Lilian informou ser do “Garantido do Amazonas” e que é
124 uma satisfação grande estar nesta gestão; registrou seu agradecimento a Sâmya; veio da
125 gestão do CRESS 15ª Região/AM, onde foi presidente, participando de várias ações, a vitória
126 mais recente foi a aprovação da PEC, da inserção dos Assistentes Sociais e Psicólogos na
127 Educação; foi coordenadora da Comissão Administrativo-Financeiro, membro do comitê de
128 enfrentamento à violência contra a criança; espera que sua experiência no CRESS venha
129 fortalecer a luta na nova gestão do CFESS; é assistente social da área da Ciência Social e
130 também docente, há nove anos, atual coordenadora de um curso do Serviço Social em uma
131 faculdade privada e finalizou agradecendo a acolhida. A Conselheira Erivã, chamada de Tuca,
132 informou ser professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato
133 Grosso e militante nas organizações da categoria e movimento estudantil. Esteve na gestão
134 da ABEPSS com a Conselheira Esther, depois no CRESS 20ª Região/MT e agora está
135 finalizando a segunda gestão no CFESS; parabenizou as novas conselheiras e desejou-lhes
136 boas-vindas. A Conselheira Marinete iniciou sua fala comunicando que é a sua segunda
137 gestão encerrando, no próximo dia 15; e nas duas gestões foi da Comissão de Seguridade
138 Social e COFI; reiterou que, hoje, o CFESS é um patrimônio coletivo e sendo uma construção
139 de referência feita pela categoria, representando uma conquista de muitas gerações; desejou
140 para as novas conselheiras muita energia, afirmando que a responsabilidade nesse processo
141 é grande, mas possível de ser realizada; desejou tudo de bom a todos e se colocou a
142 disposição para contribuir no processo. A Conselheira Kátia se apresentou como catarinense,
143 parabenizou o grupo e, em nome do Maurílio, ofereceu um grande abraço e uma boa acolhida
144 a todas; disse ser assistente social da área de educação, trabalha em escola de ensino
145 fundamental, em Florianópolis; no CFESS finda sua segunda gestão; nesta última, ficou nas
146 Comissões de Comunicação e Administrativo-Financeiro e também integrou o Conselho
147 Fiscal; agradeceu novamente o grupo que está saindo, dizendo ter realizado um trabalho
148 muito importante, de maneira organizada, orgânica e coletiva. A Conselheira Sâmya disse que

149 irá esperar todos/as em Mossoró, Hotel Termas, água quente para relaxar, quando
150 estiverem estressados; disse ser cearense e que trabalha há 20 anos na Universidade
151 Estadual do Rio Grande do Norte, retornando agora; registrou a importância da atitude de
152 suas colegas de Departamento, que expressaram um compromisso com o coletivo e com a
153 contribuição à organização política, que foi a sua liberação para estar em Brasília por três
154 anos e ovacionou a gestão Tempo de Luta e Resistência e Tecendo na Luta Amanhã
155 Desejada; afirmou que este é um momento muito especial vivenciado por todos/as, no qual se
156 sentirão fazendo parte da história; lembrou que desde 1990, várias gerações e gestões foram
157 construídas e que as conselheiras, que estão saindo, avaliaram que foi possível manter a
158 direção política do CFESS, a firmeza na defesa dos seus princípios éticos e políticos; que
159 esse projeto profissional, constituído há 35 anos, tem como marco o Congresso da Virada;
160 expressou, em nome da gestão, a felicidade por sentir, no grupo que está entrando, o
161 potencial de continuidade e de manutenção dessa direção com valorosas companheiras; que
162 não nasceram ontem para a militância e não chegaram ontem num processo coletivo de
163 construção; afirmou que todas têm história de dedicação a um projeto político e coletivo, um
164 projeto, que nas últimas três eleições, manteve uma legitimidade acima de 75%, que
165 representa muito, considerando que a categoria atualmente é muito heterogênea, tendo
166 projetos profissionais em disputa; ratificou que houve uma oposição contra a chapa do
167 CFESS e que, sobretudo, nos últimos três, foram intensificados pelo crescimento de uma
168 formação desqualificada e que não garante a qualidade do que é defendido a partir das
169 diretrizes curriculares da ABEPSS; que o número de inscritos aumentou em alguns CRESS,
170 chegando a 50% de egressos da modalidade de ensino à distância; tal fato, não repercutiu na
171 mudança da legitimidade desse projeto, inclusive, obteve um quórum além do que previsto,
172 onde eram necessários 15% de quórum e chegou a 21%; dessa forma, Sâmya avaliou que foi
173 uma vitória expressiva, simbolizando, tanto a aceitação desse projeto coletivo de longa data,
174 quanto também uma aceitação a essa gestão do CFESS que sai; o trabalho foi realizado e,
175 sobretudo, com a bela campanha e articulação realizada pela gestão que está assumindo,
176 junto a todas as chapas no Brasil, chapas que venceram em quase todo o país, com exceção
177 a um estado; reafirmou que todos/as estão herdando e preservando as conquistas e
178 construções de outras gerações e têm a responsabilidade e compromisso em manter o que
179 está sendo edificado e gestado coletivamente, isso é importantíssimo, visto que a direção tem
180 uma responsabilidade forte naquilo que defende enquanto projeto coletivo, assim, esse
181 momento de transição é fundamental, não sendo à toa que cada nome que constitui a gestão
182 “Tecendo na Luta Amanhã Desejada” foi refletido, pensado, articulado pelo processo de
183 militância de cada um ao longo da vida e pela a confiança política depositada na continuidade
184 desse projeto do CFESS; certamente não será possível repassar tudo, devido ao tempo, mas
185 os/as conselheiros/as que estão saindo estarão à disposição para contribuir; registrou ainda, a
186 presença do Marcelo, responsável pela elaboração das atas dos plenos e informou que no dia
187 seguinte os/as trabalhadores/as do CFESS serão apresentados. Em seguida, a Conselheira
188 Sâmya fez a entrega da mala aos novos/as Conselheiros/as, repleta de livros e brochuras
189 publicados por várias gestões do Conjunto, e ainda, com o relatório de gestão e o CFESS
190 Manifesta; entregou também a bandeira do CFESS que tremulará em todas as machas em
191 Brasília e em todas as cidades que os/as Conselheiros/as passarem pelo Brasil afora,
192 mostrando a nossa aliança com a luta dos trabalhadores, as lutas da esquerda contra a
193 exploração e a opressão; novamente deu as boas-vindas e ressaltou a arte do convite da
194 posse elaborado pelo assessor Rafael, multitalentoso, designer, diagramador que faz as artes
195 do CFESS. Logo em seguida, Sâmya passou para as Conselheiras Juliana e Conselheira
196 Esther que fariam as apresentações das Comissões de Formação Profissional e Relações
197 Internacionais, dupla que continuará, na próxima gestão; e falou para todas da nova gestão,
198 ficarem absolutamente tranquilas com o repasse, porque todos estarão à disposição para
199 qualquer esclarecimento. A Conselheira Juliana disse que buscou sintetizar tudo que foi

200 construído nos últimos anos, a partir do que já havia sido acumulado pelas gestões anteriores
201 e também apontar algumas ações que foram deliberadas, no último Encontro Nacional;
202 pontuou os principais objetivos da Comissão que são: a) acompanhar as deliberações do
203 Encontro Nacional, do Conjunto CFESS/CRESS, no que se refere ao eixo Formação
204 Profissional; b) preparar para apresentar propostas no Encontro, criar novas propostas,
205 analisar novas propostas que vem dos Encontros Descentralizados; c) fazer as defesas ou
206 não, no Encontro Nacional e trabalhar para que essas ações saiam de fato do caderno de
207 deliberações e sejam realizadas; d) compor o GT Trabalho e Formação que reúne
208 representantes do CFESS, de um CRESS de cada região, representantes da ABEPSS, da
209 Coordenação Nacional da ENESSO; esclareceu que a Comissão de Formação é formada por
210 ela que é coordenadora e pelas conselheiras Esther, Maria Eliza, Rosa Predes, Erivã e
211 Marcelo; pontuou alguns pressupostos do debate sobre formação profissional no CFESS,
212 especialmente nesta gestão, sendo um deles, a indissociabilidade entre trabalho e formação,
213 visto que muitos dizem que o Conselho está se metendo onde não foi chamado, porque é
214 uma entidade responsável por fiscalizar o exercício e não a formação; ressaltou a importância
215 de se ter a clareza do porquê de ser discutida a formação e porque existe a preocupação com
216 a mesma, visto que há a compreensão de que não dá para discutir, pensar ou garantir um
217 trabalho profissional de qualidade comprometido com os interesses dos usuários, se também
218 não vinculá-lo a uma formação profissional de qualidade; ressaltou a articulação da Comissão
219 de Formação Profissional com a Comissão de Fiscalização do CFESS, sendo um pressuposto
220 fundamental. Juliana reiterou que, nesta gestão, foi possível organizar as Comissões e inserir
221 integrantes da COFI, facilitando assim, o diálogo entre as duas Comissões, trata-se de um
222 esforço que deve ser pensado quando forem constituídas as composições das Comissões;
223 destacou outro pressuposto, como sendo a defesa de uma educação pública, gratuita, laica,
224 presencial e de qualidade, que reflete a defesa de qual universidade se quer, de qual
225 educação se defende e de quais movimentos e sujeitos coletivos são possíveis fazer alianças,
226 durante essa luta; procurou colocar a apresentação em tópicos com as principais ações
227 realizadas na gestão Tempo de Luta e Resistência e iniciou a apresentação da “Campanha
228 Educação não é Fast Food, Diga não para a graduação à distância em Serviço Social”;
229 esclareceu que a Campanha foi lançada junto com a posse da gestão Tempo de Luta e
230 Resistência, momento em que chegou uma avalanche de e-mails na caixa do CFESS, dos
231 quais 10 elogiando e outros 490 tecendo críticas, assinados majoritariamente por pessoas,
232 estudantes e profissionais ligados aos cursos de graduação à distância. Reafirmou que a
233 gestão teve muita firmeza ao fazer uma reunião do GT para pensar nas ações políticas e
234 outras ações que poderiam ser desenvolvidas a partir de então; isso desencadeou um
235 conjunto de novas ações; houve a participação de audiências públicas, reuniões com os
236 CRESS; foram selecionados os principais eixos de críticas que chegavam pelos e-mails e, no
237 GT, foram formuladas e socializadas as respostas para que qualquer CRESS ao receber os
238 questionamentos também pudessem ter a mesma direção; informou sobre o convite para uma
239 reunião feito pela Associação Brasileira de Educação à Distância, onde participaram o
240 CFESS, a ABEPSS, a ENESSO, o ANDES e a Associação Nacional dos Tutores da
241 Educação a Distância, que entrou com ação judicial contra a Campanha. A reunião foi tensa,
242 Juliana relatou que ao final da reunião, ao se despedir do Presidente da Associação Brasileira
243 de Ensino à Distância, pediu que o CFESS suspendesse a Campanha, quase como uma
244 ameaça, além disso, solicitou a revogação da Resolução 533, que disciplina e normaliza o
245 processo de supervisão de estágio em Serviço Social, dizendo que aquela resolução estava
246 impedindo os estudantes do ensino à distância se formarem, porque o maior desafio para
247 esses cursos é garantir o estágio em conformidade com o que está disposto nessa norma.
248 Juliana continuou relatando que a campanha teve uma série de desdobramentos: foi
249 elaborado um artigo junto com a ABEPSS para a revista Serviço Social e Sociedade; foi dada
250 uma série de entrevistas para jornal impresso, rádio e vários meios de comunicação;

251 esclareceu que a partir do momento em que a campanha foi suspensa judicialmente, foi
252 possível continuar falar sobre ela, porém não mais veicular as suas imagens, os vídeos, os
253 cartazes e todo material visual produzido. Depois teceu informações sobre a finalização da
254 Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS; e que a brochura já foi
255 enviada a todos os CRESS. Essa política ratifica que os CRESS, em alguma medida, já
256 realizavam ações de educação permanente, mas não havia uma direção nacional para
257 execução dessas ações. A Política veio no sentido de não homogeneizar, considerando as
258 particularidades de cada CRESS, da capacidade financeira e administrativa de cada conselho
259 regional, mas buscar dar uma direção ética e política sobre essas ações. Ressaltou outro
260 ponto da Comissão de Formação, o sistema *on-line* de credenciamento dos campos de
261 estágio, que foi elaborado de forma articulada com a Comissão de Fiscalização do CFESS;
262 visto que a lei que regulamenta a profissão, reforçada pela Resolução 533 dispõe que as
263 escolas precisam no início do semestre letivo encaminhar ao Conselho Regional da sua
264 região informações acerca dos campos de estágios, dos seus estudantes que estão
265 matriculados no estágio, o campo, o nome e o número de registro tanto do assistente social
266 supervisor de campo, quando do assistente social supervisor acadêmico, que antes era
267 realizada de forma manual; esclareceu que algumas escolas mandam as informações
268 incompletas e que, neste sistema, foi pensado numa forma de agilizar esse processo e,
269 sobretudo, gerar informações mais consistentes que possam também contribuir para o
270 processo de fiscalização por parte dos CRESS nesses campos de estágio. Durante a gestão,
271 falou que ela, a Rosa, as Assessoras Cristina e a Adriane participaram de reuniões junto à
272 Implanta, empresa que desenvolveu esse sistema de informática e que a criação desse
273 instrumento foi realizada com muito cuidado, porque havia uma expectativa grande dos
274 CRESS, que esperavam resolver todos os problemas da fiscalização. O processo de criação
275 do sistema foi conduzido pela Comissão de Formação Profissional e já está implantado; foram
276 feitos também alguns encontros com os CRESS, encontros virtuais e um momento presencial
277 no seminário nacional COFI, onde foram tiradas as dúvidas, além disso, o sistema foi
278 apresentado em dois encontros virtuais com agentes fiscais, coordenadores de COFI, para
279 que pudessem conhecer e enviarem sugestões. Dessa forma, informou que o sistema foi
280 finalizado e o processo de acompanhamento é de responsabilidade agora da Comissão de
281 Orientação e Fiscalização. A Conselheira Juliana descreveu vários eventos em que
282 participaram no primeiro ano de gestão, por conta do lançamento da campanha e também a
283 realização de um seminário nacional sobre a educação, onde foi pautado o EaD, com a
284 presença de outros conselhos profissionais, de outras entidades que partilhavam da mesma
285 posição; o CFESS participou de oficinas da ABEPSS, inclusive como convidado para
286 participar das mesas de debates, participou também dos encontros nacionais da ENESSO e
287 outros eventos que tiveram o debate central, a formação. Relatou que no primeiro “15 de
288 maio” da gestão, a educação foi tema central “Serviço Social de olhos abertos para a
289 educação”, onde foi discutida com a categoria a relação da educação superior, o formato que
290 ela adquire com os impactos na formação em Serviço Social. Outro ponto ressaltado pela
291 Conselheira foi sobre as representações nas câmaras técnicas da Comissão Nacional de
292 Residência Multiprofissional em Saúde; a Comissão Nacional de Residência tem como
293 principal objetivo autorizar a criação e acompanhar os cursos de residência multiprofissional
294 em saúde; tem crescido o número de residências em saúde em Serviço Social, apresentando-
295 se como uma demanda para o CFESS; das seis câmaras existentes, o CFESS participa de
296 cinco; essa representação foi realizada por conselheiros/as do CFESS que tinham debates e
297 poderiam contribuir na câmara como também assistentes sociais de base. Há muitas
298 questões em aberto, polêmicas e fragilidades, como a falta de acompanhamento do Ministério
299 de Educação/MEC e do Ministério da Saúde; é um desafio enorme pensar a formação que se
300 quer no espaço das residências; falou que o CFESS e a ABEPSS começaram a acumular
301 essas discussões a partir da realização de algumas reuniões com todas as representantes;

302 houve também a participação de eventos relacionados à temática da residência. Lembrou
303 que, no último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/CBAS, na tenda Paulo Freire, foi
304 realizado um debate sobre a questão e, nas oficinas das ABEPSS também. Na gestão Tempo
305 de Luta e Resistência, Maurilio e Alessandra contribuíram muito na organização que desse
306 debate dentro do CFESS. Juliana pontuou outra ação importante, a articulação com entidades
307 e movimentos sociais que defendem uma educação pública de qualidade, destacando a
308 articulação com o ANDES, o Sindicato Nacional dos Docentes. Desde o início do lançamento
309 da Campanha, o ANDES participou de algumas reuniões, apoiando a campanha; o CFESS
310 participou de todos os Congressos Nacionais do ANDES, nesta gestão, com a finalidade de
311 acompanhar agenda da entidade e estudar a possibilidade de articular as ações; o CFESS
312 participou efetivamente da campanha nacional em defesa dos 10% do PIB para a educação;
313 do plebiscito, que foi uma das ações dessa campanha. O CFESS o único conselho
314 profissional que acompanha esse comitê em defesa dos 10% do PIB para a educação,
315 inclusive, na organização do Encontro Nacional de Educação, coordenado pelo ANDES, que
316 acontecerá no Rio de Janeiro, em agosto. Explicou que integrava o Comitê, mas com sua
317 descompatibilização, a participação do CFESS ficou um pouco diluída; é necessário retomar
318 essa articulação e participação no Comitê, porque o encontro já está planejado. Comunicou
319 que o CFESS elaborou notas sobre o ENAD, sobre a situação de precarização quando
320 chegavam denúncias de algum curso de Serviço Social em que professores e estudantes
321 tinham se organizado para reivindicar melhorias. Os/as Conselheiros/as também deram
322 entrevistas, inclusive, ao vivo, em que as respostas devem ser diretas, compreensíveis para
323 qualquer pessoa, não só para assistentes sociais. Outra ação destacada por Juliana foi a
324 participação e o co-financiamento do CFESS no projeto ABEPSS Itinerante. Na primeira
325 edição desse projeto sua finalidade era levar a discussão das diretrizes curriculares junto aos
326 docentes, profissionais e estudantes. Então, foi elaborado um Termo de
327 Convênio, o qual o Conselho financiou parte desse projeto. A nova gestão terá que manter a
328 aproximação com a gestão da ABEPSS de forma mais orgânica, não só no que diz respeito
329 ao financiamento, mas em outras dimensões que certamente o projeto tem. O CFESS busca
330 sempre apoiar iniciativas que tenham relação direta com as deliberações do Encontro
331 Nacional e com aquelas ações que estão expressas no Plano de Lutas. Em seguida, Juliana
332 passou a detalhar as ações do GT Trabalho e Formação Profissional. Esse GT foi criado no
333 Encontro Nacional de 2009, no momento em que o Conjunto CFESS-CRESS discutia o
334 exame de proficiência, com bastante divergência. Na medida em que, a partir de muitos
335 debates, o Conjunto tirou posição contrária ao exame de proficiência, o próprio conjunto criou
336 outra estratégia que pudesse acompanhar essa discussão sobre a precarização da formação
337 profissional de uma forma mais ampla e coletiva. É o único GT do CFESS que reúne
338 representação não só dos CFESS e dos CRESS, mas também das outras duas entidades que
339 organizam o Serviço Social, a ABEPSS e a ENESSO; sua principal atividade é o
340 monitoramento e o acompanhamento das ações previstas no Plano de Lutas em Defesa do
341 Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior. O Plano de Lutas foi
342 pensado coletivamente por essas quatro instituições e apresenta ações de responsabilidades
343 do CFESS, dos CRESS, da ENESSO, da ABEPSS, e é todo monitorado pelo GT Trabalho e
344 Formação. Citou alguns dos eixos que compõem o Plano de Luta: a) Eixo de Fiscalização,
345 que acompanha as ações de fiscalização de cumprimento da Resolução 533 e de
346 acompanhamento da Política Nacional de Estágio da ABEPSS; b) Eixo de Pesquisa,
347 comumente faz levantamento de informações junto aos CRESS, como por exemplo, o
348 primeiro documento sobre a incompatibilidade entre Serviço Social e graduação à distância,
349 produzido pelo GT, a partir dos dados levantados pelas comissões de fiscalização dos
350 CRESS; a também uma pesquisa da ABEPSS sobre trabalho docente; c) Eixo de Articulação
351 com Movimentos Sociais, de identificar outros conselhos que podem somar nossa luta por
352 uma educação pública, de participação no comitê; d) Eixo de Ações junto ao Legislativo, com

353 realização de audiências públicas, produção de notas, ações jurídicas. Informou que, no ano
354 retrasado, a professora Larissa Dahmer da UF/Niterói foi contratada, por um tempo
355 determinado para assessorar o GT na elaboração do volume II do documento sobre a
356 incompatibilidade entre o Serviço Social e Graduação à Distância; foi feito um novo
357 levantamento com os CRESS de denúncias e de situações acerca do Ensino à Distância e a
358 Professora Larissa organizou e analisou esses dados; dos 27 CRESS, cerca de 25 CRESS
359 deram retorno; e dessas denúncias, a maior parte fazia referência à supervisão de estágio em
360 Serviço Social. Esse novo documento traz como centralidade denúncias acerca da supervisão
361 de estágio nos cursos de Graduação à Distância em Serviço Social. Juliana retomou o tema
362 sobre participação do Serviço Social nas Residências Multiprofissionais em Saúde e informou
363 que o documento está sendo elaborado, numa fase inicial, que levanta polêmicas, mas que
364 necessitam ser analisadas, pois ainda é um estudo insipiente; ressaltou que, no Encontro
365 Nacional do ano passado, a deliberação que tratava sobre o tema foi retirada do Eixo da
366 Formação com o compromisso de que o documento ficaria pronto até o final do ano passado,
367 o que não foi possível; ratificou a necessidade de o GT Trabalho e Formação realizar estudos
368 e produzir documentos e também deverá avaliar quais os documentos serão mais pertinentes
369 sobre a possibilidade legal de que 20% da carga horária dos cursos de graduação presencial
370 possam ser a distância, considerando que, no último ano, foram ofertadas mais de 6.500
371 disciplinas à distância em cursos presenciais e isso tem sido uma tendência, especialmente
372 nas escolas privadas, de flexibilizar essa carga horária; outro tema é a criação de cursos de
373 graduação em serviço social na rede de educação profissional e tecnológica, no IFIS, tem-se
374 conhecimento da experiência no Ceará, e é importante discutir esse assunto, qual o seu
375 impacto, a que projeto está relacionado e as implicações dos bacharelados interdisciplinares,
376 principalmente os novos cursos criados na lógica do REÚNE, em que os bacharelados
377 interdisciplinares têm sido a constante. Salientou que, no último Encontro Nacional, foi
378 referendada a necessidade de ser fortalecido o posicionamento da ABEPSS contrário aos
379 mestrados profissionais. A Conselheira Juliana salientou a necessidade de finalização do
380 relatório de uma Comissão de Inquérito, instaurada pelo CFESS para averiguação de uma
381 denúncia relacionada ao CRESS da 12ª Região/SC, trata-se de uma situação bastante
382 complexa, o referido CRESS assinou um termo de ajustamento de conduta se
383 comprometendo a não discriminar os estudantes de ensino à distância, por conta de denúncia
384 de que agentes fiscais daquele regional estavam coagindo profissionais que supervisionavam
385 estágios de estudantes do ensino à distância, portanto, na avaliação dessa situação, foi
386 decidida a instauração de uma comissão de inquérito para ir ao CRESS e verificar a
387 procedência ou não da denúncia. A conselheira Juliana enfatizou a importância de ser
388 retomada a aliança para participar mais organicamente do Encontro Nacional de Educação
389 que vai ser em agosto, no Rio de Janeiro. Em seguida, foi passada a fala à Conselheira
390 Esther deu continuidade à apresentação, passando a discorrer sobre as ações referentes às
391 Relações Internacionais que funciona junto com a Comissão de Formação. Apresentou a
392 Comissão, formada por ela, Juliana, Erivã, Esther, Marcelo, Maria Elisa e Rosa. A Comissão
393 tem como objetivos: a) construir e articular o Serviço Social na América Latina e Caribe, além
394 de debater e formular parâmetros éticos comuns, a partir dos países do Mercosul, por meio da
395 participação no Comitê Latinoamericano e Caribenho de Organizações Profissionais de
396 Trabalho Social/Serviço Social – COLACATS. Esther retomou o marco histórico, explicando
397 que foi em 2000, através do Comitê MERCOSUL que foi aprovada a deliberação de
398 parâmetros ou de princípios éticos comuns entre Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Em
399 2012, quando criado o COLACATS, foram incorporados os princípios éticos do Comitê Latino
400 Americano e Caribenho de Trabalho Social, a saber: a) veicular os princípios e valores do
401 projeto Ético Político Profissional no mundo, por meio da participação da Federação
402 Internacional de Trabalhadores Sociais, a FITS; b) defender, representar e articular o Serviço
403 Social Brasileiro na sua relação com as organizações da categoria a nível internacional no

404 âmbito do exercício da formação de profissionais, construindo as mediações para o
405 espraiamento do projeto Ético e Político profissional na perspectiva internacionalista. Em
406 termos de organização Latino Americana, existe o Comitê Latino Americano e Caribenho de
407 Trabalho Social que articula as organizações profissionais que lidam com exercício
408 profissional na América Latina, atualmente, com doze países; e a Federação Internacional de
409 Trabalhadores Sociais é a tradução em espanhol, FITS. Em inglês é ISFW. No âmbito da
410 formação, existe a ALAIETS, com essa natureza de articular ensino, investigação e serviço
411 social. A Conselheira Esther deu continuidade, explicando que para compreender o
412 COLACATS é preciso entender o percurso histórico. Desde 1995, quando o CFESS decidiu
413 filiar-se à FITS como Conjunto CFESS/CRESS, a inserção internacional serviu como
414 estratégia na articulação com os países da América do Sul ou no Cone Sul e também nas
415 demandas que a criação do bloco MERCOSUL impunha para a organização profissional. Em
416 1996, foi criado o comitê MERCOSUL, juntamente com a Argentina, Paraguai e Uruguai. O
417 COLACATS nasce da articulação da década de 90, do Comitê MERCOSUL e, já naquele
418 momento, se tinha uma ideia de não se restringir a articulação internacional aos países do
419 bloco econômico, mas, a partir da organização do bloco, de pensar a Integração Latina
420 Americana. Esses espaços foram sendo dados ao longo das diferentes gestões no Conjunto
421 CFESS/CRESS. Foi herdada da gestão Atitude Crítica já um regulamento esboçado do que
422 seria um nome de um possível Comitê Sul Americano de organizações profissionais. O
423 Comitê MERCOSUL realizou uma reunião, no Rio de Janeiro que precedeu o workshop, onde
424 houve a integração de Porto Rico; em 2012, foi realizada outra reunião em Tucumán, na
425 Argentina, em que foi pensada a elaboração do Estatuto; em 2013, em Montevideu, foi
426 elaborado um documento que expressasse o Comitê Latino Americano e Caribenho de
427 Organizações Profissionais. A articulação do CFESS se deu a partir do Cone Sul; estiveram
428 representando o CFESS, no âmbito da FITS, a Valdete, Joaquina e a Janete, como vogais;
429 explicou que o termo vogal é usado para quem seria vice-presidente ou suplente. Lembrou
430 que a decisão de realizar a Conferência Mundial de Serviço Social, no Brasil, em 2008, deu
431 ao CFESS outra visibilidade no cenário internacional. A atual definição de Serviço Social
432 adotada pela FITS foi aprovada no Congresso Mundial, ocorrida em Montreal, no ano de
433 2000. Explicou que para participar da FITS com direito a voto é preciso pagar uma anuidade,
434 e que alguns países não tem condições objetivas de fazê-lo. Naquele momento, se aprovou a
435 definição de Serviço Social, embora no debate no Comitê MERCOSUL, tinha-se ciência que
436 aquela definição não representava o Serviço Social na América Latina. A definição foi
437 aprovada naqueles termos, porém, foi deliberada também que seria revista no período de dez
438 anos, o que aconteceu no ano de 2010, em Hong Kong, na Conferência Mundial que é
439 precedida da Assembleia da FITS. A Ivanete e Sambara estavam lá e não foi pautada a
440 questão do novo conceito, todavia foi aprovada naquela assembleia a realização de um
441 workshop, no Brasil, para problematizar tal conceito. O tema da definição mobilizou a relação
442 entre o CFESS com as organizações do exercício e com as organizações da formação
443 profissional; é um tema que mobiliza formação e exercício. Na FITS, o CFESS paga
444 anuidade, estando, portanto, apto a participar da Assembleia Geral da FITS que acontecerá
445 em julho, na Austrália. O CFESS participou como sócio-fundadores do Comitê Latino-
446 Americano e Caribenho das Organizações Profissionais. Em 2013, foi aprovado o Estatuto.
447 Em abril, deste mesmo ano, o Estatuto foi ratificado e efetivou-se a transição do Comitê
448 MERCOSUL para a COLACATS com a aprovação da nova coordenação do COLACATS,
449 sendo o Brasil junto com Porto Rico. Avisou que o CFESS terá, nos próximos três anos, um
450 diálogo constante no âmbito do Comitê MERCOSUL, objetivando a consolidação do
451 COLACATS. Lembrou que o CFESS também participou do Fórum Permanente MERCOSUL
452 para o trabalho em saúde; esse Fórum foi criado pelo Ministério da Saúde com vistas aos
453 debates sobre a livre circulação dos profissionais e a questão da revalidação dos diplomas.
454 São temas importantes, visto que o Brasil é o único que possui conselhos profissionais. A

455 Argentina, Paraguai e Uruguai não possuem. No Brasil, os assistentes sociais são
456 profissionais de nível superior que se formaram em Universidades reconhecidas pelo MEC e
457 receberam o título de Assistentes Sociais ou Bacharel em Serviço Social. Na Argentina,
458 assistente social é formado no ensino médio. Assim, tem-se uma diversidade de formação,
459 porque não há lei que regulamente a profissão nesses países. Outro objetivo do COLACATS
460 é contribuir com a articulação política desses países para que haja a regulamentação da
461 profissão. No Uruguai e na Argentina já têm leis profissionais tramitando nos seus
462 Congressos Nacionais. A Conselheira Esther então passou para ações em andamento,
463 esclarecendo que no âmbito da inserção do Conjunto CFESS-CRESS nas Relações
464 Internacionais é priorizada a América Latina. A gestão Tempo de Luta e Resistência introduziu
465 a relação com os países da Comunidade de Língua Portuguesa - CLP, a saber: Angola, Cabo
466 Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Portugal, não sendo feitos contatos ainda com São
467 Tomé e Príncipe e Timor Leste. O CPLP compõe oito países. No Brasil, existem muitos alunos
468 desses países cursando Serviço Social nas escolas de graduação e a pós-graduação, devido
469 aos processos de guerra, em que a carreira profissional foi suspensa. Ressaltou que a
470 Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Nicarágua, Peru, Porto Rico,
471 República Dominicana e Uruguai fazem parte do COLACATS. A Bolívia ainda não participa,
472 mas é membro da FITS. Nos eventos internacionais, a Bolívia está presente, mas não tem
473 participado ainda do COLACATS; o Paraguai participou do Comitê MERCOSUL, todavia, por
474 conta dos processos políticos que aconteceram, a Associação Paraguaia dos profissionais
475 está dividida, não são sócios da FITS por não terem capacidade financeira; Equador, El-
476 Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá não há contato; na Venezuela, há uma
477 organização profissional, que participou uma única vez do Comitê MERCOSUL. Assim, é
478 fundamental retomar o diálogo com o Paraguai e a Venezuela. A Conselheira Esther detalhou
479 mais o tema Definição do Serviço Social: a gestão Atitude Crítica deliberou pela criação de
480 um GT, chamado GT Definição; na gestão Tempo de Luta e Resistência esse GT Definição
481 efetivou e avançou os trabalhos e teve como grande marco, a reunião realizada, no Rio de
482 Janeiro, em 13 de agosto, onde se consolidou um documento para a Definição. No Encontro
483 de Mendonza, o CFESS levou um texto em espanhol e distribuiu para ser discutido em 10
484 países; isso foi muito importante porque paralela à participação das organizações
485 profissionais, veio um hall de propostas, alterando o texto; outra boa estratégia foi de não se
486 aceitar o que não passou pela legitimidade da representação das organizações profissionais.
487 Os países Uruguai, Argentina, Porto Rico contribuíram com o texto original, a partir daí, no
488 workshop, realizado, nos dias 8 e 9 de março de 2012, foi elaborado o texto final da definição
489 e produzido em três idiomas: espanhol, inglês e português, sendo, posteriormente, enviado
490 para Estocolmo, sendo deliberado pelos países que compõem a FITS, por unanimidade, que
491 o texto precisaria ser revisto. Dessa forma, foi constituída uma comissão internacional
492 formada por cinco pessoas da FITS e cinco pessoas da AIETS. A presidente do CFESS,
493 Sâmya, representou a América Latina. Tratou-se de um tema que avançou, no sentido de
494 fazer incidir o debate sobre o texto aprovado no workshop, nos demais países da América
495 Latina. A Conselheira Esther informou ainda sobre a construção da pesquisa que trata das
496 condições de trabalho dos assistentes sociais da América Latina e Caribe, já em processo de
497 tabulação dos dados. Esse trabalho está sendo realizado pelo COLACATS, com a
498 coordenação do Colégio Profissional de Porto Rico. Houve a participação de 450 profissionais
499 brasileiros; em 2012, foi realizada uma oficina, em Porto Alegre, sobre a articulação com
500 organizações profissionais dos Países da Comunidade de Língua Portuguesa. Antes de
501 Estocolmo, a Professora Ana Elizabete Mota participou de um debate em Coimbra para tratar
502 sobre o tema. Foi encaminhada toda a publicação do CFESS para Portugal e Angola, visto
503 que eles têm dificuldade de acesso à bibliografia. Salientou que, em Estocolmo, foi
504 apresentada uma moção para que a Língua Portuguesa fosse considerada a língua oficial na
505 FITS, justificada a partir do número de profissionais nos países que utilizam esse idioma. O

506 Brasil é o segundo maior país em número de profissionais; perdendo só para os Estados
507 Unidos, mas que naquele momento, não foi aprovada. A Conselheira Esther retomou o Fórum
508 Permanente do MERCOSUL para o trabalho em saúde, em que ela e o Conselheiro Maurílio
509 são representantes. Em 2012, eles participaram de algumas reuniões, dentre elas, do
510 seminário que tratou da regulação do trabalho das profissões de saúde; é um campo que
511 depende da articulação com outros países em termos construção de uma matriz mínima
512 compartilhada, para que possam fazer o que estão chamando de livre circulação e a
513 possibilidade da revalidação desses diplomas. Além disso, o CFESS tem divulgado,
514 permanentemente, em seu sítio, os eventos internacionais. Lembrou que veio uma demanda
515 do 40º Encontro Nacional, sobre a inclusão da questão de solidariedade à Cuba; informou que
516 o Brasil tem um número expressivo de brasileiros que sempre apresentam trabalhos nos
517 eventos internacionais, havendo a necessidade de se pautar a questão da tradução,
518 permitindo a ampliação de participantes nos eventos internacionais. Quanto ao tema Serviço
519 Social nas Regiões Fronteiriças, explicou que se tratou de uma deliberação apresentada
520 basicamente pela Região Norte, ganhando relevância no último Encontro Nacional. Assim, foi
521 pensado num evento nacional precedido de encontros regionais entre CRESS e os
522 profissionais, contanto também com debates sobre a questão de fronteira com todos os
523 países; já foi iniciado diálogo com o Uruguai, Argentina, Colômbia e Peru. Nos dias 6 e 7 de
524 julho próximo, o CFESS participará da Assembleia Geral da FITS, que ocorre sempre antes
525 do Congresso Mundial. A pauta já foi elaborada, na qual está pontuada a eleição para a
526 próxima presidência de FITS e de acordo com a articulação política realizada, o CFESS
527 apoiará a candidatura do Rodolfo Martinez, atual Presidente da ADASU/Uruguai para a
528 presidência da FITS; a outra candidatura é da Silvana Martinez para a Presidência da FITS
529 América Latina. Por isso, a permanência do CFESS no COLACATS. Outro ponto destacado
530 foi a realização do Terceiro Congresso Mundial de Serviço Social, em que a Professora
531 Marilda Iamamoto foi convidada para ser conferencista. Esther frisou que o debate das
532 Relações Internacionais está apenas iniciando, visto que começou em 1996. Citou, com base
533 na inspiração de um artista, pintor, uruguaio Torres Garcia, que fala assim: “que o nosso norte
534 seja o sul”, em que faz uma crítica pelo fato de a América Latina olhar sempre para os
535 Estados Unidos como sendo o norte, assim ele inverte o mapa e diz que o nosso norte é o
536 sul. A ideia nessas Relações Internacionais é falar, a partir da própria localização, a partir da
537 própria referência, dentro do debate internacional, mas valorizando e dando a direção a partir
538 daquilo que cada região tem e é. Foi passada a fala para a Conselheira Rosa Prêdes que
539 apresentou a Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional - COFI, formada por ela e
540 pelas Conselheiras Alessandra, Erivã, Heleni, Marinete e Marlene; até 2012, houve a
541 participação de Janaine. Registrou o agradecimento às assessoras especiais que trabalham
542 junto à COFI, Cristina Abreu e Adriane Tomazelli e à assessora jurídica Sylvia Terra; e
543 também à assessoria de comunicação, Rafael e Diogo, que viabilizaram toda a divulgação
544 das questões de responsabilidade da fiscalização, através de várias formas. Logo a seguir,
545 destacou os principais temas que a COFI enfrentou nesta gestão: o primeiro ponto trabalhado
546 foi o fortalecimento da Política Nacional de Fiscalização em articulação com os CRESS, uma
547 articulação fundamental, principalmente porque quem realiza a fiscalização profissional são os
548 CRESS. O CFESS não tem uma ação direta de fiscalização, mas tem esse papel, através da
549 COFI, de fortalecer a política em todas as suas dimensões, em todas as suas atividades
550 previstas, evidentemente, com isso, contribui para afirmação dos princípios éticos-políticos.
551 Outra questão fundamental que passa pela COFI articulada com as demais comissões é a
552 divulgação e a reafirmação dos instrumentos normativos, tarefa difícil porque a gestão tem
553 uma posição política esquerdista, dentro de uma autarquia, ou seja, de uma instituição em
554 que o estado brasileiro outorga a esses conselhos exatamente uma função pública de
555 autorregulação da categoria. Afirmou que muitos dos dilemas e desafios passam, muitas
556 vezes, até pelo impedimento de agir em determinadas situações, onde a categoria acredita e

557 cobra que o CFESS tome alguma atitude. Pontuou a primeira questão trabalhada sobre
558 concursos públicos, que tem demandas a partir das deliberações e também demandas
559 espontâneas, vindas dos CRESS e consultas individuais. Informou que foram produzidas
560 peças de divulgação sobre o porquê a assistente social defende o concurso público, o que
561 significa isso, não só como espaço no mercado de trabalho, mas como uma defesa de
562 princípios, do direito de acesso a esse trabalho; houve uma atuação muito significativa com o
563 concurso do INSS, no sentido de garantir a nomeação das vagas. Também foram feitas
564 intervenções para suprir irregularidades em editais federais. Quanto às ações políticas para o
565 cumprimento da Lei das 30 horas foram feitas um conjunto de ações políticas durante os três
566 anos da gestão: a) Dias Nacionais de Luta, em 2011, 2012 e 2013, b) o tema da semana do
567 Assistente Social levou a categoria a se problematizar como trabalhador e suas relações de
568 trabalho, c) as incidências políticas nas audiências nos órgãos federais, d) o observatório das
569 30horas, instrumento importante de divulgação das conquistas, onde está sendo realizada
570 uma sistematização de informações, enviada pelos CRESS. Trata-se de um tema estratégico
571 para o CFESS e polêmico também, assim a Conselheira Rosa Prêdes passou a fala à
572 Assessora Sylvia Terra que apresentou a ação judicial impetrada pelo CFESS. A assessora
573 iniciou informando que existem duas ações em relação à regulamentação das 30horas: a
574 primeira é uma ADIN, Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foi interposta pela
575 Confederação dos Hospitais na área da Saúde, solicitando a declaração de
576 inconstitucionalidade da lei que veio alterar a Lei nº. 8.662, incluindo um artigo que prevê
577 como jornada de trabalho da assistente social, 30 horas. O CFESS faz parte como a *amicus*
578 *curiae*, que é uma figura jurídica, entidade ou pessoa jurídica ou física, que pode constituir
579 nessa ação judicial como se fosse parte processual; essa ação foi alegada inconstitucional
580 com o argumento de que as 30 horas não foram determinadas e nem pactuadas mediante
581 uma orientação ou um acordo sindical; destacou que há um parecer do Ministério Público, que
582 afirma que esses argumentos são frágeis, e um da União, arguindo a não procedência da
583 ADIN; que no documento produzido por ela, arguiu que todos os tipos de contratos, públicos e
584 privados, celetistas e estatutários; não há intervenção do sindicato; informou que o Supremo
585 Tribunal Federal não têm a menor pressa de julgar essa ADIN. A segunda é a ação que o
586 CFESS interpôs perante a Justiça Federal, em primeira instância, para requerer a anulação
587 da Portaria MPOG n. 97/2012; foi solicitada a liminar para que o magistrado pudesse
588 conceder a antecipação de tutela, no sentido de já definir a anulação da Portaria; o juiz não
589 deu a liminar, disse que não é matéria de urgência, portanto, está para ser julgado o mérito.
590 Após os informes, a conselheira Rosa Prêdes retomou a apresentação da COFI, pontuando o
591 tema do sociojurídico. O histórico desse processo começou na gestão anterior e houve todo
592 um desdobramento; contou com a participação dos CRESS, com a contribuição de assessoria
593 e das companheiras do CFESS; foi constituído um GT a partir de uma deliberação do
594 Encontro Nacional; trabalharam a questão da emissão de estudo social para fins de laudos e
595 pareceres exigidos pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário aos assistentes sociais do
596 Executivo. Houve a elaboração do parecer jurídico 10/2012, elaborado pela Assessora Sylvia
597 Terra, divulgado em audiência com o Conselho Nacional de Justiça, que ainda está em
598 andamento, devido a necessidade de acompanhar os desdobramentos e os pareceres que o
599 CNJ elaborarão sobre a questão. A expectativa inicial da COFI é a possibilidade de
600 interferência e recomendação do CNJ junto aos fóruns estaduais, sendo um elemento
601 importante na orientação, inclusive aos fóruns. Foi pauta também uma reunião com o
602 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS que deverá ocorrer em breve e ficará como
603 tarefa para a próxima COFI. A Conselheira Rosa registrou os estudos ficarão para a próxima
604 gestão, a exemplo da Lei de Execução Penal; as ações de defesa das atribuições privativas e
605 das condições éticas e técnicas para o exercício profissional; a alteração da descrição da
606 profissão na Classificação Brasileira de Ocupações-CBO; a cartilha da supervisão de estágio;
607 as ocupações de nível médio e fundamental. Há também a discussão sobre a relação das

608 atribuições do assistente social com os outros profissionais de nível superior. Registrou ainda
609 algumas das demandas: a produção de uma brochura sobre o material técnico sigiloso, junto
610 com a Comissão de Ética; outra questão concreta vem do INSS a respeito do sigilo das
611 avaliações sociais feitas pelos assistentes sociais; um estudo sobre a atribuição do assistente
612 social como cuidador/tutor; estudo sobre a responsabilidade técnica dos assistentes sociais.
613 Na área da saúde, estão sendo acompanhadas duas questões: uma sobre a regulação do
614 trabalho em saúde e a outra que trata de algumas resoluções que garantam claramente a
615 presença do assistente social na equipe multiprofissional e que estão sendo reeditadas,
616 flexibilizando a formação dessa equipe. Colocou em destaque e urgência o posicionamento
617 sobre a saúde da pessoa com deficiência e também a resolução do Ministério da Saúde sobre
618 a equipe que trabalha com hemodiálise; e sobre duas demandas da política urbana, a vinda
619 do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, solicitando orientações sobre o
620 trabalho dos assistentes sociais em situação de remoção da população; e a outra refere-se a
621 inscrição junto ao CRESS das empresas prestadoras de serviços para os serviços de
622 habitação. Para finalizar, a Conselheira Rosa destacou três outros temas: o primeiro trata da
623 questão da obrigatoriedade da inscrição dos assistentes sociais docentes nos CRESS; que
624 contaram três anos de discussão com a contribuição jurídica, tratando da legalidade, da
625 exigência relacionada à autonomia universitária, mas também ao exercício de uma atribuição
626 privativa, que é de docente de conteúdos dos serviços sociais. Noticiou que a gestão atual da
627 ABEPSS pautou e publicou um documento recomendando e mostrando as implicações
628 políticas desse ato de inscrição; esse documento é fruto das articulações que o CFESS busca
629 realizar. A Conselheira Rosa apresentou o SISCAFWEB, sistema de credenciamento de
630 estágio que foi instalado nos CRESS, onde muitos estão com dificuldades de
631 operacionalização. Sobre os Seminários, uma das ações previstas na Política Nacional de
632 Fiscalização é a capacitação dos componentes das COFIs nos CRESS e o fortalecimento dos
633 fóruns regionais. O primeiro seminário realizado por essa gestão foi em 2011; em geral, é um
634 seminário que trata dos aspectos jurídicos normativos, da expansão da formação e da
635 discussão do estágio; é importante fazer uma discussão do uso dos sistemas:
636 credenciamento, relatório e fiscalização. Outra questão que deverá ser apresentada trata da
637 alteração da nomenclatura do cargo de agente fiscal, pautado no segundo seminário que foi
638 muito produtivo, havendo a apresentação de experiências, de trabalhos científicos pelas
639 COFIs; os temas foram relacionados às atribuições dentro da equipe, os cargos genéricos, as
640 questões das terapias, as práticas terapêuticas e também a socialização de informações
641 acerca dos fóruns regionais. O CFESS tem um papel muito importante de incentivar estes
642 fóruns regionais, que em geral, ocorrem antes dos Encontros Descentralizados, como parte
643 da programação. Finalizando, disse que em Tempos de Luta e Resistência, cresceremos a
644 Luta pela Manhã Desejada. A Conselheira Samya ressaltou que um dos grandes problemas
645 deste Conjunto é não elencar prioridades. Existe uma agenda com mais de duzentas
646 propostas e o GT Metodologia criado, nessa gestão, propõe uma nova metodologia para os
647 Encontros Nacionais, isto é, no primeiro, planeja; no segundo, monitora e no terceiro avalia as
648 deliberações, para tentar enxugar agenda. Continuou informando que os Relatórios anuais
649 das ações estão disponíveis no sítio do CFESS, que as Comissões têm dinâmicas diferentes
650 e que o TCU cobrou do CFESS um Relatório mais enxuto, pautando que deliberação não é
651 sinônimo de ação, é o norte das atividades. E finalizou os trabalhos do dia. **No dia catorze,**
652 **no período da manhã,** sob a coordenação da Conselheira Sâmya, foi iniciada a pauta dos
653 assuntos jurídicos, com a assessora Sylvania Terra, que iniciou sua apresentação pontuando
654 como ocorre a interlocução do jurídico com o CFESS. Aproveitou e informou que nessa
655 gestão, houve a contratação de mais um assessor jurídico, Vitor Alencar que vem
656 desempenhando as tarefas de natureza administrativo-financeiras, cujo contrato é semelhante
657 ao dela, ou seja, contrato de prestação de serviços. Revelou que a contratação do Vitor se
658 deu através de uma licitação, onde concorreram pessoas jurídicas de escritórios advocatícios,

659 apresentando propostas com melhores preços e técnicas, dando-se, um peso muito maior
660 para a questão da técnica. Continuou explicando como ocorreu a sua contratação, que na
661 época não foi por licitação, mas sim por notória especialização, considerando que tem 25
662 anos no Conselho, além de várias publicações, com capacitações, preenchendo todos os
663 critérios exigidos, do ponto de vista legal, para se tornar especialista na área; sua contratação
664 se deu pela inexigibilidade de contratação. Explicou que cabe à assessoria jurídica a função de
665 orientar e assessorar os/as Conselheiros/as juridicamente em questões que são de atribuição
666 do Conselho. Assessorar é dar subsídios em determinada área técnica, que não é de domínio
667 de outrem, e emitir um parecer sobre as questões jurídicas nesse âmbito, a fim de ser
668 submetida à apreciação de todos os/as conselheiros/as para a concordância ou a
669 discordância. Comunicou que participa de todas as reuniões do Conselho Pleno e, de outros
670 momentos, sempre que solicitada, com vistas a prestar assessoria em todas as questões que
671 demandam análise e parecer jurídico, de forma a subsidiar a decisão do Pleno em matéria
672 jurídica e a possibilitar que tais decisões sejam tomadas de forma fundamentada, motivada,
673 responsável e com segurança. Disse que o CFESS tem a atribuição de elaborar, interpor
674 medidas administrativas ou judiciais, decorrentes de consultas realizadas, desde que no
675 âmbito de atualização da entidade; sua função é de acompanhar o julgamento dos recursos
676 éticos e administrativos que tramitam perante o CFESS, orientando quanto aos
677 procedimentos jurídicos e analisando os preliminares arguidos. Passou então a apresentar os
678 procedimentos realizados: o recurso é a possibilidade daquele que foi penalizado ou daquele
679 que se sente insatisfeito com a decisão de 1ª Instância, de recorrer a outra Instância
680 totalmente imparcial e não neutra, que possa rever a decisão da 1ª Instância, tornando esse
681 processo também extremamente democrático. O trâmite desses recursos começa com a
682 chegada ao CFESS, passando pelo funcionário do Administrativo, que protocola, enumera,
683 sendo um número diferente do número do CRESS, obedecendo a uma ordem cronológica.
684 Esses recursos são designados entre os/as Conselheiros/as, com exceção do presidente, que
685 não pode ser relator. Esse relator analisará toda a decisão da 1ª Instância Administrativa,
686 verificando qual o pedido do recurso; às vezes, quem recorre é o denunciante, pedindo que
687 seja anulada a penalidade que ele recebeu no CRESS e, às vezes, quem recorre é o
688 denunciante que, insatisfeito com a decisão do CRESS no sentido de julgar improcedente a
689 ação ética, recorre para que aquele que ele denunciou seja penalizado. Então, tem recurso
690 dos dois lados, tanto do denunciante como do denunciado. Após escolhido o relator, o
691 assessor Jurídico Vitor faz a parte da síntese de todos os atos processuais e quando tem
692 matéria liminar, informou que é ela quem analisa. Explicou quanto à matéria preliminar no
693 recurso, aquela que antecede a questão de mérito, se referirá às questões do cumprimento
694 das formalidades legais, ou seja, direito de defesa, do contraditório, dos procedimentos que o
695 CRESS usou. Se, ao chegar ao CFESS, for detectado que não houve o cumprimento de tais
696 procedimentos, o processo será anulado ou devolvido ao CRESS para refazer os atos que
697 foram considerados nulos. Em geral, os relatórios do CFESS são bem elaborados, porque
698 entra na discussão não só dos fatos, mas na discussão teórica do que é o exercício
699 profissional, se utiliza todos os argumentos teóricos, doutrinários e jurisprudenciais para o seu
700 embasamento legal. No CFESS essa atuação é feita de uma forma extremamente séria e
701 prioritária. Enfatizou que o projeto ético do CFESS nos CRESS tem uma dimensão política
702 muito importante. Quando o CFESS vai ao CRESS, em geral é representado por uma
703 Comissão composta pelo Presidente, um/a Conselheiro/a do Conselho Fiscal, um/a
704 Conselheiro/a tesoureiro/a, o primeiro e o segundo, um assessor jurídico e o assessor
705 contábil, que analisam duas dimensões, política e jurídica, em relação ao CRESS. Essa
706 verificação se dá em relação a licitação, processo ético, administrativo, conflitos internos,
707 questões políticas; são verificadas todas as dimensões do CRESS. Destacou seu papel de
708 coordenar e assessorar todos os procedimentos jurídicos relativos às instaurações, pelo
709 CFESS, de sindicâncias, inquéritos, procedimentos de averiguações e outros no âmbito do

710 CRESS ou CFESS. Pelo Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, o CFESS tem obrigação de
711 intervir nos CRESS quando há descumprimento de normas de resoluções, não cumprimento
712 de procedimentos administrativos, que haja atos de improbidade administrativa que impliquem
713 em apropriação ou má gestão dos recursos, inclusive, e outros fatos que são levados ao
714 CFESS que cabem, dependendo da natureza, sindicância, inquérito administrativo,
715 procedimento de averiguação e até tem casos de intervenção. O CFESS pode intervir nos
716 CRESS em casos de absoluta irregularidade ou em situações em que o Conselho Regional
717 não consegue abarcar todas as questões que minimamente são colocadas e que há a
718 falência total da estrutura do CRESS. São várias situações que podem exigir a intervenção do
719 CFESS nos CRESS. Tudo isso denota a responsabilidade que o CFESS tem, inclusive, em
720 relação aos CRESS, não servindo, portanto, apenas como instância recursal. Apresentou
721 ainda, em relação às atividades realizadas pelo CFESS, a saber: a) elaboração de minutas de
722 Resoluções; nesse processo há a discussão e análise de todos/as, porque a resolução será
723 assinada em nome do CFESS. Sempre que a resolução diz respeito às questões que
724 envolvem o exercício profissional de âmbito nacional, essa é discutida no Encontro Nacional
725 CFESS/CRESS. b) elaboração de pareceres jurídicos e manifestações jurídicas. Parecer
726 jurídico é uma matéria mais tensa, que diz respeito a uma questão de âmbito nacional, que
727 abrange, inclusive, todos os CRESS e o CFESS, refere-se ao colegiado. Manifestação jurídica
728 é uma matéria mais específica. c) acompanhamento e orientação, participação e reunião dos
729 Fóruns dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas – chamado de Conselhão,
730 fórum que é composto por representantes de todos os Conselhos Federais de Profissões
731 Regulamentadas. Tem uma questão que é muito interessante que está sendo discutida, que é
732 um projeto de lei que estabelece um regimento único para todos os Conselhos Federais, d)
733 participação em todas as reuniões realizadas pelo Conselho Pleno. Informou que foi
734 modificado o Código Eleitoral e alterados o Código Processual de Ética e o Código
735 Processual Disciplinar, e) Ações em Andamento: - Compêndio de jurisprudência dos recursos
736 éticos, que reunirá todos os julgamentos no CFESS; - Estudo de Identidade de gênero,
737 objetivando a elaboração de resolução, que regulamente a matéria; - atualização do Caderno
738 III, instrumentos processuais, considerando a alteração do Código Processual de Ética; - a
739 análise das questões referentes à D1, que é uma Universidade do Pará que o Ministério
740 Público determinou a suspensão da inscrição de todos os formandos da D1, visto terem sido
741 constatadas irregularidades nos processos; - finalização das atas de julgamento; - elaboração
742 de Pareceres Jurídicos decorrentes de consultas encaminhadas pelo CFESS de origem do
743 próprio federal por solicitação dos regionais; - elaboração de pareceres jurídicos sobre
744 preliminares arguidas nos recursos éticos ou sobre recursos administrativos interpostos
745 perante o CFESS; - parecer sobre inscrição e pagamento de anuidade do profissional
746 assistente social militar; - parecer sobre sigilo no âmbito do INSS; - resposta ao CNJ sobre o
747 DSD, que solicitou manifestação em razão de um pedido da Associação dos Psicólogos e
748 Assistentes Sociais do Estado de São Paulo de questionar uma resolução do CNJ, onde
749 recomenda a instalação das salas especiais para a realização do procedimento dos
750 chamados depoimentos sem danos, que tem várias denominações; - prioridades jurídicas
751 estabelecidas, na reunião do Conselho Pleno; as ações judiciais ou um pedido do Ministério
752 Público com prazos sempre são priorizadas. Sylvia Terra lembrou que recentemente
753 participou de uma reunião do Conselhão e foi informada que o único conselho obrigado a
754 aplicar o Regime Jurídico Único, ou seja, a Lei n. 8.112, foi o Conselho Regional de
755 Odontologia do Mato Grosso, sendo o único conselho; ressaltou que a questão do RJU não
756 está definida ainda do ponto de vista do cumprimento de todas as instâncias e que tem um
757 recurso especial no Superior Tribunal de Justiça, pendente ainda de decisão porque houve a
758 interposição de vários agravos de instrumento. O TCU entende que é obrigatório o concurso
759 público a partir de março/2001, e tem decisões que não se aplica o RJU aos Conselhos.
760 Quem entende que se aplica o RJU aos Conselhos são alguns membros do Ministério Público

761 que entram com ação individualizada para a aplicação do regime. A Conselheira Sâmya fez
762 um adendo, informando a todos/as sobre a deliberação aprovada no Encontro Nacional de
763 sua gestão, que determinou que o primeiro curso de Ética em Movimento de cada gestão será
764 somente para os/as Conselheiros/as das Comissões de Ética dos CRESS. Logo em seguida,
765 passou a palavra para o Assessor Contábil Vilmar que se apresentou dizendo estar no
766 CFESS desde 1991 e que suas atividades, além da responsabilidade contábil, também
767 responde pela parte de pessoal, ou seja, folha de pagamento, encargos, balancete mensal,
768 reformulação, orçamento, prestação de contas anual e, o relatório de gestão; e que presta
769 assessoria contábil a todos os CRESS a partir da análise mensal dos balancetes; analisa
770 também as propostas orçamentárias anuais dos conselhos, as reformulações orçamentárias,
771 as prestações de contas anuais e também, agora, o relatório de gestão. Informou que sua
772 contratação foi mediante licitação, considerando técnica, preço e concorrência. É uma tomada
773 de preço divulgada para o Brasil todo, não sendo restrito ao Distrito Federal. Declarou que, de
774 vez em quando, participa da reunião do Conselho Pleno, na parte financeira ou na
775 apresentação do Conselho Fiscal. Explicou que o balancete do CFESS normalmente fica
776 pronto no máximo dia 10 a 15 do mês subsequente; e que a partir do ano que vem, os
777 Conselhos terão a obrigação de encaminhar ao Tribunal de Contas da União todos os
778 relatórios de gestão. O Tribunal ficou mais de 10 anos sem receber prestação de contas dos
779 Conselhos e agora voltou com uma sistemática de prestação de contas diferente, buscando
780 ver se a atividade fim do Conselho está sendo realizada. A Conselheira Kátia informou que 16
781 CRESS enviaram o Relatório de Gestão e que destes, 7 foram reprovados pelo CFESS na
782 análise da contabilidade, dos quais, 2 já deram retorno das recomendações, faltando 10
783 enviarem. O assessor Vilmar iniciou a apresentação da situação financeira do CFESS. O
784 resultado orçamentário no período de maio/2011 a abril/2014. De maio a dezembro de 2011,
785 a receita arrecadou R\$2.307.000,00, e a despesa no mesmo período foi de R\$3.174.000,00.
786 Então, nesse período houve um déficit de 867mil, orçamentário, porque o Conselho já havia
787 arrecadado uma quantidade já suficiente. Informou que a arrecadação no primeiro semestre é
788 diferente do segundo semestre. A despesa do CFESS no segundo semestre é muito maior
789 que o primeiro, devido aos Encontros Descentralizados, o Encontro Nacional, final de ano,
790 agendas, 13º, ano de eleição etc. O resultado patrimonial do exercício foi superavitário. Em
791 2012, o CFESS arrecadou R\$4.795.000,00, e gastou R\$4.759.000,00. Esclareceu que parte
792 do recurso superavitário é destinado aos Fundos: de Apoio, Sede, Capacitação, Eventos e,
793 agora, recente, o Fundo Arrecadação. Se o CFESS arrecada 1 milhão e gasta 500 mil, os
794 outros 500 mil reais ficam no ano seguinte e só pode gastar com investimento. Explicou que o
795 resultado orçamentário é a receita arrecadada e despesa realizada. O resultado financeiro em
796 2012, o CFESS tinha R\$2.713.000,00 disponível em banco, aplicação em conta corrente;
797 tinha a pagar R\$1.310.000,00, ou seja, um superávit líquido de R\$1.403.000,00. O resultado
798 patrimonial do exercício foi R\$231.000,00, isto é, o patrimônio do CFESS, apesar de ter feito
799 tudo, ainda cresceu R\$231.000,00 reais. Em 2013, arrecadou R\$ 5.521.000, e gastou
800 R\$5.310.000, tendo o superávit de R\$211.000,00. Em 2013, foi destinado ao recurso Fundo
801 Recadastramento R\$300.000,00; caso isso não tivesse sido feito, o CFESS teria ultrapassado
802 de R\$511.000 de superávit. Então sempre divide parte do Fundo, parte CFESS.
803 Financeiramente tinha R\$3.346.000,00, no dia 31/12/2013, R\$1.822.000,00 a pagar, ou seja,
804 um superávit financeiro livre de R\$1.524.000,00. E o resultado patrimonial teve um superávit
805 de R\$305.000,00. Agora tem a posição de janeiro a abril deste ano, arrecadou
806 R\$3.322.000,00, gastou R\$1.396.000,00, até agora R\$1.925.000,00. O resultado financeiro
807 R\$5.194.000,00 na data de 30/4, contra uma despesa de pagar R\$1.722.000,00, com um
808 superávit de R\$3.471.000,00 e o patrimonial 1.874.000,00, mas isso é só nesse período de
809 2014. Disse que é normal o superávit ser alto no início de cada ano, até o primeiro semestre,
810 depois começa a baixar, porque a despesa é fixa, tende a aumentar no segundo semestre e a
811 receita só diminui. Analisando mês a mês quanto foi a arrecadação em 2011 de maio a

812 dezembro, e 2012 de janeiro a dezembro, de 2013 de janeiro a dezembro e 2014 de janeiro a
813 abril. A despesa, resultado acumulado. Nesse período o CFESS arrecadou R\$15.946.358,16
814 e gastou R\$14.641.000,00. Pode-se verificar que a arrecadação, em 2013, começa a cair e a
815 despesa vai aumentando, principalmente a despesa de dezembro de cada ano. Saldo
816 disponível de todas as contas bancárias que o CFESS tem, sendo que tem uma conta para
817 cada Conselho Regional, apresentando mais de trinta contas. Tem a conta do Banco do Brasil
818 que é conta corrente; tem a conta corrente na Caixa Econômica e bancos conta arrecadação.
819 Cada Conselho tem sua conta; tem as contas de aplicações financeiras; conta poupança;
820 conta do Fundo Sede, Fundo Bens Móveis, Fundo Capacitação, o Fundo Eventos, o Fundo
821 Nacional de apoio ao CFESS-CRESS, o Fundo recadastramento, todas com contas
822 separadas e seus rendimentos não constam como receita para o CFESS. O balancete de
823 abril, exercício de 2014, tem R\$116.000,00 no Fundo Sede; R\$ 109.000,00, no Fundo Bens
824 Móveis; R\$ 348.000,00, no Fundo Eventos; R\$ 242.000,00, no Fundo Capacitação. No Fundo
825 Nacional de Apoio aos CRESS, em que todos os Conselhos contribuem com 1% da sua
826 receita arrecadada no exercício anterior, que é depositado em abril do exercício seguinte, e o
827 Fundo Recadastramento que é R\$ 306.000,00, que foi recém-criado. O total de Fundos
828 R\$1.538.000,00. A Conselheira Sâmia lembrou que para organizar o CBAS era acessado o
829 Fundo Eventos, depois o CBAS devolvia ao CFESS. Todavia, no último CBAS, restou um
830 saldo de R\$ 300 mil e foi criado o Fundo CBAS. Existe um Termo de Convênio entre CFESS
831 e ABEPSS. É importante fazer esse destaque porque esse dinheiro do Fundo Eventos, com a
832 devolução do último CBAS, contribuirá para a realização de seminários gratuitos. Essa gestão
833 realizou quatro: Questão Urbana, em São Paulo; Educação, em Maceió; Direitos Humanos,
834 em Tocantins, Organização Sindical, no Rio de Janeiro, todos gratuitos e com transmissão *on*
835 *line*. A Conselheira Juliana destacou para a nova composição do Conselho Fiscal, que o
836 conjunto de profissionais do CFESS, com destaque para Vilmar, Sylvania, Vitor e o Antônio, que
837 é um funcionário do CFESS, são extremamente competentes, dando confiança na tomada de
838 decisões do Conselho Fiscal e do Conselho Pleno. A Conselheira Kátia, que até a data de
839 hoje, está na função de Coordenação do Conselho Fiscal, juntamente com a Rosa Prêdes e
840 com a Marylúcia, contaram com a assessoria especial do Vilmar. Explicou que o Conselho
841 Fiscal Federal para além da dimensão programática e financeira do CFESS analisa a questão
842 financeira dos Conselhos Regionais e que as reuniões do Conselho Fiscal não são como as
843 das outras Comissões. Analisam os balancetes, o plano de ação, a prestação de contas, a
844 proposta orçamentária que vem dos CRESS. O Conselho Fiscal não tem um papel coercitivo,
845 de fiscalizar numa dimensão *stricto sensu*, mas para dar orientações quanto aos fluxos
846 administrativo, financeiro, contábil. No âmbito dos CRESS, a discussão é realizada em
847 Conselho Pleno. Lembrou que já aconteceu de os CRESS pedirem empréstimo para o
848 CFESS para poderem segurar a situação financeira até o final do ano, e que o Conselho
849 Fiscal acompanha junto com o contador a situação financeira do CRESS e avalia cada
850 situação, é onde muitas vezes, há o indicativo das visitas ao que se denomina “CFESS na
851 Estrada”; continuou dizendo que durante esse período de três anos foram realizadas dez
852 visitas. Uma das outras atividades do Conselho Fiscal é a prestação de contas e o relatório
853 anual de gestão para a Comissão Especial, que é uma estratégia de aprimoramento dos
854 procedimentos democráticos do Conjunto, o qual analisa o comportamento da receita e da
855 despesa do CFESS e tem a prerrogativa de analisar as contas voltadas à agenda
856 programática do Conjunto. A apontou que, neste ano, foram elaborados dois tipos de
857 relatórios: o relatório de gestão extremamente completo, e o do TCU que é a prestação de
858 contas feita através do sistema gestão.net. A Conselheira Kátia passou a apresentar as
859 atividades em andamento: a) indicativo para as visitas do CFESS na Estrada, são quatro
860 CRESS RN, PA, RO e SE; b) o fluxo de acompanhamento das pendências de documentos
861 dos regionais; c) a alteração do livro de procedimentos administrativos, financeiros e
862 contábeis, juntamente com a Comissão Administrativo- Financeira e com o contador. A

863 Conselheira Rosa Prêdes complementou dizendo que a experiência de compor o Conselho
864 Fiscal foi muito boa porque é possível evitar alguns procedimentos miúdos do próprio CFESS
865 que com toda essa organização, seriedade dos trabalhadores, dos assessores, precisa ter
866 esse momento de olhar detalhes. Entendeu que o zelo está na defesa dos princípios, não só
867 em relação à profissão, mas em relação à coisa pública. A Conselheira Sâmya ratificou a
868 importância dos/as assessores/as: Sylvia, Vilmar, Cristina, Adriane e o Rafael que dão a
869 segurança necessária aos conselheiros/as para tomada de decisões políticas, porque
870 precisam dessa segurança jurídica, contábil e técnica para defender nossa profissão e esse
871 projeto profissional. Parabenizou também o Conselho Fiscal, a Coordenação da Kátia,
872 fundamental nessa gestão e para a dimensão do Administrativo-Financeira. Disse também
873 que essa gestão do CFESS avançou em relação à Lei da Transparência, obrigando a criar um
874 link específico no site, e hoje, é alimentado mensalmente. Trata-se de um compromisso
875 também ético-político com a responsabilidade na utilização dos recursos da categoria, que
876 são recursos públicos e coletivos e devem ser usados para defesa do projeto profissional
877 vinculado à condição do outro projeto societário. A palavra foi repassada para a Conselheira
878 Raimunda, também componente da Comissão Administrativo-Financeira que assumiu a
879 coordenação e que é composta por Ester, Juliana, Marcelo, Kátia e Lúcia Lopes que esteve
880 até 2012, e com a assessoria jurídica do Vitor Alencar. A Comissão tem o compromisso de
881 viabilizar as atividades, com transparência na gestão, democracia e questão ética no trato do
882 que é público, entendendo a inserção nesse cenário como gestores públicos, enquanto
883 autarquia. As ações no âmbito desta Comissão foram pautadas por esse compromisso,
884 pensando a visibilidade do CFESS como um todo das ações do Conjunto, o controle
885 democrático, a representação dos interesses coletivos, a democratização e a cultura política
886 de recusa de todas as formas de autoritarismo e centralização. Ratificou que os/as
887 Conselheiros/as contam com um corpo de funcionários extremamente cuidadosos,
888 competentes e sérios. Destacou dentre as atividades realizadas: a) reuniões sistemáticas com
889 a empresa Implanta, objetivando avaliação dos sistemas; b) elaboração e acompanhamento
890 da programação orçamentária anual tendo como referência as diretrizes do Encontro
891 Nacional; c) acompanhamento e o monitoramento de todos os fundos e o monitoramento e
892 acompanhamento dos conselhos regionais, não somente no aspecto administrativo-financeiro,
893 mas administrativo e jurídico; d) monitoramento e acompanhamento do plano de cargos,
894 carreiras e remunerações dos funcionários do CFESS. Destacou o GT Funcionário,
895 constituído por representantes da gestão, que envolve os ordenadores de despesa, a
896 Comissão Adm-Fin e a Secretária Executiva Sandra Sempé, que representa o corpo de
897 funcionários, onde são realizadas as avaliação de desempenho dos funcionários/as,
898 resultando em progressões funcionais; d) realização de ações conjuntas com o Conselho
899 Fiscal, buscando aprimoramentos do mecanismo de controle financeiro e administrativo do
900 CFESS e dos CRESS. Apresentou os desafios e as tarefas em andamento: primeiro, a
901 necessidade de ampliação do quadro de funcionários do CFESS; a organização do seminário
902 de gestão que ocorrerá em julho/2014; o acompanhamento do processo de licitação para o
903 serviço da Implanta, o acompanhamento do sistema gestão.net, a partir do relatório de
904 prestação de contas para o TCU; a retomada da negociação junto à Caixa Econômica, em
905 função de reduzir o montante de taxas da movimentação financeira também é uma questão
906 que é recorrente do Encontro Nacional, em virtude, sobretudo, referente ao repasse da cota-
907 parte. Foi instituído o GT Inadimplência, onde foi promovida uma Campanha e associada a
908 uma Pesquisa para definir minimamente o perfil dos profissionais inadimplentes; esse GT está
909 em curso, foi criado com o objetivo de apresentar propostas que venham indicar as diretrizes
910 para uma Política Nacional de Combate à Inadimplência. Existe outro GT que está pensando
911 a emissão de uma nova cédula de identidade profissional bem como de fazer um
912 recadastramento nacional e, a partir daí, traçar o perfil do assistente social no país. Esse GT
913 conseguiu avançar na definição desse padrão para a pessoa física e deverá ser continuado

914 para aprofundar a pensar o cadastro de pessoa jurídica. O GT de estudos sobre arquivamento
915 e eliminação de documentos, pois existe uma temporalidade, uma tabela de classificação, do
916 que guarda, como guarda, se não guarda, por quanto tempo, como registra isso. Registrou
917 seu agradecimento quanto à disposição da Conselheira Kátia, com suas contribuições
918 diferenciadas e diversas. A Conselheira Sâmya tocou na questão da licitação com a empresa
919 Implanta, explicando que o edital está basicamente pronto para ser publicado porque a
920 Implanta vem sendo dispensada de licitação há algum tempo, pois tinha exclusividade nesses
921 sistemas que oferecem aos Conselhos, todavia, essa configuração mudou e haverá
922 necessidade de fazer licitação. Indicou também a demanda CRESS 9ª Região/SP em fazer
923 uma licitação que cobrisse o CFESS e todos os CRESS. Foi estudada essa possibilidade,
924 mas não foi possível efetivá-la porque a Implanta orçou em mais de 7 milhões e o CFESS não
925 tem dotação orçamentária para atender a esse valor que incluiria a venda e a manutenção
926 dos sistemas, na licitação. Estão aguardando a Manifestação Jurídica do assessor Vitor
927 Alencar. Em seguida, a Conselheira Erivã transmitiu uma mensagem de uma companheira
928 que é muito querida, que está manifestando não só congratulações à gestão que está
929 deixando o CFESS, mas também à gestão que está entrando, um desejo de muita força, de
930 muita luta e, ao mesmo tempo, de muita disposição. Falou em nome da Silvana Mara, que já
931 compôs o Conselho Fiscal na gestão Atitude Crítica, anterior a esta. A Conselheira Sâmya
932 retribuiu com o abraço afetivo político a todos/as da gestão que termina e da que inicia, com o
933 reconhecimento do trabalho maravilhoso que foi realizado e a certeza de que o CFESS segue
934 aguerrido e na luta. Foram finalizados os trabalhos matutinos. **No dia 14 de maio, no período**
935 **da tarde:** a Conselheira Sâmya iniciou as apresentações dos queridos/as trabalhadores/as
936 deste CFESS, equipe valorosa, competente, responsável e comprometida. No relatório de
937 gestão estão indicados os/as Conselheiros/as e depois os/as trabalhadores/as que constroem
938 o CFESS cotidianamente. Começou apresentando o Wilson, do Setor de Informática; e disse
939 que se quebrar o computador é com ele mesmo, se quebrar o data show, qualquer
940 equipamento; a sala dele é a “Caverna”, porque lá tem tudo de computador; é o suporte;
941 também acompanhou um CFESS na Estrada no CRESS 1ª Região/PA e foi fundamental nos
942 registros nos depoimentos na digitação, nas visitas de averiguação no CRESS. Sâmya
943 justificou a ausência do Vitor Alencar, assessor jurídico que está de férias, retornando no dia
944 17 próximo. O Antônio é o funcionário mais antigo do CFESS, há 27 anos que trabalha no
945 Conselho Federal de Serviço Social; nesta gestão foi criado um cargo de confiança onde se
946 tornou Coordenador Financeiro, em reconhecimento a todo trabalho que vem realizando ao
947 longo de todas essas gestões; cargo de extrema confiança e, hoje, como Coordenador
948 Financeiro trabalha com o Maurílio e a Esther nesse processo. O Vitor (Vítinho) fica no setor
949 de expedição de carteiras para inscrição no CRESS, faz serviços externos de entregas de
950 convites, materiais, acompanha nas viagens. O Mauricio trabalha no setor financeiro e faz,
951 quando necessário, serviços externos. A Esther entrou no último concurso e está contribuindo
952 bastante para a organização do setor financeiro. A Ana Cláudia contribui na parte da
953 recepção/telefonemas; os e-mails são encaminhados de acordo com o assunto para as
954 pessoas responsáveis, entrou através de concurso ainda na gestão passada, junto com o
955 Gleyton, Vitor e o Diogo. Os quatro entraram por concurso na gestão Atitude Crítica e, nesta
956 gestão entrou a Esther, o Gabriel, que era assistente administrativo, e passou em outro
957 concurso, trabalhando somente por três meses. Afirmou que houve um aumento de quadro
958 nas últimas duas gestões, porém há necessidade de mais concurso permanece. O Gleyton
959 tem contribuído muito com o CFESS, sobretudo, nas licitações, faz ordem de serviços,
960 contratos. É uma área que não para de crescer; há um interesse em criar uma área específica
961 de licitações, tem feito vários cursos de capacitação sobre licitações e tem acompanhado de
962 perto todos os temas sobre essa área. Agradeceu ao Gleyton pelo compromisso e por ter
963 registrado, na última reunião do GT funcionários, que acreditava no trabalho dessa equipe e
964 pelo reconhecimento dos aumentos salariais e as gratificações de final de ano. De fato,

965 Sâmya ratificou que acredita muito nessa equipe extremamente comprometida e responsável
966 que contribui muito com o Conselho Federal. Continuou apresentando a Sandra Sempé,
967 Coordenadora Executiva que coordena toda turma, teve uma participação importante no GT
968 Nacional Gestão do Trabalho, representando os trabalhadores e também participa do GT
969 Funcionários no CFESS, que inicialmente era composta por ela e pela Conselheira Lúcia
970 Lopes; depois, com a saída da Lúcia, a Raimunda passou a integrar o GT. Foram feitas
971 reuniões periódicas para discutir os acordos coletivos, o plano de cargos e salários e toda a
972 transição para as 30 Horas no CFESS; é uma querida companheira a quem esta gestão tem
973 muito a agradecer pela dedicação e compromisso com o trabalho há 14 anos no CFESS. Ela
974 e o Antônio são os mais antigos, além da Sylvia e do Vilmar, que tem mais de vinte anos,
975 embora seja uma outra lógica de contratação, porque são pessoas jurídicas. O Jarbas que
976 trabalha com emissão e reservas de passagens aéreas, muito ágil e flexível, faz as
977 mediações com a empresa SLC, que venceu a licitação para as passagens. Agradeceu ao
978 Jarbas pelo compromisso e pela responsabilidade, sempre procurando dar as melhores
979 respostas no atendimento às demandas. A Graça, que trabalha nos serviços gerais, está no
980 CFESS há dezesseis anos e está no cotidiano e nas reuniões de plenos e nas reuniões de
981 GT; é representante sindical, da chapa do Sindicato dos Conselhos do DF; foi reeleita na
982 última eleição e sempre é liberada para participar das reuniões do Sindicato. Os jornalistas
983 Diogo e Rafael são dois queridos, muito novos, mas muito competentes, dão um respaldo
984 importante na Assessoria de Comunicação e todos comentam a qualidade das peças, do site,
985 de todo material de comunicação do Conselho. Reafirmou que aprendeu muito com todos/as
986 ora apresentados. Certamente essa aprendizagem é uma via de mão dupla. E informou ainda
987 que faltava apresentar as assessoras especiais, por serem primeiro da nossa categoria e
988 estarem contribuindo dentro do conhecimento do Serviço Social. Infelizmente uma delas, a
989 Adriane está indo embora por questões pessoais, mas a vida são esses encontros e
990 despedidas eternas e a saudade, que segundo a poeta cearense, é um enorme vazio
991 preenchido. Disse que levarão um enorme vazio preenchido de lembranças e de momentos
992 de muito trabalho, solidariedade, companheirismo. Pediu uma breve a apresentação dos
993 novos/as Conselheiros/as aos funcionários/as para que todos possam conhecer, só dizendo o
994 nome e local de onde vieram. Solange – Rio de Janeiro; Josi – Sergipe; Nazarela – Bahia;
995 Tânia – São Paulo; Lilian – Amazonas; Bernadete – Rio Grande do Sul; Raquel – Paraíba
996 Hirley – Mato Grosso do Sul; Valéria – Alagoas; Daniela Neves – Distrito Federal/Ceará e
997 Sandra – Distrito Federal. O Conselheiro Maurílio pediu a palavra e se reportou aos
998 funcionários/as dizendo ser o primeiro momento em que a próxima gestão está diante dos
999 mesmos. Disse sentir-se seguro com a competência, com a agilidade e com o compromisso
1000 que os/as funcionários/as respondem às demandas. Reafirmou, em nome da gestão, que não
1001 dá para continuar sem essa equipe e a renovação e a energia do pique de trabalho de cada
1002 um. O funcionário Gleyton informou que teria que sair para participar de uma reunião com a
1003 comissão de licitação, e pediu para agradecer à gestão e dizer que foi muito bom trabalhar
1004 com todas e para os/as que estão entrando, que podem confiar nos/as funcionários/as,
1005 porque cada setor representado aqui são os melhores. A Coordenadora Executiva, Sandra
1006 Sempé, falou que despedidas são tristes; agradeceu a gestão que está saindo pela confiança
1007 e carinho; reafirmou seu compromisso e que ao acompanhar o trabalho de todos/as como
1008 funcionária do CFESS, nesses anos, seu senso crítico aumentou muito em relação às lutas e
1009 resistências; se pôs à disposição para ajudar a construir a manhã desejada. A Conselheira
1010 Sâmya propôs uma inversão de pauta, trocando a Comissão de Ética e Direitos Humanos
1011 pela Comunicação. Agradeceu ao Rafael e ao Diogo e disse que a sintonia de ambos, do
1012 ponto de vista da identidade profissional é vivenciada também na defesa dos princípios da
1013 profissão; explicou que a Comissão de Comunicação é formada por ela, Alcinélia, Kátia e
1014 Mary, com assessoria dos dois. Apresentou os objetivos da Comissão: a) dar visibilidade ao
1015 projeto Ético-Político da profissão na sociedade; essa gestão tem um grande mérito em ter

1016 colocado o CFESS nas redes sociais, no Facebook, aumentando muito a visibilidade das
1017 ações implementadas; têm-se trinta e cinco mil pessoas no mailing que recebem as notícias
1018 do CFESS via Internet; b) estabelecer o fortalecimento das ações de comunicação que
1019 fortaleça as classes com os movimentos sociais e entidade da categoria. O CFESS tem o
1020 observatório das violações e resistências onde são colocadas as matérias no hot site, a
1021 Campanha de gestão “Sem Movimento não há Liberdade!”
1022 www.semmovimentonaohaliberdade; c) socializar informações que contribuam com a
1023 qualificação do exercício profissional; d) divulgar informações que contribuam com
1024 aproximação da categoria, sempre buscando que a categoria esteja mais próxima das
1025 entidades, das organizações políticas, desse projeto profissional; e) dar publicidade à gestão
1026 democrática deste Conjunto, de modo a informar a categoria e subsidiá-la com instrumentos
1027 de ação e pesquisa. Apresentou as principais atividades realizadas: a) Produção da
1028 Campanha de Gestão “No mundo de desigualdade toda violação de direitos é violência”,
1029 “Sem Movimento não há Liberdade”, outras campanhas como as do Dia do Assistente Social:
1030 em 2012, de Olhos Abertos para a Educação; em 2013, Serviço Social contra a Exploração do
1031 Trabalho e em 2014, Defesa do Direito à Cidade, gritando: Na Copa comemorar o quê?
1032 Nosso grito é por transporte público de qualidade, por moradia digna e saúde pública de
1033 qualidade; b) elaboração das agendas; c) a publicação de 56 edições dos CFESS Manifesta;
1034 d) produção de brochuras e cartilhas sobre temática do exercício profissional; a Revista
1035 Inscrita 13 e 14; e) organização do boletim eletrônico, enviado a quase 35 mil profissionais e
1036 estudantes cadastrados no site; f) produção de folder para a mídia; g) realização da primeira
1037 edição do Treinamento de Mídia, o qual resultou na publicação de um livreto explicativo; h)
1038 lançamento do novo site, lançado em abril de 2013, reformulado a partir de garantir maior
1039 acessibilidade, as orientações no livro Técnico de Acessibilidade, criando uma web para
1040 todos, e do site Acesso Brasil. O assessor de comunicação Rafael Wekema, antes de
1041 continuar a apresentação, teceu um agradecimento especial à Sâmia, pelo companheirismo,
1042 paciência, pelo excelente trabalho que foi possível realizar somente com uma coordenação e
1043 uma comissão tão bem formada quanto foi a da Gestão Tempo de Luta e Resistência;
1044 agradeceu também as Conselheiras Alcinélia, Katia e Marynha. O jornalista Diogo Adjuto
1045 também agradeceu e disse que sempre é um aprendizado trabalhar no CFESS. Iniciou sua
1046 apresentação, falando sobre a rotina da comunicação, informou que ele e o Rafael estão no
1047 CFESS todos os dias, acompanham os eventos, as reuniões, alguns GTs, as marchas;
1048 também articulam com as outras comissões, principalmente quando tem o Conselho Pleno,
1049 onde a gestão acaba deliberando uma série de produções, de publicações, de atividades que
1050 perpassam o trabalho da comunicação, organizam a cobertura jornalística de todos os
1051 eventos e encontros que o CFESS participa, ou que a direção julgue necessária ou
1052 importante; acompanham os serviços externos contratados, como do *design*, da produtora de
1053 vídeo, da agência de publicidade, o material audiovisual, transmissão *on line* pela internet; a
1054 produção das publicações impressas: CFESS Manifesta, brochuras, peças gráficas, livros e
1055 cartilhas; atualizam o *site* do CFESS, divulgam o CFESS Informa, que é o boletim enviado por
1056 e-mail para quem é cadastrado no site; respondem a uma série de e-mails que chegam à
1057 comunicação, que funciona meio que como uma Ouvidoria; enfim, administram todas as
1058 ferramentas do *site*, o *e-mail*, o *mailing*, as contas nas redes sociais, o site do CFESS, onde
1059 são inseridos os todo esse material, inclusive as resoluções, os editais e o menu
1060 “Transparência”, com os dados contábeis e financeiros. Rafael Werkema fez menção à
1061 Política de Comunicação, na qual é apresentada como uma de suas diretrizes dar visibilidade
1062 ao Projeto Ético-Político da profissão na sociedade, não somente falar com a categoria, mas
1063 para fora do Serviço Social. Destacou a importância de reservar um espaço maior para tentar
1064 fazer a Assessoria de Imprensa. A assessoria de comunicação é demandada de acordo com
1065 as necessidades da diretoria, por meio de prévia comunicação à coordenação, pontuando o
1066 que é prioridade. Rafael passou para as atividades em andamento: a) Publicação do

1067 Seminário Nacional de Serviço Social na Saúde; Conferência e mês do Encontro
1068 CFESS/CRESS 2010; Serviço Social e Questão Urbana; Legislação; a revisão e edição do
1069 Seminário de Serviço Social e Direitos Humanos, do 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS e
1070 do 3º Seminário de Comunicação; as novas edições da Revista Inscrita; Agenda 2015; a
1071 Campanha de Gestão 2014/2017. Rafael disse que todas as demandas da comunicação
1072 passam primeiro pela coordenadora, em que são definidas as prioridades e a partir daí, ele e
1073 o Diogo começam a fazer as matérias. A Conselheira Marinete apresentou a Comissão de
1074 Seguridade Social formada por ela, Alcinélia, Alessandra, Erivã, Heleni, Marlene, Maurilio e a
1075 Raimunda e contam com a assessoria da Adriane e Cristina no trabalho cotidiano e a
1076 participação efetiva de outros Conselheiros/as, em função da representação, de grupo de
1077 trabalho etc. Esclareceu que em função dos grandes eixos que se aprova no Encontro
1078 Nacional, a comissão trabalha com diversas realidades, sempre dinâmica. Dentre os
1079 objetivos, destacou: a) desenvolver atividades que possam contribuir na defesa e no
1080 fortalecimento da Seguridade Social Brasileira, na concepção ampliada da Seguridade Social
1081 adotada por este Conjunto desde a Carta de Maceió, de 2000, que tem como referência o
1082 Artigo VI da Constituição Federal. Nesse sentido, não só a inclusão do tripé da Seguridade
1083 Social, colocado na Constituição Federal: saúde, assistência e previdência, mas também
1084 tendendo a inclusão de outras políticas: trabalho, educação, habitação, além de envolver os
1085 segmentos populacionais como crianças, adolescentes e idosos; b) fortalecer as articulações
1086 com movimentos sociais em defesa da ampliação dos direitos; c) defender o protagonismo
1087 dos usuários, dos trabalhadores na participação do controle social democrático do estado e
1088 da riqueza socialmente produzida; d) defender a não submissão do orçamento público a
1089 lógica privatista individualista; e) defender a gestão participativa e transparente na formação
1090 das políticas; f) defender o oferecimento do serviço de qualidade aos usuários; g) fazer
1091 incidência sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, visando à ampliação e
1092 manutenção dos direitos sociais. Esclareceu que os debates, as posições e as ações
1093 construídas articulam-se organicamente, no âmbito do CFESS, embora sejam organizadas
1094 em comissões; a Comissão de Seguridade mantém laços muito estreitos com outras
1095 comissões, principalmente a COFI e a Comissão de Ética, que trabalham no dia a dia mais
1096 articulados. Suas principais ações foram divididas por eixos das políticas, tendo na
1097 assistência a defesa da Política de Assistência Social como um direito, cabendo ao Estado a
1098 responsabilidade e dever de concretizá-la com qualidade; recursos humanos e orçamentários
1099 suficientes; condições dignas de trabalho tanto ao profissionalismo e com a participação
1100 efetiva dos usuários. O Conjunto CFESS-CRESS, conforme o Encontro Nacional, defende o
1101 SUAS com acompanhamento crítico, ou seja, 10% do orçamento da Seguridade Social para
1102 os serviços socioassistenciais; o grande desafio em relação a essa política é reconhecer o
1103 assistente social, o Serviço Social como um interlocutor de falar sobre essa Política. Há uma
1104 participação efetiva, amanhã, das Conselheiras Marlene e Esther que participarão da reunião
1105 do FNTSUAS. Destacou a luta do CFESS para construir o Fórum Nacional dos Trabalhadores
1106 do SUAS. Todas as ações desenvolvidas nessa área fez o CFESS ser reconhecido e
1107 respeitado por outras entidades e pelos Conselhos Federais de Psicologia e Fisioterapia.
1108 Atualmente, o CFESS está na Coordenação Executiva e na Coordenação Nacional e participa
1109 tanto na organização de eventos quanto seminários e encontros nacionais, inclusive,
1110 financeiramente. Foi indicado pelo FNTSUAS para a elaboração da Política Nacional de
1111 Educação Permanente do SUAS, que é um processo de construção coletiva. Participou,
1112 também, através da produção de materiais, com apoio da comunicação, na campanha em
1113 defesa ao concurso público dos trabalhadores do SUAS, encampada pelo Fórum. Elaborou
1114 notas públicas em defesa da Política de Assistência Social, como por exemplo, as denúncias
1115 em relação às entidades beneficentes, em que várias entidades de Assistência Social
1116 estavam desviando verbas. A matéria foi apresentada no Fantástico, e no outro dia, o CFESS
1117 saiu com uma Nota. Nessa perspectiva, o CFESS participou das duas Conferências

1118 Nacionais, a de 2011 e a de 2013. Na Conferência de 2013, foi investido muito em materiais,
1119 foram reproduzidos dois mil parâmetros da assistência, o subsídio da atuação na Política de
1120 Assistência; manifesto e cartilha. O estande foi muito procurado. A Conselheira Marinete
1121 informou que foram feitas reuniões com mais de 250 assistentes sociais e junto com os outros
1122 trabalhadores do SUAS; destacou a importância da participação da comunicação direta e dos
1123 funcionários do CFESS. Foi elaborada uma nota conjunta, feita com o Conselho Federal de
1124 Psicologia, denunciando o processo eleitoral do CNAS; houve a participação em diferentes
1125 eventos nacionais, como o Congresso do CONGEMAS; a reunião dos empregados do CNAS;
1126 teleconferência sobre Gestão do Trabalho, compondo mesa de debates, realizando palestras,
1127 distribuindo material do CFESS referente ao posicionamento em defesa da política;
1128 participação do CFESS na Terceira Sessão do Grupo de Composição Aberta sobre Direitos
1129 Humanos da Pessoa Idosa realizado na ONU, representado pela Jurilza; realização de
1130 plenária nacional ampliada com os conselhos regionais que aconteceu no ano passado com o
1131 tema Desafios ao Trabalho do Assistente Social na Política de Assistente Social, realizado em
1132 Brasília com todos os CRESS; participação no Encontro Nacional do CONGEMAS 2013.
1133 Outra demanda, fruto da deliberação, é o Benefício de Prestação Continuada - BPC, que
1134 ainda continua em risco de se desvincular do salário mínimo, mais do que isso é o novo
1135 modelo de avaliação da pessoa com deficiência, apesar de ter ampliado, incluindo a avaliação
1136 social, regride, quando coloca que só pode ter acesso se o impedimento for de longo prazo, e
1137 quem define o longo prazo é a perícia médica; informou que foram emitidos ofícios para o
1138 MDS e INSS, solicitando esclarecimentos sobre a manutenção desse ponto e ainda não foi
1139 dada resposta. Em andamento, estão a eleição no CNAS, em maio de 2014; divulgação do
1140 material da Plenária do SUAS; discussão e intensificação das as ações e reflexões sobre a
1141 desobrigação de contraprestação dos usuários ao serviço e benefício e, em especial, no que
1142 se refere à condicionalidade aos programas de transferência de renda. Já em relação à
1143 Política de Saúde, Marinete comunicou que houve uma ação muito forte desta gestão, em
1144 relação à implementação de um Serviço Público não estatal: OS, OSCIPS, EPISE, Fundações
1145 Estatais e representa toda a disputa de fundo público. O CFESS participou de diversos
1146 seminários organizados pela Frente Contra a Privatização da Saúde, contribuindo
1147 financeiramente; publicou diversos CFESS Manifestas sobre a temática; a participação em
1148 diferentes Frentes Estaduais em defesa do SUS e contra as OS; a participação na
1149 Conferência Nacional de Saúde, onde foram realizadas várias ações de articulação e de
1150 enfrentamento. O CFESS também colaborou na elaboração de adesivos, faixas, no estande
1151 do FENAS e em relação às mobilizações que tratam do ato médico que envolveu todo o
1152 Parlamento, elaboração de matérias e documentos. O último é sobre uma demanda que está
1153 na Seguridade, mas é junto com a COFI, que é a luta pela inserção dos Assistentes Sociais
1154 na estratégia da Saúde da Família e no NASF. A participação do CFESS no Fórum Social
1155 Temático, em Porto Alegre com duas oficinas junto com a Frente Contra a Privatização da
1156 Saúde; foram organizadas duas oficinas, uma relacionada à Seguridade Social e a outra
1157 sobre a questão do Mercosul e países de língua portuguesa; participação em diferentes
1158 Congressos da Saúde Mental o CONASEI; o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e
1159 nesses espaços, com realização de palestras, atividades conjuntas e defesa; elaboração da
1160 Carta do Recife, no Encontro Nacional; participação na 5ª Conferência Nacional de Saúde
1161 Indígena, também na Comissão Organizadora; publicação de nota de manifesto de repúdio à
1162 proposta do Governo Federal de subsidiar os planos privados de saúde; participação em
1163 diferentes espaços de controle social. Informou que o CFESS está na suplência do Conselho
1164 Nacional de Saúde/CNS e participa de várias comissões. Atualmente, em nove comissões:
1165 saúde do trabalhador, saúde mental, saúde da mulher, saúde da população negra, comissão
1166 de orçamento e financiamento, recursos humanos, Comissão de Ética e Pesquisa-CONEP,
1167 comunicação e saúde LGBT e já compôs a Política DST/AIDS, no ano de 2012. São muitas
1168 representações na saúde. O CFESS integra o Fórum Nacional dos Trabalhadores da Saúde,

1169 que é o FENTAS, fóruns de articulação dos Conselhos Federais da Saúde, que é o
1170 Conselheiro, e o Fórum Permanente do Mercosul para o Trabalho e Saúde. Destacou
1171 também a participação do CFESS na construção e na Frente Nacional de Drogas e Direitos
1172 Humanos, que foi criada em fevereiro de 2012. Participou desde o início, com as Conselheiras
1173 Heleni e Raimunda, onde compôs a Coordenação juntamente com o Conselho Federal de
1174 Psicologia, a ABRASME, sendo o principal objetivo dessa Frente, incentivar o debate e à
1175 mobilização contra a internação compulsória como medida para enfrentamento das questões
1176 das drogas no país; essas ações são acompanhadas pela Comissão de Segurança e
1177 Comissão da Ética. Foram realizados encontros e propostas de incentivar as Frentes
1178 Estaduais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Além dessas ações, a
1179 Conselheira Marinete destacou as ações que estão em andamento: a) relatórios específicos
1180 de algumas conselheiras do CFESS para inclusão serem do Relatório Anual, mais
1181 especificamente sobre as ações do Conselheiro e da Frente Nacional de Drogas e Direitos
1182 Humanos; b) discussão sobre a luta pela inclusão dos assistentes sociais nas equipes de
1183 estratégias da saúde da família em articulação com a COFI; c) acompanhar e aprofundar a
1184 análise sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência; d) participação da 4ª Conferência
1185 Nacional de Saúde do Trabalhador. Sobre a Previdência Social, Marinete destacou a questão
1186 do Serviço Social do INSS com o entendimento que é um serviço e um direito que deve ser
1187 defendido. E o CFESS tem pautado em defesa do direito que o trabalhador tem de usufruir
1188 desse serviço, cada vez mais, ameaçado apesar do concurso público. Nesse sentido, o
1189 CFESS defende a previdência social pública e universal com qualidade e com a participação
1190 ativa de aposentados e trabalhadores; foram diversas ações, reuniões com gestores,
1191 presidente do INSS, Saúde do Trabalhador, Diretorias e Sindicato; articulações com a
1192 FENASPS, que esteve presente em várias reuniões conjuntas e documentos conjuntos,
1193 objetivando discutir as atribuições do assistente social na habilitação de processos e
1194 condições técnicas e éticas; elaboração de documentos encaminhados aos gestores para que
1195 o INSS defenda as ações do Serviço Social composta no artigo 88. O CFESS demonstrou
1196 apoio público ao movimento com matérias no site; realização do Encontro Nacional do INSS,
1197 que foi organizado junto com a FENASP, em abril de 2012, no qual teve 250 profissionais em
1198 que foi realizada uma homenagem a três grandes lutadoras que são a professora Marilda
1199 Yamamoto, Mariléia Porfírio e Verônica Freitas, assistentes sociais do INSS que perderam
1200 seu emprego na época da ditadura; foi feita também uma defesa da Lúcia Lopes pela forma
1201 como foi expulsa do INSS por defender as prerrogativas profissionais nesse espaço. O
1202 CFESS participou como palestrante do 1º Seminário de Ética ao Serviço Social do INSS;
1203 posicionamento público do CFESS contra a aprovação da previdência complementar aos
1204 servidores federais, que é mais um ataque à lógica da disputa do fundo público; contratação
1205 de painel eletrônico em defesa das nomeações. Em relação ao INSS, estão em andamento:
1206 a) dar continuidade das ações em defesa do serviço social com direito ao trabalhador em
1207 função das inúmeras demandas profissionais que priorizam realização de avaliações sociais;
1208 b) aprofundar o debate sobre a atuação multiprofissional na concessão de benefícios
1209 previdenciários com destaque para a realização da avaliação social; c) elaboração de
1210 documento problematizando a não concretização do acesso aos direitos previdenciários da
1211 dona de casa de baixa renda, que pode contribuir com um percentual menor em função de
1212 fluxo burocrático e interpretações restritivas. Esse documento deverá ser enviado para a Casa
1213 Civil, Secretaria de Política para as Mulheres, MDS e INSS. A Conselheira Marinete
1214 contextualizou rapidamente o que vem acontecendo: essa legislação prevê que a dona-de-
1215 casa pode pagar 5% da contribuição previdenciária que daria hoje pouco mais de R\$ 30,00;
1216 sua comprovação como dona-de-casa se dá, através da inscrição do cadastro único,
1217 começando a pagar o INSS com 5%; daqui a um ano se ela precisar de um auxílio doença e
1218 for requerê-lo serão validadas essas contribuições feitas por ela. E como valida? Consultando
1219 o cadastro único. O MDS disponibilizou um funcionário em cada gerência para poder acessar

1220 o cadastro único. Se tiver qualquer rendimento pago por essa dona-de-casa, por exemplo:
1221 R\$20,00 da conta de luz e o filho faz essa doação para pagar essa conta de luz, isso entra
1222 como renda e ela depois de um ano doente, passou pela perícia ou faleceu, não tem acesso à
1223 pensão. São fluxos burocráticos muito maiores do que a legislação que está causando
1224 enormes constrangimentos aos trabalhadores e às donas-de-casa, assim foi decidido elaborar
1225 um documento pela Comissão de Seguridade Social; a assessora Adriane levantou toda a
1226 discussão, mas ainda não foi possível trabalhar nesse documento. Outro ponto nefrágico é a
1227 PEC que está em vigor sobre a proposta de retirar o auxílio-reclusão para os dependentes e
1228 repassar para as vítimas. A Adriane já fez um levantamento da legislação e outros pontos, e
1229 agora a comissão precisa trabalhar no documento. Ações e defesas da ampliação da
1230 efetividade da saúde de controle social na previdência, previstas para o ano passado, a
1231 primeira Conferência Nacional da Previdência Social que não aconteceu. Foi decidido, no
1232 Encontro Nacional, incentivar a questão dos conselhos deliberativos que hoje não existem; só
1233 existe o Conselho Nacional. No que tange a Criança e o Adolescente, houve uma participação
1234 ativa e intensa do CFESS, principalmente no primeiro ano de gestão no Fórum Nacional de
1235 Direitos da Criança e do Adolescente. A Conselheira Erivã representante do CFESS, no
1236 Fórum e no CONANDA, onde o CFESS assumiu a posição de Secretariado; participação do
1237 CFESS na Conferência Nacional da Juventude, realizada em 2011, participação na
1238 Conferência Nacional da Criança e do Adolescente. O CFESS, em 2013/2014, foi reeleito
1239 para o CONANDA na condição de titular, fruto de um reconhecimento da atuação; também os
1240 CRESS foram conclamados a participarem das consultas públicas referentes ao Plano
1241 Nacional de Atendimento Socioeducativo; foram vários posicionamentos públicos, tanto da
1242 categoria quanto da sociedade em relação ao Depoimento sem Dano, Exploração Sexual das
1243 Crianças e Adolescentes, o SINASE; quando entrou em consulta pública, o CFESS veiculou
1244 uma nota. O que está presente, nos últimos tempos, é a tentativa novamente e
1245 insistentemente da redução da Idade Penal e a ampliação do tempo de internação; o CFESS
1246 se posicionou contrário, sendo fundamental em alguns momentos, principalmente na
1247 mobilização da categoria. Em relação à Educação, a Conselheira Maria Elisa integra o GT
1248 Educação, com um trabalho específico, constituído por CRESS e CFESS, que resultou na
1249 elaboração da Cartilha sobre Serviço Social na Educação; houve a contratação da assessoria
1250 do Professor Ney, da UERJ e, em 2012, os trabalhos foram concluídos, culminando com a
1251 disponibilização da versão *on line* da Cartilha que foi lançada em 2001. Em 2012, foi realizado
1252 o Seminário Nacional organizado pelo CRESS 16ª Região/AL juntamente com o CFESS sobre
1253 Serviço Social na Educação, com mais de mil e cem participantes e muito acesso *on line*; é
1254 importante ressaltar que a realização do Seminário Nacional foi antes precedida de debates e
1255 de Seminários Estaduais, por vinte e dois CRESS, dos quais o GT participou de muitos
1256 desses eventos. Desde então, conjuntamente com isso, há a defesa do PL 3.688, que dispõe
1257 sobre a inserção dos assistentes sociais e psicólogos nas escolas, onde foram feitas muitas
1258 ações, desde a participação em audiência pública com o CFESS e também com o pessoal do
1259 GT; elaboração de diversas matérias; mobilização da categoria; reuniões com a relatora do
1260 projeto; reuniões com outros parlamentares; construção de documentos para entregar aos
1261 parlamentares; foi enviado ofícios para todos os parlamentares do PL discorrendo sobre sua
1262 tramitação, também para os deputados, solicitando apoio, nota conjunta ao Conselho Federal
1263 de Psicologia/CFP. Hoje o que está em andamento é a mobilização da defesa da aprovação
1264 do PL que exigirá a continuidade das articulações com o Parlamento e com a categoria, com
1265 os movimentos sociais e, particularmente, com o CFP. Em relação à Política Urbana, no
1266 Encontro Nacional de 2012, o CFESS/CRESS deliberou pela constituição do Grupo de
1267 Trabalho, visando apresentar subsídios e reflexões sobre a atuação do Assistente Social na
1268 Política Urbana; houve a contratação da assessoria da Tânia nesse processo; a participação
1269 em outras atividades da política urbana, como a participação do CFESS no Encontro Nacional
1270 do Fórum Nacional da Reforma Urbana; o posicionamento público do CFESS contra a

1271 criminalização em São Paulo, em relação a Pinheirinhos, à Cracolândia; a participação de
1272 Conselheiras e membros do GT, na Conferência das Cidades, em 2013; reunião com o
1273 Ministério das Cidades, no ano passado, visando tratar de normatizações referentes à
1274 atuação do Serviço Social na Política de Habitação e a conclusão do documento Subsídios,
1275 que deverá ser produzido e publicizado pela nova gestão. A Conselheira Marinete ainda
1276 destacou a participação na Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres; a
1277 Conferência Nacional de Direitos Humanos/LGBT, com elaboração de CFESS Manifestas, de
1278 reuniões, adesivos e faixas; diversas atividades coletivas, seja nas marchas que aconteceram
1279 em Brasília, seja nas frentes, como a Marcha das Margaridas, a Jornada Nacional de Luta, a
1280 Marcha de Apoio às Verbas dos Servidores Federais; houve uma articulação mais orgânica
1281 com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, e o CFESS participou como
1282 palestrante do 1º Congresso que foi realizado, em Salvador; participação em audiência
1283 pública contra a Criminalização dos Movimentos Sociais; elaboração de Notas de Apoio aos
1284 Estudantes do Espírito Santo; os Movimentos dos Bombeiros, no Rio de Janeiro; foram
1285 elaboradas ainda, duas notas técnicas: uma pela Daniela Neves, da atual gestão, sobre
1286 Economia Solidária, Desemprego e Precarização do Trabalho, deliberação do Encontro
1287 Nacional que dizia a necessidade de incorporar nas Comissões dos CFESS e CRESS o
1288 debate sobre Economia Solidária como estratégia governamental, com a tendência naturalizar
1289 o desemprego, legitimação do trabalho precarizado com subsídio de nota técnica que foi
1290 enviada para os CRESS, e outra elaborada por Andréia Lima, baseada na Deliberação 24 da
1291 Seguridade Nacional, sobre o Futuro que Não Queremos, uma análise crítica do
1292 desenvolvimento sustentável da Economia Verde no âmbito do Rio+20, com a deliberação
1293 que diz em proporcionar e promover o debate que avalia os encontros do Rio+20 e a Cúpula
1294 dos Povos, com objetivo de problematizar as discussões sobre as concepções dos Movimento
1295 Sustentável e Economia Verde, também já encaminhada aos CRESS. Ainda em andamento,
1296 está a realização de uma oficina ampliada com os CRESS, visando aprofundar e definir
1297 estratégias do Conjunto CFESS/CRESS em defesa de determinada política social. Explicou
1298 que “determinada” política social porque houve divergência se seria saúde. Em relação aos
1299 conselhos de políticas e direitos, citou: Conselho Nacional da Pessoa Idosa, na titularidade e
1300 na suplência, Jurilza e a Vitória, respectivamente, e são representações externas; o Conselho
1301 Nacional de Política sobre Drogas, que também estava na titularidade e na suplência com a
1302 Cristina Brites e a Heleni. Esse conselho tem uma demanda urgente, visto que a Cristina
1303 Brites não poderá mais continuar, porque já é a segunda gestão. O Conselho Nacional LGBT,
1304 que tem como representantes a Marynha e Maurílio, também como titular e suplência; o
1305 Conselho Nacional de Saúde, que está na suplência com todas as Comissões que já foram
1306 mencionadas; o Conselho Nacional de Assistência Social, como ouvinte; o Conselho Nacional
1307 da Criança e Adolescente, como titular. Em relação a Fóruns e Frentes, o CFESS participa do
1308 Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS; da Criança e Adolescente; da Reforma Urbana;
1309 do Conselho; do FENTAS, que é o Fórum dos Trabalhadores de Saúde; do Conselhinho,
1310 que é Fórum de Articulação dos Conselhos Federais na Área de Saúde; o Fórum Permanente
1311 Mercosul para o Trabalho e Saúde; e as duas frentes: Frente Nacional contra a Privatização
1312 da Saúde e Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos, que são os espaços de atuação
1313 do CFESS. A conselheira Marinete ressaltou o desafio de rever a construção de algumas
1314 deliberações da seguridade social em função da abrangência de questões e do tamanho das
1315 próprias deliberações aprovadas, o que gera dificuldade no acompanhamento e definições
1316 das ações que deverão ser priorizadas, cabendo à nova gestão definir a melhor metodologia,
1317 tanto de apresentação quanto de acompanhamento exequibilidade dessas deliberações. Há
1318 também o desafio de debater a participação nos espaços de representação, o objetivo de o
1319 CFESS estar nesses espaços que são espaços contraditórios. Assim, finalizou a
1320 apresentação da Seguridade Social. O Conselheiro Maurilio disse que está ciente da
1321 dificuldade da Seguridade Social em de intercambiar todas as temáticas o que se torna um

1322 grande desafio, continuar a dar materialidade à Comissão para a concepção ampliada de
1323 Seguridades sabendo que a operacionalização das políticas se dá de forma fragmentada. A
1324 Conselheira Sâmia passou então para a apresentação da Comissão de Ética e Direitos
1325 Humanos. A Conselheira Marylúcia Mesquita iniciou dizendo que tal comissão foi construída,
1326 viabilizada, discutida, debatida, provocada em um formato de colegiado, efetivamente.
1327 Agradeceu a todas as Conselheiras e ao Conselheiro Maurílio por compartilharem desses três
1328 anos e que foram imprescindíveis para a construção de toda agenda da CEDH e também aos
1329 assessores e às assessoras e trabalhadores sem os quais não seria possível a viabilizar
1330 todas as ações. A Comissão de Ética e Direitos Humanos do CFESS tem como objetivo
1331 desenvolver debates, proposições e ações que possam contribuir para a compreensão, defesa
1332 e fortalecimento da Ética e dos Direitos Humanos, em uma perspectiva crítica e de totalidade;
1333 numa perspectiva crítica e de totalidade significa ter como horizonte a emancipação humana,
1334 mas reconhecer a política e várias mediações políticas necessárias para que possam, ao
1335 mesmo tempo, ultrapassar uma noção legalista da Ética, ao mesmo tempo, superar a
1336 perspectiva liberal burguesa ou mesmo do humanismo cristão, que permeia o debate
1337 hegemonicamente na sociedade, dos Direitos Humanos. Portanto, nas contradições da
1338 sociabilidade capitalista, deve-se reconhecer não apenas como uma sociabilidade desigual,
1339 mas patriarcal, racista e heteroxista, como elementos que também determinam opressões
1340 cotidianas na vida dos sujeitos. Como desdobramento de todos esses objetivos, fortalecer e
1341 capilarizar a direção hegemônica do projeto Ético-Político Profissional, tendo como
1342 pressupostos, a concepção crítica e de totalidade da Ética e da Defesa dos Direitos Humanos,
1343 tanto na formação como no exercício profissional e a transversalidade dos desafios éticos e
1344 da defesa dos Direitos Humanos em todas as Comissões. Informou os principais eixos da
1345 Comissão de Ética que são: a) a atividade permanente dos julgamentos dos Recursos Éticos;
1346 b) a ampliação do debate em torno da Ética e Direitos Humanos em uma perspectiva crítica;
1347 c) a Campanha de Gestão no Mundo de Desigualdade, toda Violação Direitos é Violência; d)
1348 Projeto Ético e Movimento; e) Projeto Social Memórias e Resistência contra a Ditadura Militar;
1349 f) Defesa do Estado Laico; g) Descriminalização e Legalização do Aborto; h)
1350 Descriminalização e Legalização do uso de Drogas; i) Não ao Machismo e Sexismo; j) Não ao
1351 Racismo; k) Livre Orientação e Expressão Sexual; l) Livres Expressões das Identidades de
1352 Gêneros Trans; m) Direito a Acessibilidade; n) Sigilo Profissional; o) Conselho de
1353 Comunidade; p) Exame Criminológico; q) Reforma do Código Penal; r) Não ao Depoimento
1354 sem Dano; s) Não a Internação Compulsória, e t) Produção Instrumentos Normativos
1355 ampliando o Debate Ético no Serviço Social. Assim, a partir dos números infindáveis de
1356 deliberações, que eram mais de quarenta e foram reduzidas para trinta, sendo organizadas
1357 nesses eixos, reforçando as atividades permanentes o julgamento dos recursos Éticos e o
1358 Projeto Ética em Movimento. A Conselheira Marylúcia passou a destacar cada eixo: em
1359 relação ao julgamento dos Recursos Éticos enquanto uma atividade precípua, considerando
1360 que o CFESS constitui nessa instância recursal, Tribunal Superior de Ética, foi viabilizado ao
1361 todo na Gestão Tempo de Luta e Resistência, o julgamento de 36 recursos éticos; é muito
1362 importante destacar que não dá para viabilizar o julgamento dos recursos éticos em todos os
1363 plenos; nesta gestão foram feitos dois mutirões para chegar a esse resultado; ficará para
1364 gestão 2014/2017, ainda os Recursos Éticos de 2013, e cinco de 2014, totalizando dezoito
1365 recursos éticos. No eixo da ampliação do debate em torno da Ética dos Direitos Humanos em
1366 uma perspectiva crítica está presente em todos os eixos; uma das principais ações realizadas
1367 foi o Seminário Nacional Serviço Social e Direitos Humanos que aconteceu, em 2012,
1368 trazendo a pauta de inúmeros temas que ainda estão postos na agenda como desafios e
1369 interface com a Comissão de Comunicação e as demais Comissões do CFESS, várias notas
1370 públicas e matérias nos sites, contendo o posicionamento do CFESS. Ainda, merecendo
1371 destaque, na Revista Inscrita 14, o artigo Conjunto CFESS/CRESS e a Defesa dos Direitos
1372 Humanos Sem Movimento não há Liberdade. Em articulação com outras comissões tem-se a

1373 participação efetiva nos espaços de controle social, pautando o projeto e as diretrizes que
1374 orientam nosso projeto Ético Político; a aprovação da Carta de Recife; as notas veiculadas no
1375 observatório das Violações e Resistências, um elemento da campanha de gestão, mas, ao
1376 mesmo tempo, possibilitou o diálogo com a sociedade e com a categoria, convidando a essa
1377 reflexão mais crítica em relação à ética e aos direitos humanos; a participação do CFESS na
1378 Marcha das Mulheres Camponesas, na Marcha contra a Política Econômica do Governo e
1379 entre outras. A Conselheira Marylúcia destacou a Campanha de Gestão “Toda Violação de
1380 Direitos é Violência – Sem Movimento não há Liberdade”; e ressaltou algumas das principais
1381 ações, tais como a mesa redonda no Seminário Nacional de Serviço Social de Direitos
1382 Humanos; a mesa de abertura no 41º Encontro Nacional; o lançamento oficial da Campanha,
1383 em 10 de dezembro, na Rodoviária do Plano Piloto; a Tribuna Livre, que foi uma experiência
1384 inédita; o Ato Público dos CBAS e o *hot site* próprio da campanha; Observatório das
1385 Violações e das Resistências, que foi um instrumento superimportante e inovador; Projeto do
1386 Curso Ética em Movimento; o fortalecimento da interlocução com os organismos nacionais e
1387 internacionais; a publicização de posicionamentos políticos, buscando consolidar o debate da
1388 Ética para além do Código, ou seja, uma ética não legalista, não normativista. Ressaltou que
1389 está em andamento a revisão e ampliação dos cadernos Ética em Movimento. No caso do
1390 caderno Ética e Direitos Humanos, a professora Marlice, convidada para fazer a revisão
1391 agradeceu o convite e informou que está à disposição deste Conjunto para se somar em
1392 outros momentos, em outras contribuições, mas que está recém aposentada e investindo em
1393 outros projetos e não estará contribuindo na ampliação desse caderno de Direitos Humanos.
1394 Dessa forma, em discussão no Pleno, o nome da professora Silvana Mara foi indicado para
1395 elaborar tal módulo. Chamou a atenção ainda sobre o Projeto Ética em Movimento, quanto ao
1396 perfil dos agentes multiplicadores, que devem ser pessoas que tenham disponibilidade,
1397 tenham discussão em torno da Ética e dos Direitos Humanos, sobretudo, que se
1398 comprometam com a elaboração e a multiplicação do relatório. Nesta gestão se discutiu a
1399 possibilidade de contratação de um profissional para acompanhar diretamente o curso Ética
1400 em Movimento, a produção de relatórios, considerando que é uma demanda que exige
1401 bastante dos conselheiros e que precisa cada vez mais, ser aprimorado; essa indicação sobre
1402 a contratação deverá ser amadurecida e encaminhada pela próxima gestão. Destacou outro
1403 projeto importantíssimo, o Projeto Serviço Social Memórias e Resistências contra a Ditadura,
1404 que em articulação com a Comissão de Comunicação, foi lançada, no dia 24 de maio
1405 passado; sendo elaborado um roteiro para a coleta desses depoimentos e teve a participação
1406 do CFESS no Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à
1407 Tortura, por meio da Conselheira Ramona; e a participação no Encontro do ANDES, que já
1408 constituiu a Comissão Nacional da Verdade, e que o CFESS passou a integrar. Marylúcia
1409 indicou para a gestão, construir novas estratégias de mobilização da categoria para que seja
1410 possível acessar os depoimentos; a publicação do livro e o encaminhamento do mesmo, tanto
1411 para a Comissão Nacional da Verdade quanto para os demais sujeitos, para a sociedade
1412 enfim, dar ampla visibilidade desse produto que será construído. Outro eixo importante é a
1413 Defesa do Estado Laico, demanda que vem de duas gestões anteriores; destacou que esse
1414 debate foi iniciado mediante a publicação da Resolução 627, também por meio da adesão da
1415 Campanha Latino Americana por Estados Laicos, coordenada pela Organização não-
1416 governamental Católicas pelo Direito de Decidir, organização feminista; e a participação na
1417 Mesa Desafios Estratégicos Construir um Movimento pela Defesa de um Estado Laico no
1418 Brasil. Essa campanha das Católicas pelo direito de decidir tinha como slogan por um estado
1419 laico que garanta pluralismo e direito de decidir de todas as mulheres. Para a gestão fica a
1420 elaboração do CFESS Manifesta, que já tem, no âmbito do CFESS, sistematizações iniciadas,
1421 mas não concluídas e, na medida em que conclua, seja ampliado o debate no âmbito do
1422 Conjunto, dando capilaridade tanto para a Resolução quanto para esse documento. No
1423 âmbito do eixo da descriminalização e legalização do aborto as atividades realizadas foram: a

1424 adesão a Frente Nacional pela legalização do aborto e descriminalização das mulheres; a
1425 participação no grupo de estudos sobre o aborto, grupo de estudos compostos por
1426 especialistas da área da saúde, conta com a participação do Conselheiro Maurílio; a produção
1427 de artigo na Revista Inscrita nº 14 resgatou o histórico de como esse debate se insere no
1428 âmbito do Conjunto, articulação com o CFEMEA, organização feminista de Brasília, que tem
1429 acompanhado os projetos de lei que tramitam no Congresso; o debate também vem sendo
1430 pautado nas reuniões da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher. Estão em andamento: a
1431 produção da nota técnica do Ministério da Saúde sobre o aborto legal e seguro como direito
1432 reprodutivo; Descriminalização e Legalização do uso de Drogas, as atividades realizadas são
1433 em articulação com a Comissão de Comunicação, a Mesa no 42º Encontro, Os Descaminhos
1434 da Política de Drogas no Brasil, polêmicas e perspectiva para o Serviço Social; a participação
1435 no Fórum Nacional de Direitos Humanos e Drogas; a entrevista publicada no site com a
1436 Professora Cristina Brites; a publicação na Revista Inscrita, que é o debate sobre legalização
1437 das Drogas; a falência da Política proibicionista; a produção de alguns CFESS Manifesta em
1438 destaque: Proibir e trancar não resolve; e a Mesa no 14º CBAS, Política de Drogas,
1439 consensos, dissensos e direitos em debate, questões para o Serviço Social. Assim, a nova
1440 gestão deverá dar continuidade ao debate pensando em novas estratégias para retirada de
1441 posição em relação à legalização do uso de drogas. Sobre o não ao machismo e ao sexismo,
1442 considera-se que esse conjunto, em sintonia com as tendências críticas do Movimento
1443 Feminista, que teve um avanço muito importante, que é a incorporação da linguagem de
1444 gênero, reconhecimento de que pela via da linguagem também se afirma o patriarcado e que
1445 não dá para se tratar de forma naturalizada essa universalidade que invisibiliza as mulheres.
1446 Frizou que o Código de Ética Profissional foi revisto e ampliado a partir da sua 9ª Edição,
1447 incorporando tanto a linguagem de gênero como a questão da identidade de gênero,
1448 alterando, para entrar em sintonia com o movimento LGBT, substituindo a opção sexual por
1449 orientação sexual, porque ninguém faz opção sexual, e sim é orientado pelo desejo, a partir
1450 de determinada afinidade afetivo sexual. O desejo não é uma escolha, é pré-determinada;
1451 tornar público sim, mas o desejo, a orientação do desejo, não se trata de opção. Além disso,
1452 a numeração dos princípios que não assume um sentido de hierarquização. O Código de
1453 Ética como um espaço de pensar e problematizar sobre a linguagem sexista, a produção de
1454 CFESS Manifesta, em particular o dia 8 de março, e da Violência contra a Mulher. Em relação
1455 ao Racismo tivemos na Revista Inscrita a publicação desse artigo: Racismo, Questão Social e
1456 Serviço Social - Elementos para pensar violação de Direitos no Brasil, e a inserção do quesito
1457 Raça/Cor nas fichas de inscrição de todos os Seminários dos CBAS, bem como na
1458 Campanha Nacional de Combate à Inadimplência. O quesito Sexo/gêneros era permanente,
1459 mas o de Raça e Cor e a novidade da Orientação Sexual passam a compor um dado que
1460 aparece inclusive na Campanha de Combate à Inadimplência. No âmbito da Livre Orientação
1461 e Expressão Sexual e Livre Expressão de Identidade de Gênero existe um debate que a
1462 gestão, que está saindo, assumiu, mas que mexe em um vespeiro, porque ainda é muito
1463 confuso, trata-se da questão de identidade de gênero e orientação sexual. Primeiro, foi
1464 publicada a Resolução 615, que garante àquela assistente social Travesti e aquele ou aquela
1465 Assistente Social Transexual, seja Homem Trans ou Mulher Trans, o direito de exercer a
1466 profissão utilizando o nome social, inclusive, na sua Identidade e Cédula profissional. Foi
1467 publicado o primeiro CFESS Manifesta da visibilidade Trans, no ano passado; a Nota de
1468 repúdio a Comissão de Direitos Humanos da Câmara em relação ao Marcos Feliciano; em
1469 articulação com a Comissão de Comunicação a produção do cartaz da visibilidade Trans que
1470 envolveu sujeitos políticos e, se não existem os sujeitos políticos, não existem também as
1471 conquistas de direitos; o fundamental dessa Campanha foi o reconhecimento de algo que está
1472 colocado na realidade e que precisa ser apropriado para ajudar a compreender esses
1473 usuários ou colegas profissionais que vivenciam a identidade de gênero, que não é a binária,
1474 masculino ou feminino, e que é das identidades trans que são não hegemônicas. Esclareceu

1475 que o CFESS tem assento no Conselho Nacional de Combate a Discriminação – LGBT, na
1476 Titularidade e Suplência; representadas por ela e o Conselheiro Maurilio, além da Suplência
1477 na Comissão Intersetorial de Saúde da População – LGBT, representada também por ela. O
1478 artigo na Revista Inscrita sobre identidades Trans, com professor Guilherme, e a participação
1479 na 4ª Marcha Nacional contra a Homofobia organizada pela ABGLT. Saliou as atividades
1480 em andamento: Cartazes para Conselhos de Direitos e para outros conselhos profissionais;
1481 sugeriu para a próxima gestão ampliar as estratégias para dar maior visibilidade tanto para a
1482 resolução quanto ao Cartaz da Visibilidade Trans, que envolve pautar os sujeitos na mídia.
1483 Afirmou compreender que do ponto de vista pedagógico é interessante elaborar outra
1484 Resolução, considerando que a citada trata diretamente da questão da Orientação Sexual e,
1485 considerando a complexidade do tema das Identidades Trans e ainda o estudo sócio jurídico
1486 sobre a participação do assistente social nas equipes multidisciplinares, terá subsídios para
1487 pensar e produzir uma resolução mais específica em relação às Identidades Trans. Outro eixo
1488 é o direito à acessibilidade, que além do site do CFESS que já vem com inúmeras alterações
1489 para ampliar essa acessibilidade como foi a publicação do Código de Ética em braile e o
1490 Áudio Livro. Do ponto de vista mais geral, é um movimento que precisa ser fortalecido,
1491 inclusive, pelos/as assistentes sociais, mas que a gestão deve dar o primeiro passo para que
1492 venham outros e possibilite tanto os profissionais com deficiência quanto os usuários com
1493 deficiência maior acesso às nossas produções e ações. Enfatizou que o sigilo profissional é
1494 um dos eixos fundamentais e que também se constitui um desafio para a gestão que se inicia.
1495 Informou que o tema foi pautado dentro do 8º Seminário Nacional de Capacitação das COFIs,
1496 por meio da mesa redonda: A Garantia do Sigilo Profissional, um Desafio Ético e também foi
1497 elaborado um parecer jurídico elaborado pela Sylvania Terra, e encaminhado aos CRESS, e a
1498 mesa redonda no 14º CBAS. Todavia, é necessário aprofundar esse debate sobre o sigilo
1499 com destaque para o material técnico sigiloso em interface com a COFI, e elaborar uma
1500 coletânea de artigos sobre o Sigilo Profissional. Em relação ao Conselho de Comunidade não
1501 houve muito avanço nessa gestão, dizendo que a deliberação, do 42º Encontro pautou a
1502 necessidade desse debate ser aprofundado nos encontros sociojurídicos. Em relação ao
1503 Exame Criminológico, foi feito um debate inicial no GT Sociojurídico, um debate, no Pleno,
1504 com as especialistas Andréia Torres e Tânia Dahmer, e a publicação na Revista 14,
1505 Contribuições ao Debate sobre Exame Criminológico. A nova gestão terá que dar
1506 continuidade ao debate no âmbito do conjunto para retirada de posição no próximo Encontro
1507 Nacional, considerando que neste momento tem dois estados que estão com esse debate
1508 mais avançado, no caso do Rio de Janeiro e São Paulo. Esse debate precisa ser mais
1509 espalhado pelo país. Sobre o Não ao DSD; a publicação de matéria no site e a participação da
1510 Conselheira Erivã tanto no CONANDA como no Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do
1511 Adolescente, em que a próxima gestão continuará aprofundando esse debate, inclusive,
1512 reconhecendo as várias remodelações, os vários conceitos, todas as várias máscaras que
1513 esse debate assume, não apenas como depoimento sem dano. Em relação à reforma do
1514 Código Penal, as atividades realizadas foram por meio da Assessora Jurídica do CFESS,
1515 Sylvania Terra. Não a internação Compulsória a participação na Frente Nacional de Drogas e
1516 Direitos Humanos; aprovação na Carta de Recife; a publicação na Revista Inscrita do artigo
1517 Internação Compulsória - um Canto de Sereias; entrevistas com a professora Cristina Brites,
1518 além do CFESS Manifesta. Por fim, foi concluído e publicado o Código de Ética do Assistente
1519 Social comentado, uma herança de mais de três gestões; foi atualizado o Código Processual
1520 de Ética com a Resolução 660, revogando integralmente a Resolução 428; concluído o
1521 Código Processual Disciplinar e as resoluções especiais tanto das identidades Trans quanto
1522 em relação à Defesa do Estado Laico, que é a Resolução 627. Afirmou que ficará para a nova
1523 gestão, o compêndio da jurisprudência, que está sendo elaborado pela assessora jurídica do
1524 CFESS. A Conselheira Sâmya, como componente da Comissão de Ética, registou a
1525 importância da Conselheira Marylúcia como coordenadora dessa Comissão e seu intenso

1526 trabalho para que saísse o Código de Ética Comentado; o Código Processual de Ética; a
1527 Resolução do nome Social; a Resolução de Símbolos Religiosos, a Inscrita. O Conselheiro
1528 Maurílio ratificou as palavras de Sâmya e acrescentou que a Marylúcia tem a capacidade de
1529 coordenar e de levar à frente vários pontos, tem um jeito implacável com as ideias; sua
1530 dedicação com o curso de Ética em Movimento, participando de todos os cursos. Maurílio
1531 aproveitou para socializar que ele e a Miriam fizeram um texto que recupera todo o debate
1532 sobre a campanha O Amor Fala Todas as Línguas, que está *on line* na Revista In Pauta; foi
1533 resgatada a trajetória do conjunto CFESS/CRES, que mostra o que é uma construção
1534 histórica de vários temas que surgem no exercício profissional dos Assistentes Sociais; por
1535 isso que essas temáticas avançam e ganham um posicionamento explícito ainda que em
1536 tempo de cerceamento da liberdade, cerceamento à diferença; disse acreditar ser uma
1537 contribuição para a memória, uma forma de contribuir para o registro das ações do CFESS. A
1538 Conselheira Rosa Prêdes quis fazer duas observações, primeira, é que não há ainda uma
1539 consistência suficiente de entendimento no Conjunto sobre a decisão de ter o eixo da Ética e
1540 Direitos Humanos diferente do eixo da Fiscalização Profissional, é comum Ética e
1541 Fiscalização serem confundidos como se fiscalizar o exercício somente em função dos
1542 processos éticos; também há o debate em que a própria noção de Direitos Humanos ficou
1543 restrita à Política de Direitos Humanos. Segunda observação trata-se da visibilidade das
1544 questões da fiscalização com o exercício, mostrar que essas grandes questões do Eixo da
1545 Ética são questões para além do Serviço Social, e a categoria está assumindo um papel de
1546 provocar a sociedade sobre isso. A Conselheira Marlene reiterou que na Seguridade ao fazer
1547 vários debates e a interconexão com a ética, é fundamental firmar posições em todos os
1548 espaços das políticas públicas que estão na Seguridade. E trouxe uma preocupação quanto à
1549 questão dos julgamentos, dos Pareceres Éticos e da responsabilidade de elaboração de um
1550 relatório. Recomendou que antes das conselheiras se colocarem como relatoras, participem
1551 de julgamentos para adquirirem um domínio maior do que acontece em uma sessão de
1552 julgamento no CRESS, é importante vivenciar a troca de discussão, estudar e aprofundar
1553 mais o tema para que o relatório tenha consistência dentro da competência e do papel de
1554 conselheiro/a dentro do CFESS. A Conselheira Maria Elisa reiterou a importância de uma
1555 capacitação em relação aos Recursos Éticos e à relatoria, da necessidade de um
1556 aprofundamento porque é de uma responsabilidade e de uma peculiaridade particular e de
1557 uma enorme riqueza. E concluiu dizendo que nem um mestrado e doutorado lhe ofereceu
1558 maior experiência no Projeto Ético-Político Profissional para entendê-lo, materializá-lo e vê-lo
1559 construído, que a experiência no CFESS e, especialmente, na Comissão de Ética. A
1560 Conselheira Marinete registrou seu aprendizado junto a Comissão de Ética e sobre a
1561 paciência histórica da Mary, devido a profundidade dos temas que muitas vezes são
1562 baseados no senso comum, questões que nos alimentam no sentido, inclusive, da existência
1563 humana, percebeu o seu comprometimento coletivo com o processo, a sua busca incessante
1564 de dar conta dessa demanda que, muitas vezes, causa aflição. Lembrou de um fato ocorrido
1565 no Encontro Nacional de 2007, quando foi proposta uma Moção de Apoio a Não
1566 Criminalização do Aborto e como isso foi reagido negativamente por alguns colegas da
1567 categoria, quando foi apresentado um *slide* sobre uma pessoa que fez aborto em uma
1568 comunidade carente, saiu dali para o SUS e foi algemada. Isso é Criminalização do Aborto.
1569 Disse que conseguiram traduzir essa realidade para as colegas de trabalho, defenderam que
1570 isso não era crime. Crime é ter feito o aborto e sair dali no atendimento do SUS, porque as
1571 que têm recursos fazem em clínicas particulares, as que não tem fazem o aborto em casa, vai
1572 para o SUS e, chegando lá, fica algemada em uma cama. Então, quando foram debatidos
1573 temas tão profundos e, ao mesmo tempo, tão singulares e tão universais, houve a delicadeza
1574 de entender a conjuntura histórica, o momento histórico, mas a firmeza nessa condução.
1575 Assim foi com a questão do Estado Laico, que mesmo não tenha saído o CFESS Manifesta,
1576 foi um tema aprofundado de forma muito coletiva. Não adianta o Conjunto entender, defender,

1577 se não tem todo um trabalho pela frente de fazer uma discussão com muita seriedade, com
1578 muito respeito. Reafirmou que a Comissão de Ética traz desafios, para além do exercício
1579 profissional, é uma vida com mais concretude em função daquilo que se defende como uma
1580 vida digna, que pode causar e todas as instâncias superiores de prazer e de compromisso
1581 com a emancipação humana. A Conselheira Marylucia agradeceu a todas, emocionada, e
1582 disse que aprendeu muito e que seu trabalho não acaba ali, mas que a luta continuará em
1583 outros espaços. A Conselheira Marinete informou que no dia seguinte a proposta seria de
1584 fazer um breve relato das representações, apontando algumas questões relacionadas
1585 principalmente com a importância do CFESS nesses espaços, as dificuldades encontradas e
1586 as perspectivas para que possam construir novas propostas, uma avaliação mais abrangente,
1587 no sentido, inclusive, de definir a continuidade de o CFESS estar presente em todos esses. E
1588 finalizou o trabalho do dia. **Dia 15 de maio, pela manhã**, a Conselheira Sâmya iniciou
1589 parabenizando a todos/as pelo Dia do Assistente Social, um dia de renovar as forças e
1590 coragem para as lutas da profissão e por outra sociabilidade aproveitou e socializou um e-mail
1591 enviado pela professora Marilda lamamoto para toda a gestão que dizia: “Maurílio e Sâmya,
1592 um abraço muito especial aos colegas que terminam a gestão e aos que estão assumindo o
1593 novo desafio. Acompanhei esses três anos do CFESS com admiração pela garra,
1594 determinação e competência em assumir as frentes de luta e não se furtar aos novos
1595 desafios. Felicidades aos que estão iniciando nova etapa de luta, atribuindo consistência ao
1596 nosso projeto profissional coletivo. Estamos juntos nessa luta. Como diz o poeta: chegam os
1597 aromas de amanhã em mim. Que vocês sejam portadores de aromas de amanhã nos
1598 próximos três anos de gestão. Um abraço fraterno. Marilda Vilela Yamamoto”. Afirmou ser
1599 uma mensagem para todos/as começarem bem o dia de comemoração, de trabalho e festa e
1600 passou a palavra para a coordenadora Marinete, que naquele momento passaria a coordenar
1601 o Pleno. A Conselheira Marinete parabenizou a todos/as e informou que seria um momento
1602 de reflexão com as representações nos espaços coletivos de representação tanto em fóruns
1603 quanto em Conselhos de Direitos e Políticas. Disse que a proposta seria de fazer uma análise
1604 sobre a importância do CFESS nesses espaços, suas principais dificuldades e seus principais
1605 desafios, lembrou que o CFESS tem representação interna e externa e que não foi possível
1606 realizar reuniões sistemáticas com as mesmas. Iniciou as apresentações de todos inclusive
1607 das representações externas e os/as convidados./as A Conselheira Marinete se apresentou
1608 informando que sua gestão estava acabando naquele dia e que estava à frente da
1609 Coordenação da Comissão de Seguridade Social e participava também da COFI. A
1610 Conselheira Kátia também comunicou que estava saindo da gestão Tempo de Luta e
1611 Resistência e junto com a Tânia Diniz, são representantes no Fórum da Questão Urbana. A
1612 Conselheira Sâmya disse assumir a presidência da gestão que estava sendo finalizada e
1613 compôs as Comissões de Ética e da Comunicação. O Conselheiro Maurílio informou integrar
1614 a gestão que estava se encerrando e com o desafio de dar continuidade aos trabalhos com as
1615 novas companheiras, na próxima gestão do CFESS. A Conselheira Esther informou fazer
1616 parte da gestão que se finda e que participará da nova gestão, sendo que na atual gestão
1617 atuava na Comissão de Formação Profissional, Relações Internacionais e na Adm-Fin, e
1618 também, no âmbito da Seguridade, representando no Fórum Nacional de Trabalhadores do
1619 SUAS. Cristina Abreu se apresentou como assessora especial. A Conselheira Tânia falou
1620 compor a nova gestão e que representa a que se encerra, no Fórum Nacional da Reforma
1621 Urbana. A Conselheira Alcinélia informou que era da gestão que se finda e integrava a
1622 Comissão de Ética, Comunicação e, recentemente, Seguridade Social. A Conselheira Juliana
1623 também falou que fez parte da gestão Tempo de Luta e Resistência, na Comissão de
1624 Formação Profissional e Relações Internacionais e do Administrativo-Financeiro e está no
1625 grupo da nova gestão Tecendo na Luta Amanhã Desejada. A Conselheira Alessandra disse
1626 integrar a gestão que se encerra, compondo a Seguridade Social e a COFI e representou o
1627 CFESS a partir de 2013, no Conselho Nacional de Saúde e no Fórum das Entidades

1628 Nacionais e Trabalhadores da Saúde; dentro do CNS esteve nas Comissões de Ética em
1629 Pesquisa e de Comunicação e dará continuidade com a nova gestão. Ruth Bittencourt se
1630 apresentou como representante do CFESS na Comissão Intersectorial de Recursos Humanos
1631 do Conselho Nacional de Saúde e junto com a Alessandra participa de um grupo de trabalho,
1632 disse já ter sido da CONEP, e agora integra o GT da CONEP, que estará concluindo a
1633 resolução sobre a ética na pesquisa na área das ciências sociais e humanas. Simão Samba
1634 agradeceu o convite de estar no CFESS, disse ser assistente social, formado na UNISAL
1635 Americana, fez mestrado na PUC/SP, concluído em 2012; regressou a Angola, onde trabalha
1636 em duas instituições que tem o curso de Serviço Social, o Instituto Superior João Paulo II, que
1637 pertence a Conferência dos Bispos de Angola e São Tomé, primeiro instituto que reimplantou
1638 o curso de serviço social, depois de 38 anos. Depois, no Instituto Superior de Serviço Social,
1639 que já é uma Instituição Pública, onde até dezembro estava no Departamento de Investigação
1640 e Pós-graduação. Em 2012, começou o movimento da criação da Associação dos Assistentes
1641 Sociais da Angola, que por enquanto está com uma Comissão instaladora, em processo de
1642 legalização, na qual ocupa o cargo de Presidente de Comissão Instaladora da Associação dos
1643 Assistentes Sociais. A Conselheira Rosa Prêdes participou da gestão Luta e Resistência,
1644 sendo da COFI e da Formação e representa o CFESS na Comissão Intersectorial de Saúde
1645 Mental, do Conselho Nacional de Saúde. A Conselheira Raimunda está deixando a atual
1646 gestão e participou da Comissão da Seguridade Social e Adm-Fin e de alguns espaços,
1647 representando o CFESS, como a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, a Frente
1648 Nacional que discute a relação de drogas e direitos humanos e, às vezes, no Fórum das
1649 Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde e também no Conselhinho, que é o
1650 Fórum dos Conselhos Profissionais da Área da Saúde. A Conselheira Nazarela informou que
1651 comporá a nova gestão 2014/2017, Tecendo na Luta Amanhã Desejada e que era de
1652 Salvador/BA. A Conselheira Solange, disse ser do Rio de Janeiro e que compõe a nova
1653 gestão. A Conselheira Josiane falou ser de Sergipe e que também comporá a gestão
1654 2014/2017. A Conselheira Marylucia se apresentou como pernambucana cearense, fazendo
1655 parte da gestão Tempo de Luta e Resistência, que se encerra e representou o CFESS no
1656 Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, na Comissão Intersectorial de Saúde
1657 da Mulher e na Comissão Intersectorial de Saúde da População LGBT. Magali disse ser
1658 representante da Comissão Intersectorial de Saúde da População Negra, pelo CFESS desde
1659 2008; informou já ter passado por duas gestões na Comissão Intersectorial de Saúde da
1660 População Negra do Ministério da Saúde; atualmente estava na UFBA e que era professora
1661 aposentada da UERJ. Adriane Tomazelli se apresentou dizendo ser assessora especial,
1662 juntamente com a Cristina Abreu. A Conselheira Valéria disse compor a nova gestão e ser de
1663 Maceió/AL. A Conselheira Daniela Neves informou ser uma cearense em Brasília e compor a
1664 nova gestão 2014/2017. A Conselheira Hirley informou ser a assistente social do INSS em
1665 Campo Grande/MS, fazendo parte da nova gestão Tecendo na Luta a Amanhã Desejada. A
1666 Conselheira Marlene disse fazer parte da gestão que se finda, participando nesses três anos
1667 na Comissão de Seguridade e na COFI; também acompanhando, como observadora, o
1668 Conselho Nacional de Assistência Social e participando, mais recentemente, com a Esther, do
1669 Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, fará parte da gestão que se inicia. A
1670 Conselheira Raquel declarou ser assistente Social do INSS, na Paraíba e compor a nova
1671 gestão. Vitória comunicou ser representante do CFESS no Conselho Nacional dos Direitos do
1672 Idoso. A Conselheira Bernadette disse estar retornando ao CFESS na nova gestão. A
1673 Conselheira Erivã disse ser da gestão que estava se encerrando e que representava o
1674 CFESS no CONANDA, que é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
1675 e no Fórum Nacional DCA. Após as apresentações a Conselheira Marinete iniciou sua fala
1676 pelo Relatório Anual de Gestão, com a perspectiva de entender que os espaços de
1677 representação são espaços contraditórios, mas entendendo a responsabilidade do Conselho
1678 Federal. Reafirmou que deverá ser pensado como ocupar esses espaços, contribuindo para o

1679 controle democrático e a participação coletiva, e, ao mesmo tempo, não comprometer as
1680 outras tarefas presentes e colocadas para esse coletivo do Conselho Federal de Serviço
1681 Social. Vitória que representa o CNDI informou que está como suplente e a Jurilza na
1682 titularidade, que não pode estar presente porque está viajando; informou que as duas
1683 representaram o CFESS desde o final da gestão passada e ficaram até a gestão que se
1684 findou; tiveram dificuldades no CNDI, não conseguindo muitos avanços, disse que na
1685 Conferência Nacional do Idoso, o CFESS esteve presente através do CFESS Manifesta;
1686 afirmou ainda que o idoso continua como a minoria em termos de políticas, mesmo tendo uma
1687 população mais ou menos de 24 milhões de idosos no Brasil. No ano 2020, o Brasil será a 6ª
1688 população idosa do mundo, assim urge a necessidade de realização de algumas ações mais
1689 pontuais. Ratificou a importância de o CFESS continuar nesse espaço, porque no ano
1690 2025/2040, a população idosa estará maior do que a população infantil. Em 2015, haverá a 4ª
1691 Conferência, espaço importante de ser ocupado. Foi passada a palavra para a Conselheira
1692 Marlene que informou que participava das reuniões do CNAS como observadora, antes disso
1693 quem integrava o Conselho representando o CFESS era o Edval Bernardino, da região do
1694 Pará. Em maio de 2012, quando iniciou como observadora no CNAS, percebeu a existência
1695 de debates distintos dos realizados pelo CFESS, em especial na Comissão de Política de
1696 Assistente Social, onde ficou referenciada como observadora, mas participando também das
1697 reuniões ordinárias. Mesmo diante das contradições internas da gestão, o CFESS tinha um
1698 papel importante nas discussões que se colocava na Comissão, onde era qualificada a pauta,
1699 levando para esse espaço as questões que envolvem a categoria, debatendo também outras
1700 questões, como o debate da diminuição da idade penal, a questão da mulher, o local de
1701 atendimento de situações de violência contra a mulher, a questão dos trabalhadores do
1702 SUAS. Foi possível construir uma ligação entre o que era discutido na comissão e com o
1703 cotidiano profissional junto com aquilo que era debatido na pauta do CFESS, tanto que foi
1704 aprovada a Política Nacional de Educação Permanente, por uma intervenção do CFESS,
1705 fazendo algumas interferências e recondução de alguns debates. Em 2012, houve a eleição,
1706 no qual o CFESS perdeu por uma articulação política forte e desigual por parte da FENAS.
1707 Assim, o CFESS continuou como observador e a FENAS entrou como titular no CNAS. Foi
1708 realizada uma articulação pelo FNTSUAS, espaço que legitima as entidades candidatas para
1709 o segmento dos trabalhadores. Contudo, afirmou buscar assegurar as posições do CFESS e
1710 entrar como conselheiro/a e caso, não consiga, continuará como observadora porque há a
1711 necessidade de interferência nesse processo e de avanço nos posicionamentos que
1712 legitimam uma Política de Assistência Social, defendida pelo CFESS. A Conselheira Erivã
1713 destacou que a pauta da Infância e da Adolescência tem sido bastante prioritária, ou seja, os
1714 assistentes sociais, inclusive, pela via da indicação dos conselhos regionais tem assumido
1715 esse espaço de representação, não só em nível nacional, como o CFESS, mas também em
1716 nível estadual quanto municipal. A Infância e a Adolescência tem sido a via do assento no
1717 Conselho Nacional de Secretários de Educação/CONSEDs, mas também em fóruns, sendo
1718 que especialmente no nível Nacional o Fórum Nacional DCA. Reafirmou que embora
1719 considere que no Brasil exista um avanço significativo do ponto de vista do marco normativo,
1720 no que tange a defesa da proteção integral, a concepção de que criança e adolescente como
1721 sujeitos de direitos, ainda requerem no processo de operacionalidade da política, uma
1722 interlocução com outras políticas. Informou que desde que o CONANDA foi instituído – e já
1723 são quase 23 anos –, o Conselho Federal sempre, de algum modo, esteve presente, muitas
1724 vezes na condição de observador, muitas vezes na condição de suplência e algumas na
1725 condição de conselheiro titular. Frisou, nessa retrospectiva histórica, que o CFESS sempre
1726 entendeu que era importante o processo de interlocução dessa pauta também pela via do
1727 CONANDA; aliás, reafirmou que o CFESS defende no interior desses mecanismos
1728 institucionais a importância que tem a interlocução desses com os mecanismos de fato de
1729 participação popular, de movimentos, que inclusive, não estão no interior dessas

1730 organizações, desses espaços mais institucionalizados. Essa é uma questão importante
1731 diante desse processo histórico de enxergar como essa relação vem se dando, como se vem
1732 construindo, com muita tensão e com muita disputa sobre a compreensão de que espaço é
1733 esse, que limite tem e em que momento, inclusive, esse espaço não será um espaço
1734 suficiente, por exemplo, para impor e impactar em determinadas situações, a exemplo do que
1735 recorrentemente ocorre em torno da luta contra a redução da maioria penal e, mais
1736 recentemente, contra o aumento do tempo de internação nas unidades de atendimento
1737 socioeducativos. Continuou afirmando que a sociedade civil do CONANDA é aquela que
1738 conta, além das representações dos trabalhadores, a exemplo do Conselho do CFESS, do
1739 Conselho Federal de Psicologia, e de Centrais Sindicais, especialmente a CUT, a CONTAG e
1740 a CNTE, boa parte são organizações assistenciais, que fazem parte, inclusive, da própria rede
1741 de atendimento da política, isso põe um tema que é central e que no CONANDA está
1742 discutindo, a questão do acesso ao Fundo Público. Ressaltou que além do tema da redução
1743 da maioria e do enfileiramento do tempo de internação, que tem um impacto muito grande
1744 sobre a política e sobre o modelo pensado em termos da proteção integral, a questão da
1745 disputa do Fundo Público é uma questão central, sobretudo, porque quando o CONANDA
1746 discute e define o acesso a esse Fundo, parte das organizações são as mesmas
1747 organizações que vão acessar esse Fundo Público e isso impõe, de fato, um limite na relação
1748 e na disputa das forças no interior do CONANDA. Apresentou como questão que merece ser
1749 refletida, a dificuldade em fazer enfrentamentos mais incisivos, porque parte dessas
1750 organizações ou organizações parceiras, estão buscando acesso ao Fundo Público por via
1751 dos projetos assistenciais para operação da própria Política. É imprescindível o CFESS estar
1752 no CONANDA, com sua história de inserção, que independe de ser suplente ou titular.
1753 Obviamente que na condição de titularidade, do ponto de vista político, tem uma questão
1754 importante, que é o voto. E numa condição de suplência não, mas o CFESS tem um processo
1755 construído no interior da sociedade civil do CONANDA, de inserção, de participação, que se
1756 dá pela via do Fórum Nacional DCA. Então, mesmo como suplente, há um potencial de fazer
1757 o debate, de intervir, de fazer a incidência. Informou que o CFESS tem um vínculo orgânico
1758 construído com o Conselho Federal de Psicologia/CFP. Para terminar, lembrou que está em
1759 andamento o processo de organização da 10ª Conferência Nacional que acontecerá em 2015.
1760 A Conselheira Marinete informou que teceria informações sobre o Conselho Nacional de
1761 Política sobre Drogas, que é o CONAD, onde o CFESS ocupa a titularidade e a suplência. A
1762 titularidade até dezembro era representada pela Cristina Brites e pela Heleni, explicou que
1763 nenhuma das duas puderam estar presentes, neste momento, mas a Cristina havia enviado o
1764 Relatório, o qual faria algumas considerações. Comunicou que Cristina Brites inicia o relatório
1765 dizendo que a representação do CFESS no CONAD tem sido realizada em parceria entre a
1766 representante titular e suplente e, dentro do possível, tem participado das reuniões ordinárias,
1767 que foram quatro. Informou que as reuniões do CONAD têm se caracterizado pela
1768 formalidade, pela pouca transparência quanto à definição de pauta e cronograma de reuniões.
1769 Houve a troca de secretário e, com essa troca é que tem sido, pelo menos, tentado aprovar o
1770 cronograma das reuniões em plenário. Disse ainda que é um Conselho bem difícil, inclusive,
1771 questionou o CFESS em função das suas representações, colocando, que a representação
1772 indicada pelo CFESS não estaria conivente com os critérios do CONAD, mas que o CFESS
1773 resistiu e convenceu a aceitar a sua continuidade para compor a gestão. Cristina Brites
1774 colocou o que tema central de uma das reuniões foi o acompanhamento da pesquisa de
1775 âmbito nacional sobre o consumo de drogas. A pesquisa que foi apresentada pela
1776 representante da FIOCRUZ, inclusive, foi questionado o fato de a pesquisa da FIOCRUZ ser
1777 financiada pela CENAD, que é a Secretaria Nacional e que, primeiro se apresentou na mídia,
1778 para depois no CONAD, sendo que o próprio papel do Conselho foi colocado em discussão. A
1779 composição do Conselho é bastante ampla, há uma tendência de pouco debate do próprio
1780 papel do CONAD na definição de prioridade de pautas. Fez ainda uma avaliação que, além da

1781 formalidade desse espaço, considera que a participação deve conter uma representação mais
1782 orgânica junto à gestão do CFESS. Avalia que seria mais pertinente que um membro da
1783 gestão pudesse assumir essa representação, porque é um Conselho que se reúne poucas
1784 vezes no ano e que, principalmente, por uma intervenção qualificada no mesmo, supõe
1785 necessária a inserção em outras frentes. Cristina faz essa consideração em relação a estar
1786 organicamente vinculada a outras frentes de droga, já que o CONAD não tem sido
1787 protagonista no encaminhamento da Política de Drogas. Marinete pontuou que essa reflexão
1788 deverá ser debatida na próxima gestão e informou que a Cristina Brites não poderá ser mais
1789 reconduzida, porque é sua segunda gestão e a Heleni assume o CRESS da Bahia, assim, a
1790 gestão que se finda não indicou nenhum nome, o que deverá ser uma tarefa urgente da nova
1791 gestão. A Conselheira Marylúcia começou a informando que o CFESS estava na titularidade e
1792 suplência do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, LGBT, conselho vinculado à
1793 Secretaria de Direitos Humanos, criado recentemente, trata-se de um espaço contraditório,
1794 pauta uma temática ainda estigmatizada na sociedade, que é a homofobia, lesbofobia,
1795 transfobia, demandando a necessidade de os assistentes sociais se apropriarem do
1796 reconhecimento dessa população como usuária das políticas, compreendendo na concepção
1797 ampliada de Seguridade. Nesse espaço, ao longo deste ano, prevaleceu como agenda
1798 prioritária, a luta em torno da aprovação do PLC 122, que está dentro do debate da reforma
1799 do Código Penal. E esse é um desafio prioritário no Conselho, além da garantia do processo
1800 transexualizador no SUS. Outro aspecto, como espaço também contraditório, no âmbito da
1801 sociedade civil, é a predominância de uma tendência ainda pouco politizada, o movimento
1802 tem uma fragilidade na sua autonomia, as tendências dominantes desse movimento na sua
1803 forma de organização política em termos da própria construção social enquanto movimento,
1804 então, muitas das pautas – e um exemplo objetivo disso foi a proposta do substitutivo ao PLC
1805 122 que veio pela Secretaria de Direitos Humanos e de uma forma de cima para baixo, como
1806 se todos os conselheiros tivessem que aprovar aquela proposta, sem uma análise política do
1807 que significava aquele substitutivo. É importante registrar que o CFESS foi uma das entidades
1808 que acompanharam o movimento social que fez a leitura de que o substitutivo não
1809 representava as necessidades do movimento LGBT. Como aliança estratégica, o CFESS
1810 contou com o Conselho Federal de Psicologia e, obviamente, os movimentos que
1811 representam a ANTRA, a BGLT, a Liga Brasileira de Lésbicas, que são Organizações
1812 Nacionais que representam o Movimento LGBT. Afirmou que o CFESS deixou uma
1813 contribuição importante na medida em que um elemento para orientar as ações do próprio
1814 Conselho LGBT é o Regimento Interno, que até então não existia. Então, havia organizações
1815 políticas do movimento que tinham mais de uma representação, em detrimento de outras que
1816 nunca ocuparam esse espaço. Esse é um debate que precisa ser ampliado. Avaliou que por
1817 ser recente essa conquista, por estar entre as bandeiras do conjunto contra a homofobia,
1818 lesbofobia, transfobia e todos os desdobramentos dessa agenda, é fundamental que o
1819 CFESS possa permanecer na representação. Ressaltou que, em 2015, acontecerá a
1820 Conferência Nacional LGBT. O ano de 2014 será efervescente no sentido de construção da 3ª
1821 Conferência Nacional. Há muito trabalho pela frente, sobretudo, com a pauta do processo
1822 transexualizador no SUS e da garantia do nome social. Essas foram as duas pautas mais
1823 fortes no Conselho Nacional LGBT e com a Campanha do CFESS é mais um motivo para dar
1824 consistência, para dar continuidade a esse trabalho. Destacou como uma das pautas
1825 importantes a ser trabalhada, a questão do cadastro único, que é uma das portas de entrada
1826 para o acesso a direitos; não há o reconhecimento da população LGBT como usuária.
1827 Finalizou dizendo da importância de consolidar esse espaço no âmbito do Serviço Social,
1828 considerando que ainda vivenciam dentro da própria profissão a homofobia, a lesbofobia e a
1829 transfobia institucional, ou seja, em que medidas assistentes sociais corroboram para que não
1830 haja um reconhecimento dessa população como usuária na medida em que ela não está,
1831 muitas vezes, institucionalizada e reconhecida nos espaços de controle e das próprias

1832 políticas, que ainda vem sendo um processo de afirmação nesse sentido. Vale a pena ocupar
1833 esse espaço e manter essa tendência crítica de posição do CFESS. A Conselheira
1834 Alessandra informou que em 2012 houve o processo eleitoral e, em 2013, teve início uma
1835 nova gestão do Conselho Nacional de Saúde/CNS e do Fórum das Entidades dos
1836 Trabalhadores da Saúde/FENTAS. Nesse início de gestão, foram discutidas as participações
1837 nas comissões, a composição entre as 45 entidades que hoje representa o segmento dos
1838 Trabalhadores da Saúde dentro do FENTAS; apesar de o CFESS estar na suplência hoje,
1839 devido ao revezamento entre as entidades que participam deste fórum, o CFESS é
1840 extremamente reconhecido dentro do espaço do CNS, tanto que ocupa várias comissões e,
1841 conta ainda, com a defesa dos usuários e dos trabalhadores da saúde, para que o CFESS
1842 permaneça e, inclusive, se insira em outras comissões. Explicou que, dentro do CNS, há o
1843 desafio de reestruturar esse espaço, de fazer a defesa da Política de Saúde que tem sofrido
1844 constantemente os embates da contrarreforma nesse setor e de articular os trabalhadores da
1845 saúde. Um espaço que é muito marcado pelo corporativismo das profissões dificultando as
1846 articulações de lutas em prol da saúde pública e em prol de uma multidisciplinaridade. O
1847 CFESS foi muito presente na luta contra o ato médico, momento importante de articulação
1848 das várias profissões da saúde, de uma defesa forte na autonomia das profissões da saúde.
1849 Dentro do CNS, hoje, o CFESS participa de nove comissões; dessas nove comissões,
1850 Alessandra disse representar o CFESS na Comissão de Comunicação, que tem um papel
1851 fundamental numa campanha em prol dos 25 anos do SUS e na defesa do financiamento do
1852 SUS; no financiamento não há unidade no debate, tem-se um movimento por dentro do
1853 próprio CNS, que defende 10% das receitas para a saúde, mas não para a saúde pública.
1854 Pelo setor privado, é defendido mais recursos para a saúde desde que seja para fomentar sua
1855 terceirização. Dentro da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/CONEP, o CFESS
1856 participa do GT das Ciências Sociais, que está elaborando a resolução que tratará da
1857 pesquisa no âmbito das ciências humanas e sociais, a representação do Serviço Social nesse
1858 espaço é muito forte; são quatro representantes no Serviço Social: Silvana Mara, que
1859 representa o CFESS; a Ruth, enquanto representação do primeiro GT formado; ela, enquanto
1860 representação do coletivo da CONEP; o Elder como representação da ABEPSS. Afirmou que
1861 os quatro têm conseguido se articular e fazer incidências na elaboração dessa resolução
1862 espaço de muita vaidade e de muita disputa. A grande contribuição da representação na
1863 CONEP tem sido principalmente a defesa do participante de pesquisa dos usuários dentro
1864 dos Comitês de Ética. Esclareceu que, no momento atual, existe uma defesa das resoluções
1865 no âmbito da ética em pesquisa, e tem uma deputada do Rio Grande do Sul, que vem se
1866 articulando com a Indústria Farmacêutica no sentido de desmembrar as resoluções que hoje
1867 tratam da ética em pesquisa, principalmente aquelas que falam do pós-estudo, que é a
1868 garantia dos direitos, do acesso àqueles que participam das pesquisas. Informou que essa
1869 resolução vive em constante ataque e, nesse momento, houve uma audiência no Senado
1870 para discuti-la, onde a CONEP sofreu grandes críticas por conta dessa defesa de proteção do
1871 participante de pesquisa, e foi possível perceber as incidências de desconstrução das
1872 resoluções. Ruth Bittencourt falou que os Conselhos são espaços importantes de serem
1873 ocupados pela participação popular, por se trata de um espaço do Direito Constitucional, mas
1874 que nessa conjuntura anda sofrendo um maior ataque de cooptação. O próprio FENTAS é
1875 uma luta, porque está presente o corporativismo dos conselhos profissionais, que são muito
1876 conservadores, e também as federações, que além de serem profundamente corporativas,
1877 são totalmente cooptadas pelo governo central. Vive-se um momento em que a representação
1878 política máxima dos trabalhadores está na mão da gestão governamental. A CONEP não é o
1879 maior enfrentamento que existe, e sim, com a Indústria Farmacêutica. É uma luta de gigantes,
1880 porque a proteção do sujeito faz com que a indústria farmacêutica tenha compromisso com
1881 aquele que usa para fazer as experiências. A articulação é diretamente feita nos gabinetes. A
1882 saúde é moeda forte. O segmento dos trabalhadores vive sofrendo enfrentamento da própria

1883 gestão, por exemplo, são quarenta e oito membros, vinte e quatro são entidades de usuários:
1884 CUT, CGTB, todas essas centrais e movimentos de patologias. Os prestadores de serviços
1885 são articulados com a gestão e, às vezes, o trabalhador fica isolado. É o papel das
1886 representações que ocupam esse Conselho, dar voz àqueles que não têm assento, como foi
1887 o avanço na 14ª Conferência. No Conselho costuma-se dizer que existe um núcleo duro, que
1888 são as quatro Comissões Núcleo duro: COFIR, CIR, CONEP e Comunicação. O CFESS é
1889 titular em todas. No Programa Mais Médico foram realizadas as visitas nos municípios,
1890 tentando demarcar as posições. A relação com o MEC é difícilíssima. A gestão do trabalho,
1891 ninguém quer falar em carreira única, ninguém quer falar em formação para o SUS, em
1892 qualificação. Outra luta travada são as residências médicas, porque o MEC praticamente
1893 tomou a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional. Foram feitos fortes
1894 enfrentamentos e, no final do mês passado, foi possível assumir uma comissão nos moldes
1895 que foi planejado, não com lista tríplice, não indicada pelo Ministério, mas pelos seus pares. O
1896 Fórum Nacional dos Residentes indicou dois residentes; foi resgatado no Congresso da Rede
1897 Unida em Fortaleza, o Fórum dos Coordenadores. Foi feita uma Assembleia e o Fórum dos
1898 Coordenadores indicou seus representantes; os preceptores indicaram os seus
1899 representantes e os trabalhadores indicaram os seus representantes. É um espaço de
1900 institucionalização da participação, mas é um espaço de articulação, porque se tem acesso às
1901 informações, tornando-se um grupo privilegiado no CNS. A Conselheira Raimunda,
1902 corroborando com as análises feitas, disse que este momento, em relação ao CNS e ao
1903 FENTAS, é desafiador em que há um processo de cooptação, e afirmou da importância de
1904 inserir nessa discussão a questão indígena que, inclusive, a Ruth teve a oportunidade de
1905 compor a Comissão Organizadora da 5ª Conferência Nacional, onde foram silenciadas
1906 denúncias bem sérias. Reiterou a necessidade da inserção por dentro do CNS, entendendo
1907 que há um ataque frontal para desmontar a saúde pública. Salientou também que a Frente
1908 Nacional contra a Privatização da Saúde se constitui nacionalmente com um colegiado
1909 bastante amplo. Em alguns estados tem uma presença importante, sobretudo, no Rio de
1910 Janeiro e Natal. A discussão central da Frente é o resgate da saúde pública como direito;
1911 pública, estatal, se concentra nesse processo mais recente no formato das parcerias público-
1912 privadas, as tais PPS, OS, OSCIPS, Fundações, modelo que tem sido utilizado nessa
1913 discussão de orçamento, inclusive, a divergência com Saúde Mais 10. “Mais de 10%”,
1914 movimento que coletou mais de um milhão e quinhentas assinaturas para forçar a aprovação
1915 de uma lei de iniciativa popular que assegure o repasse de 10% da União para a saúde. Outra
1916 discussão central é acerca da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, na lei que cria a
1917 EBSEH está previsto o lucro nos hospitais universitários. Por trás disso, tem toda a
1918 discussão da dupla porta no Sistema de Saúde, que versa sobre a diferença de classe no
1919 atendimento do SUS para quem pode pagar, expressando um retorno e um ataque frontal à
1920 Constituição Federal. Raimunda ainda dispôs sobre outro desafio que é a mobilização dos
1921 CRESS, objetivando compor e constituir os fóruns estaduais em defesa da saúde. Emendou
1922 falando da Frente Nacional Sobre Drogas e Direitos Humanos, criada em 2012, num contexto
1923 do enfrentamento da discussão do processo de internação compulsória, atingindo
1924 principalmente a população de rua, discussão casada com a do enfrentamento da droga no
1925 país, com o alardeamento da epidemia do crack, que se baseia na guerra às drogas; e a
1926 Frente das Drogas e Direitos Humanos vem fazer exatamente o contraponto para dizer que
1927 não é o recolhimento social, não é a internação compulsória que resolverá o problema, não
1928 esquecendo dos interesse também privados com o financiamento de comunidades
1929 terapêuticas. Informou que a discussão deve ser pautada no processo da saúde mental, no
1930 processo de desospitalização, que foi toda a luta antimanicomial. Naqueles casos em que
1931 demandar leito e internação são nos hospitais gerais, espaços que não segrega, não
1932 discrimina. Destacou a importância de nesses espaços, tanto do ponto de vista profissional
1933 quanto político, articular e manter uma agenda comum com o CFP. A Conselheira Rosa

1934 Prêdes pediu para complementar as informações de mais uma comissão do CNS, que é a
1935 Comissão Intersectorial de Saúde Mental. Avaliou ser uma comissão importante, onde o
1936 CFESS é suplente; trata-se uma comissão que se reúne pouco, duas vezes por ano, num
1937 contexto de muitas dificuldades políticas e administrativas do CNS, a Comissão de Saúde
1938 Mental foi bastante prejudicada, por exemplo, no ano passado, a Comissão só conseguiu se
1939 reunir praticamente na semana antes do Natal, inclusive, foi na semana da Conferência de
1940 Assistência de Social e, como o CFESS estava com poucos/as Conselheiros/as, foi decidido
1941 não participar. Rosa explicou que quando assumiu em 2011, a Comissão vinha de um
1942 Movimento muito positivo, saindo de uma Conferência Nacional de Saúde Mental, e buscando
1943 fazer um monitoramento das deliberações da saúde mental no SUS. Essa conjuntura mudou
1944 em 2012, justamente por conta do tema da internação compulsória, que ganhou uma
1945 dimensão muito grande e o próprio CNS foi obrigado a reconhecer que essa era uma pauta. A
1946 ocupação da Coordenação Nacional de Saúde Mental era uma estratégia importante até para
1947 o Movimento da Luta Antimanicomial; a partir de um determinado momento houve uma
1948 dificuldade da Coordenação Nacional de Saúde Mental em exercer o papel estratégico de
1949 promover mudanças no SUS, para que os princípios da reforma psiquiátrica pudessem ser
1950 pautadas nos serviços. Avaliou que houve retrocessos, na Política de Saúde Mental stricto
1951 sensu. A estratégia da gestão CFESS foi reafirmar todos os posicionamentos sobre o tema,
1952 referendando o movimento em defesa da reforma psiquiátrica e os CAPS como a grande
1953 estratégia. Destacou a importância de dar continuidade ao apoio financeiro aos dois
1954 movimentos existentes no Brasil, que lutam pela reforma psiquiátrica: o Movimento Nacional
1955 da Luta Antimanicomial unificado até os anos 90 e que sofreu um racha posteriormente,
1956 sendo criada uma rede internúcleos de saúde mental, a Renila. A Conselheira Marylucia
1957 iniciou falando da Comissão Intersectorial de Saúde da População LGBT, vinculada ao CNS
1958 que também realizou apenas uma reunião, trazendo um prejuízo profundo para os debates,
1959 no entanto, quando realizado, o debate girou em torno do processo transexualizador, sendo
1960 estratégico para o CFESS, já que estava em plena campanha na produção dos cartazes da
1961 visibilidade trans. Em relação à Comissão Intersectorial de Saúde da Mulher, Mary disse que
1962 na única reunião em que pode participar, a pauta predominante girou em torno da Rede
1963 Cegonha, sendo o papel do CFESS junto com várias organizações feministas,
1964 problematizarem o significado dessa Rede Cegonha e o que ela traz ideologicamente para
1965 reforçar esse local da maternidade compulsória para as mulheres. Lembrou que o CFESS
1966 teve uma participação importante na discussão sobre a mortalidade materna e a questão do
1967 aborto, com intervenção pública, reconhecida, inclusive, por outras organizações feministas,
1968 entendendo ser fundamental o CFESS permanecer nesse espaço. A representante do CFESS
1969 na Comissão Intersectorial de Saúde à População Negra, Magali, registrou que houve poucas
1970 reuniões intersectoriais em função da retenção de despesas. Informou fazer parte dessa
1971 Comissão desde 2008. Trata de uma questão muito séria e profunda na formação social
1972 brasileira, que é o racismo, tendo a compreensão do poder dessa violência estrutural,
1973 violência que intersecciona com outras violências: violência de classe, violência de gênero.
1974 Essa comissão como todos os outros é um espaço contraditório e por isso é fundamental
1975 intervir, politizar e desconstruir uma série de concepções acerca da questão social. Os
1976 trabalhos foram desenvolvidos pautando todos os assuntos relativos ao Programa da Saúde
1977 da População Indígena, o Programa do Homem, o Programa da Mulher, a questão LGBT;
1978 pois havia a compreensão que a questão étnico-racial transversalizava. As diretivas políticas
1979 do CFESS contribuíram muito com a condução no interior dessa comissão, articulando e
1980 discutindo sobre a nossa compreensão sobre raça e classe, a questão do trabalho, sem
1981 dissociá-las, isso repercutiu positivamente dentro da Comissão, no sentido de ter sido
1982 reconhecida publicamente como uma das comissões, cujos quadros eram mais qualificados.
1983 Pontuou que apesar dos estudos sobre desigualdade étnico-racial, dos indicadores que os
1984 órgãos oficiais, como o IPEA, o IBGE, o próprio Mapa da Violência, que demonstraram como

1985 se mata jovem negro e, como também do ponto de vista da saúde, as mulheres negras
1986 morrem muito mais pelas próprias condições precárias da saúde, os preconceitos e a
1987 discriminação, algumas pessoas da instância que reúne todos os secretários de saúde,
1988 CONASS E CONASEMS, diziam “aqui não tem negro, portanto, não temos como implementar
1989 política”. Infelizmente é um pensamento ainda recorrente no país. Finalizando sua
1990 apresentação, Magali informou que não houve nenhuma reunião da comissão no ano
1991 passado, ao contrário dos anos anteriores, onde eram feitas até 4 reuniões. Por outro lado, foi
1992 uma comissão que conseguiu realizar e orientar a fazer vários seminários sobre a temática.
1993 Magali lembrou que o CFESS teve uma participação muito importante na 1ª Conferência
1994 Nacional de Sistema de Desenvolvimento de Seguridade Social, em 2010 e finalizou dizendo
1995 que a discussão da Saúde da População Negra tem que ser mais orgânica. A Conselheira
1996 Alessandra esclareceu que a discussão da Comunicação perpassa todas as Comissões do
1997 CNS e que as representações do CFESS têm tentado participar de todas as reuniões, para
1998 fazer uma articulação mais forte, devido à fragmentação existente dentro do CNS. Reafirmou
1999 que tiveram poucas reuniões, pois o CNS estava se reestruturando, assim, os fóruns dos
2000 usuários e dos trabalhadores só começaram a trabalhar a partir das novas composições, que
2001 ocorreram em junho passado. Falou que na saúde do trabalhador, a composição foi
2002 complicada e que a organização da Conferência ficou nas mãos das centrais sindicais e das
2003 federações. Todo ano eleitoral tem-se embates com as federações, que afirmam que os
2004 conselhos de fiscalização profissional não representam os trabalhadores; comunicou que tem
2005 sido difícil a construção da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, todavia ficou
2006 assegurada a presença do CFESS na coordenação da relatoria da Conferência de Saúde do
2007 Trabalhador. A Conselheira Rosa Prêdes abordou o sua representação na Câmara de
2008 Regulação do Trabalho em Saúde, porque o governo, através, principalmente, da Diretoria de
2009 Gestão do Trabalho, Educação e Saúde, do Ministério da Saúde, priorizou todo o
2010 investimento na questão do trabalho do médico, no programa Mais Médicos. Quando a gestão
2011 assumiu havia uma preocupação do governo com a quantidade de projetos de lei para a
2012 regulamentação de profissões, e algumas na área de saúde. Houve o acompanhamento da
2013 discussão da Regulação do Trabalho em Saúde, através do Conselhinho e do Fórum
2014 MERCOSUL de Trabalho em Saúde. Essa Comissão tem o papel de acompanhar os projetos
2015 de lei e discutir as interfaces entre profissões e ocupações de saúde, mas teve um movimento
2016 muito pequeno. A Conselheira Marinete justificou não ter sido possível trazer todas as
2017 representantes do CFESS nas Câmaras Técnicas da Residência Multiprofissional em Saúde e
2018 Serviço Social, que são cinco câmaras; passando a palavra para Rodriane que faria a
2019 apresentação em nome de todas as câmaras e além de uma análise mais política, juntamente
2020 com as Conselheiras Juliana e a Alessandra. A Conselheira Juliana lembrou que foi
2021 apresentado no dia anterior, pela Comissão de Formação, o debate da residência
2022 multiprofissional em saúde e colocou seu entendimento de que não se trata apenas de um
2023 debate da formação, mas que perpassa também pela discussão do exercício profissional e da
2024 própria discussão da política de saúde. Essa comissão nacional tem como um dos seus
2025 objetivos autorizar e reconhecer os cursos de residência multiprofissional em saúde e as
2026 câmaras técnicas têm ou deveriam ter a finalidade de assessorar a decisão da comissão,
2027 emitindo pareceres acerca dos programas. Das seis câmaras que existem, o CFESS tem
2028 representação em cinco e a Rodriane é uma das representantes. Na gestão Tempo de Luta e
2029 Resistência foi possível acompanhar mais de perto essa discussão. Está sendo finalizado um
2030 documento que traz algumas ideias mais iniciais de sistematização, da participação do
2031 Serviço Social nessa temática. Foram realizadas algumas reuniões com as assistentes sociais
2032 que representam o CFESS nas câmaras técnicas, que identificaram o reflexo da precarização
2033 que atinge a formação profissional e o exercício profissional e também nos programas de
2034 residência. A Conselheira Marinete informou quais são as câmaras que o CFESS participa:
2035 Câmara do Apoio Diagnóstico Terapêutico, especialidades clínicas e cirúrgicas, representada

2036 pela Letícia, como titular, e Lili como suplente; Intensivismo Urgência e Emergência, Rodriane
2037 e o Maurílio; Atenção Básica à Saúde da Família e Comunidade, Alêssandra e Sâmbara;
2038 Saúde Mental, a Rosa e a Ramona; Saúde Funcional, Conceição, Robaima e ela. Rodriane
2039 disse que a temática sobre residência só foi possível de ser discutida quando se depararam
2040 com uma proposta de Política de Saúde do SUS, lógica da Política de Educação Permanente
2041 e da necessidade da qualificação dessa força de trabalho para o SUS. Disse que ao pensar
2042 em residência, é preciso pensar no tipo de profissional que se quer, então, essa matéria
2043 implica necessariamente pensar a formação e qualificação dessa força de trabalho para a
2044 saúde pública e não para a saúde privada. Esse é o principal ponto de tensão, em que pese
2045 outras categorias profissionais que fazem parte das residências multiprofissionais. A lógica,
2046 na verdade, é outra, pois se observa, em alguns casos, dentro da câmara técnica um parceiro
2047 da psicologia indicado pela gestão recém-eleita do CFP, defendendo arduamente a EBSERH.
2048 Existe a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional, recomposta mediante publicação
2049 de Portaria, em abril, vinculada à ela, estão as seis câmaras técnicas que discutem as áreas
2050 de concentração dos Programas Multiprofissionais de Residência ou em área profissional.
2051 Quando o programa vai ser criado, cadastrado na Comissão Nacional, é necessário cadastrá-
2052 lo em uma dessas áreas de concentração. O papel da representação dentro dessas câmaras
2053 deveria ser de assessorar a Comissão Nacional bem como pensar quais são os eixos centrais
2054 que esses programas de residência em cada área de concentração deveriam garantir. Desde
2055 2011, quando houve as indicações do CFESS para a representação das câmaras técnicas,
2056 foram realizadas apenas duas reuniões, uma em 2011 e uma, em 2012; reuniões essas de
2057 treinamento de como se opera o Sistema Nacional do Cadastro dos Programas de
2058 Residência, para subsidiar a elaboração dos pareceres baseados nos instrumentos jurídicos
2059 legais; enfim, existiam poucas possibilidades de uma avaliação mais político-pedagógico a
2060 partir das ferramentas que o próprio sistema colocava. Em 2012, foi realizada uma discussão
2061 conjunta com a ABEPSS que também indicou representantes para essas câmaras técnicas e,
2062 nesse momento, foi avaliada que a contribuição do CFESS e da ABEPSS dentro dessas
2063 câmaras deveria ser outra, sendo tomada a decisão de que o Serviço Social não participaria
2064 da elaboração dos pareceres, sendo comunicados o MEC, Ministério da Saúde e à Comissão.
2065 Nesse momento, a Comissão Nacional estava suspensa, sem funcionamento. Em 2013, não
2066 houve nenhuma atividade, apenas eram enviados os programas, por e-mail, para serem
2067 avaliados. Rodriane disse que, recentemente, ela foi convocada para uma nova reunião da
2068 Câmara Técnica, sem saber qual era a pauta, todavia foi surpreendida com a notícia que a
2069 reunião trataria da definição de conteúdos pedagógicos e de conceitos acerca da proposta
2070 pedagógica das diferentes áreas de concentração: Intensivismo, Urgência e Emergência.
2071 Rodriane apontou como três questões centrais que precisam de mais atenção do CFESS e da
2072 ABEPSS: a primeira questão é que o documento mencionado pela Juliana precisa ser
2073 bastante explícito – é em relação à impossibilidade dos assistentes sociais residentes
2074 exercerem a supervisão de estágio no processo da residência, ou seja, naquela condição de
2075 residente. Segunda, é uma demanda da Câmara que trata da definição do número de
2076 residentes por preceptores. E a terceira e última questão, é o CFESS e a ABEPSS,
2077 conjuntamente, estabelecerem os conteúdos específicos do Serviço Social em cada área de
2078 concentração, pois, por mais que tenham um acúmulo na saúde, tanto do ponto de vista
2079 teórico, como do exercício profissional, o detalhamento da formação e da perspectiva
2080 generalista que a profissão tem aponta numa outra direção, como foi o processo de
2081 construção dos parâmetros. Rodriane informou que em uma das discussões realizadas, na
2082 última reunião da Câmara, a questão colocada para ela foi: o que é fundamental um
2083 assistente social que está inserido numa CTI saber fazer? Ele fará os dois anos de formação
2084 e precisa sair com que conteúdo? Isso em se tratando de uma Câmara que está discutindo
2085 Intensivismo, que são as práticas nas UTIS / CTIS, emergências SAMU, e urgência. É um
2086 detalhamento muito grande, muito preciso do exercício profissional. Dessa forma, Rodriane

2087 expressou sua preocupação de fazer uma discussão mais profunda sobre a formação
2088 generalista. O Conselheiro Maurílio perguntou como é possível definir conteúdos específicos
2089 do Serviço Social em cada área de concentração? O que é a área de concentração nessas
2090 Câmaras? Pensa-se que tem conteúdos diferentes do Serviço Social para cada Câmara?
2091 Rodriane respondeu que em sua primeira avaliação é que se o assistente social for fazer isso,
2092 será necessário realizar com muito cuidado para que não se afaste da lógica em que o
2093 Serviço Social vem trabalhando, que é a formação generalista. É lógico, que estando numa
2094 CTI, na urgência e na emergência, tem alguns debates que serão colocados, como, por
2095 exemplo, a questão do óbito, a questão da interdição civil, porque são pessoas que vão para
2096 o CTI, ficam entubadas e não têm condições de responder civilmente por seus atos. São
2097 essas as questões que precisarão ser apontadas? Talvez seja possível apontar esses eixos,
2098 sem se distanciar da questão social, como o objeto de trabalho do assistente social, dessa
2099 formação generalista. Precisa ser um processo de discussão coletivo maior, e,
2100 necessariamente, em conjunto com a ABEPSS. A Conselheira Alessandra acrescentou que
2101 na discussão do treinamento em saúde, o Serviço Social vem, o tempo todo, reafirmando a
2102 mudança de lógica para a formação em saúde e, insistentemente, defrontando-se com a
2103 concepção de treinamento, perpassando os Programas de Residência, que é uma grande
2104 contribuição que o CFESS pode fazer esse debate com as outras categorias profissionais.
2105 Sandra Teixeira iniciou sua apresentação sobre a COFIN - Contribuição para Financiamento
2106 da Seguridade Social,, importante Comissão Permanente, que tem como objetivo subsidiar o
2107 CNS em atividades específicas de promotor e apoiador do processo de controle social pelos
2108 Conselhos de Saúde, em especial, na disseminação das atividades relativas à questão
2109 orçamentária e financeira. Ela acompanha o processo de execução orçamentária e financeira
2110 do Ministério da Saúde no contexto da Seguridade Social, no âmbito do Orçamento Geral da
2111 União. Também tem como objetivo colaborar na formulação de diretrizes para o processo de
2112 planejamento e avaliação do SUS. Sandra disse que foram realizadas onze reuniões, do
2113 núcleo duro, que aconteceram mensalmente e que ela esteve presente em seis dessas
2114 reuniões e, de uma forma geral, realizou análise periódica da execução orçamentária, do
2115 resto a pagar, planejou a anualmente as atividades da COFIN, a definição de calendário de
2116 reuniões, discussão do modelo de análise do programa anual de saúde, análise de relatório
2117 anual de gestão. Enfim, identificou como desafios: a lógica perversa à privatização da saúde,
2118 que passa pelo crescimento expressivo dos planos de saúde, o subfinanciamento da Política
2119 de Saúde, que representa apenas a fatia de 4% do orçamento geral da União, ao passo que a
2120 dívida pública e sua rolagem absorvem 43% desse orçamento, conforme dados da auditoria
2121 Cidadã da Dívida; o desmantelamento do orçamento da Seguridade Social, a questão da
2122 contrarreforma tributária, isenções tributárias, porque hoje se presencia, em larga escala, o
2123 desfinanciamento da Seguridade Social e a fragilidade no controle democrático, no que diz
2124 respeito ao Fundo Público. A Conselheira Marinete informou que seriam realizadas as
2125 apresentações dos Fóruns. A Conselheira Erivã destacou que, a apresentação realizada pela
2126 manhã, já havia tratado em grande parte do Fórum Nacional DCA. Reiterou o FNDCA como a
2127 representação de uma articulação do movimento intitulado da Infância no Brasil também
2128 acessava esse fundo para fazer todo o seu processo de incidência e articulação nas regiões,
2129 nos estados e em nível nacional. Explicou que o Fórum está passando por um processo de
2130 revisão estatutária, acompanhado de um processo de rearticulação. O FNDCA fez, no último
2131 ano, duas reuniões no máximo; e sua agenda é programada junto com a agenda do
2132 CONANDA; assim, as assembleias do CONANDA são assembleias mensais e o Fórum faz
2133 nessa mesma agenda a sua reunião, inclusive, porque muito da pauta do CONANDA acaba
2134 também sendo uma pauta refletida pela sociedade civil, que fará a incidência no próprio
2135 CONANDA. Normalmente, a representação no CONANDA é também quem acompanha a
2136 representação no Fórum Nacional DCA. A Conselheira Raimunda falou sobre sua
2137 representação no Conselhinho que é um Fórum reúne os quatorze Conselhos da área da

2138 saúde, incluindo a Medicina. A pauta do Conselhinho tem sido comumente debruçada sobre
2139 temas, tais como os projetos de leis que envolvem as várias profissões e tem discutido
2140 também outros projetos sobre a regulamentação das profissões. Informou que ela e Sylvia
2141 Terra participaram de uma audiência pública recente, articulada pelo Conselhão e que todos
2142 os Conselhos Profissionais estiveram presentes. Destacou a importância de se atentar para o
2143 debate sobre regulamentação das profissões, porque também no Ministério da Saúde, tem
2144 um Departamento dentro da CEGETS, que pretende fazer essa discussão. Raimunda chamou
2145 atenção para uma Portaria recente, do Ministério Público do Trabalho, que criou um GT,
2146 juntando a 1ª e a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Esse
2147 GT objetiva discutir todas as questões no âmbito da Justiça, que se relaciona com os
2148 Conselhos de Fiscalização, inclusive a questão sobre o Regime Jurídico Único/RJU para os
2149 Conselhos. É um espaço árido e a representação pelo CFESS deve ser avaliada, por conta
2150 desses processos mais jurídicos, de acompanhamento de determinados projetos de lei. A
2151 Conselheira Kátia iniciou sua apresentação sobre o GT Serviço Social na Questão Urbana,
2152 dizendo que surgiu no Encontro Nacional de Palmas/TO, por uma deliberação longa da
2153 Seguridade Social, onde houve a tentativa de agrupar todas as deliberações referentes à
2154 questão urbana numa só e criar um grupo de trabalho. Esse grupo tinha o indicativo de fazer
2155 subsídios para a reflexão da atuação do assistente social no âmbito da questão urbana.
2156 Informou que o CFESS tem o posicionamento de não continuidade do GT, acabando,
2157 portanto, em setembro, porque já foi produzido um produto final, que está em fase de revisão
2158 e diagramação pela comunicação, devendo ser publicado na gestão que se inicia. Esse grupo
2159 de trabalho foi composto por cinco regionais, teve contribuição de alguns assistentes sociais
2160 que não estavam no grupo, principalmente do Rio de Janeiro. O CFESS tem um documento
2161 no caderno da última Conferência das Cidades, que é um documento elaborado por esse
2162 grupo de trabalho que trata da dimensão da questão urbana. O CFESS também participou da
2163 Conferência Nacional das Cidades, onde participaram ela, Tânia e alguns integrantes do GT,
2164 mas não foi possível fazer incidências. A representante Tânia complementou dizendo que o
2165 CFESS faz parte da Coordenação Nacional desde 2005 e vem contribuindo no desenho da
2166 Política Urbana. Disse observar o tensionamento que, a partir de 2009, intensificou-se, e que
2167 se vivencia a contradição da questão da política urbana e a redução ao discurso imobiliário e
2168 práticas financeiras. Para finalizar, a Conselheira Tânia informou que as reuniões do Fórum
2169 Nacional da Reforma Urbana são descentralizadas e que, às vezes, tentam combinar com o
2170 CONCIDADES. Para o ano de 2014, em agosto, está agendado o Encontro Nacional do
2171 Fórum, que acontece de dois em dois anos. Em novembro, será realizado o Encontro
2172 Internacional de Desenvolvimento Urbano. A Conselheira Esther apresentou a Jucileide que é
2173 candidata do CFESS às eleições do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS e iniciou
2174 dizendo que o Fórum Nacional de dos Trabalhadores do SUAS/FNT-SUAS é um espaço de
2175 disputas, onde ela e Marlene são as representantes, pois não dá para entender o Fórum sem
2176 contextualizar a disputa que vem acontecendo de representação no CNAS. O Fórum nasceu
2177 em 2009, com uma ação de duas federações sindicais que viram a possibilidade de ocupar
2178 um espaço que são FENAS e FENAPSE. Informou que atualmente, são quatro organizações
2179 que são hegemônicas e que têm ganhado reiteradamente as eleições no CNAS, são elas:
2180 FENAS, FENASPS, CNTSS E CUT. O Fórum nasceu dessa articulação, e foi ganhando
2181 espaço, havendo uma decisão do CNAS de fazer cinco encontros regionais; com isso, o
2182 CFESS se inseriu nessa grande disputa que aconteceu, no dia 31 de março de 2011, sendo
2183 aprovada a inclusão do CFESS e da ABPESS na composição do Fórum. É um Fórum que
2184 nasceu basicamente na gestão Tempo de Luta e Resistência, em julho de 2011, com a
2185 participação da Conselheira da Lúcia Lopes, depois ela passou a integrar o grupo e depois, a
2186 Conselheira Marlene. Segundo Esther, a missão do CFESS era reverter a correlação de
2187 forças políticas, que juntamente com a participação da Daniela Neves, da ABEPSS foi
2188 possível. A partir daí, CFESS e ABEPSS conseguiu, num contexto de construção do

2189 Regimento Interno, dar a direção em termos de conteúdo na primeira Plenária Nacional de
2190 Trabalhadores do SUAS. A grande questão que estava em disputa, era se esse Fórum seria
2191 um espaço de entidades nacionais ou representação de fóruns estaduais. A deliberação do
2192 Encontro Nacional foi fortalecer uma concepção de Fórum, com presença de FETSUAS, ou
2193 seja, fóruns estaduais. Com isso, houve uma mudança com a presença dos CRESS no Fórum
2194 Nacional de Trabalhadores do SUAS. O Fórum é, dentro do Sistema Único de Assistência
2195 Social, um espaço coletivo de organização Política dos Trabalhadores do SUAS com
2196 formação em ensino fundamental, médio e superior, de caráter permanente, que se constitui
2197 por meio de representação de entidades nacionais. E essas entidades nacionais apresentam
2198 naturezas distintas, que são de natureza sindical, acadêmico científica, de fiscalização do
2199 exercício profissional e representação da categoria profissional e de representações de fóruns
2200 estaduais dos trabalhadores do SUAS. Logo, para o FNT-SUAS, a ABEPSS representa um
2201 segmento de trabalhadores, isso está sendo questionado no processo eleitoral, mas, o CNAS
2202 considerou como entidade de trabalhadores, habilitando ou não, a ABEPSS para o processo
2203 eleitoral. Esclareceu que na Resolução 17, do CNAS são doze profissões de nível superior
2204 que compõem o Sistema Único de Assistência Social. Dessas doze profissões têm participado
2205 no FNTSUAS, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais e
2206 musicoterapia. A composição do Fórum está sempre em disputa, basicamente porque como
2207 entidades nacionais, as entidades do campo cutistas se articulam e vencem em toda a
2208 eleição. A finalidade do Fórum é de fomentar a articulação política e representar o coletivo
2209 dos trabalhadores nas instâncias de discussão, deliberação, pactuação, controle e gestão
2210 nacional do SUAS. Atualmente, são mais de 30 mil assistentes sociais no SUAS, o que
2211 equivale a um terço dos assistentes sociais do Brasil, sendo fundamental pensar o que
2212 significa esse quantitativo de trabalhadores e sua organização política. Nesse período, foram
2213 realizados dois Seminários Nacionais, que contaram com o apoio do CFESS. O primeiro
2214 Seminário Nacional tratou da representatividade dos trabalhadores do SUAS nos espaços dos
2215 Conselhos, sendo discutido os Conselhos de Assistência Social, desde o âmbito municipal,
2216 até sobre a concepção da mesa de negociação; contou com a presença do professor Amaury
2217 Iasi, fundamental para o debate. O segundo Seminário Nacional do FNTSUAS, aconteceu em
2218 2013, na sede do CFP, tratou do trabalho multiprofissional do SUAS. Houve transmissão
2219 simultânea, com dez mil pontos de transmissão, repercussão bem importante. A ideia de ter
2220 esse conteúdo era de se fazer um documento, que foi o trabalho multiprofissional do SUAS e
2221 tiveram ali representados cinco categorias profissionais, em que a professora Yolanda Guerra
2222 representou o Serviço Social. Foram apresentadas experiências de trabalhadores do SUAS
2223 nos diferentes níveis de complexidade. Esther registrou também a aprovação da Campanha
2224 Nacional por concurso público e contra a precarização do trabalho no SUAS. Essa campanha,
2225 em termos de concepção, foi toda articulada pela assessoria de comunicação. Essa arte está
2226 no blog do CFESS e no blog do FNTSUAS. Outra ação importante foi a participação da
2227 Conselheira Marlene na Comissão de Mesa de Negociação, contribuindo para a construção
2228 do texto, em que se incluiria a participação de conselhos e entidades não sindicais, porque
2229 nem todas as categorias profissionais tem conselho e tem sindicato. Por exemplo, pedagogos,
2230 em termo quantitativo é um número expressivo de trabalhadores, mas não têm sindicato e
2231 nem conselho. Por isso, foi pensada numa composição de mesa de negociação que possa ter
2232 interlocução com esse sujeito. Portanto, discutiu-se se seria a entidade que sentaria à mesa,
2233 ou se o Fórum poderia indicar representantes. Porém, antes da Conferência, a Ministra do
2234 MDS se negava a ter uma mesa de negociação de trabalhadores, porque entendia que esse
2235 não seria o teor da mesa, tanto que quando se publicou a Portaria, a mesa foi chamada de
2236 Mesa de Gestão do Trabalho. A Portaria foi publicada, no dia 19 de dezembro, quando estava
2237 sendo realizada a Conferência Nacional de Assistência Social. Outra concepção da mesa de
2238 gestão de trabalho versus mesa de negociação é a capacidade organizativa em termos de
2239 infraestrutura, equipamento, recursos financeiros e humanos, capacidade de capilaridade nos

2240 estados, regiões e municípios. Houve avanços com a criação de fóruns estaduais e regionais.
2241 Enfim, a questão da organização está crescendo, mas são necessárias condições objetivas
2242 para dar movimento e capacidade de representatividade e organização nos três níveis de
2243 gestão. A relação entre trabalhadores de nível superior, médio e fundamental já foi pauta de
2244 discussão na COFI. Essa questão tem uma tendência de regulamentação, mas no cotidiano
2245 do trabalho, essas relações estão postas em um universo de trabalhadores de ensino médio
2246 no SUAS, que é maior do que os trabalhadores de nível superior. Concepção da Educação
2247 Permanente, onde foi possível fazer incidência no CNAS sobre a concepção e a redação da
2248 Resolução n. 04 do CNAS. Comunicou que no próximo, dia 24 de maio haverá a eleição da
2249 nova Coordenação Nacional do Fórum de Trabalhadores do SUAS. É um campo que o
2250 CFESS irá disputar o processo eleitoral e deverá ser discutida, pela nova gestão, como
2251 investir nessa luta. Posteriormente, a Conselheira Marinete encerrou as apresentações dos/as
2252 colegas e convidados/as, registrando a intensidade das ações apresentadas e a importância
2253 dos desafios apontados por todos, principalmente na necessidade de ter mais organicidade
2254 entre as próprias representações, no sentido de socializar com a própria sociedade, de chegar
2255 mais próximo, de envolver a comunicação. A representante Vitória dirigiu-se à nova diretoria
2256 que assumirá e disse que o CFESS, dentre os outros Conselhos, é que tem uma visibilidade
2257 maior com relação às questões sociais e que diante do acelerado processo do
2258 envelhecimento e, considerando que as políticas públicas, são implementadas na sua maioria
2259 pelos assistentes sociais através dos CRAS e CREAS, que seja dada continuidade à questão
2260 do envelhecimento, visto que haverá eleição para o CNDI, em outubro, e que o CFESS se
2261 faça representar ou se candidatar. A Conselheira Marlene disse observar que a
2262 operacionalização de políticas públicas para esses segmentos tem uma relação muito direta
2263 com Assistência Social, grande parcela dos serviços e dos direitos dessa população, tanto da
2264 população idosa quanto da população com deficiência, está circunscrito na assistência social.
2265 Registrou, que no CNAS, essa representação é extremamente frágil, e destacou a
2266 participação do Anderson, do Movimento Nacional de População em Situação de Rua, pessoa
2267 conhecida e extremamente lutadora, posicionando-se, defendendo princípios que estão
2268 vinculados aos usuários. A Conselheira Marinete informou que o CFESS tem como uma das
2269 perspectivas contribuir no protagonismo dos usuários, porque compreendem que não é
2270 capacidade individual e sim um compromisso com a luta e com a direção política que está
2271 tentando imprimir nesses espaços. A convidada Jucileide do Nascimento parabenizou a todos
2272 pelo Dia do Assistente Social e utilizando-se das palavras de Graciliano Ramos, disse: “a vida
2273 só nos exige coragem”. Complementou dizendo que todos/as presentes têm muita coragem
2274 por estarem nesses espaços. Agradeceu o convite da gestão anterior e da que está
2275 assumindo, e a confiança em convidá-la para mais um espaço de luta, reiterou que acredita
2276 muito no trabalho do CFESS, informou ser graduada e mestre pela UnB, e atualmente está
2277 fazendo doutorado em política social e está licenciada da Universidade Federal do Recôncavo
2278 da Bahia; acredita que foi convidada por conta da construção no Fórum Estadual dos
2279 Trabalhadores do SUAS e por sua inserção na militância política que também iniciou no
2280 CRESS/Bahia. Disse que sua trajetória na Política de Assistência começou desde a
2281 graduação, mas a militância foi a partir de 2005. Foi duas vezes representante no Conselho
2282 Municipal de Salvador, depois no Conselho Estadual da Bahia de 2007 até 2012, e foi
2283 diretora, como vice-presidente no CRESS 5ª Região/BA, em uma gestão, quando se afastou
2284 em 2012, devido ao doutorado. Agradeceu por participar desse momento e se colocou à
2285 disposição para participar desse processo de construção coletiva. O convidado Simão Samba
2286 também pediu a palavra para agradecer o convite de acompanhar toda essa experiência que
2287 o CFESS tem. Na Angola, o Serviço Social é novo, com muitos desafios, numa realidade que
2288 se coloca também nesta questão da luta pela garantia dos direitos, sobretudo, pela afirmação
2289 da profissão. Magali desculpou-se por não ficar para o momento da posse e deixou um
2290 abraço carinhoso para todos/as da direção para os/as que saindo e para os/as que estão

2291 chegando e ovacionou a classe trabalhadora. A Conselheira Marinete, disse que gostaria de
2292 agradecer, em nome da gestão, a cada um/a dos/as presentes, Conselheiros/as do CFESS,
2293 as representações externas, lutadoras, como a Magali, a Ruth, a Sandra, a Rodriane, as
2294 colegas que não estão presentes, a Jurilza, a Hilda, a Cristina Brites, a Roberta Uchôa e as
2295 colegas que estão nas câmaras técnicas, a Letícia, a Conceição Robaina. Enfim, registrou o
2296 agradecimento dessa gestão, não só pela colaboração, mas pela solidariedade de classe, que
2297 tiveram a disponibilidade de estar presente com todas as adversidades durante todo o
2298 processo e desejar para nova gestão o aprimoramento desses desafios, e a certeza que
2299 poderão contar com o compromisso e a disponibilidade de cada um/a para adensar a luta
2300 histórica que a categoria faz, porque tem um projeto para defender. Assim, finalizou o
2301 momento de transição e enfatizou caminhar para amanhã desejada, sabendo que ela tem que
2302 ser tecida cotidianamente. A Conselheira Samya deu por encerrada a reunião do Conselho
2303 Pleno.

Brasília, 15 de maio de 2014.

Samya Rodrigues Ramos
Presidente

Esther Luíza de Souza Lemos
2ª Secretária